



Atlas Digital das Unidades de Conservação da Baía da Ilha Grande



Apresentação

Este atlas digital resulta de trabalho coletivo da turma de geoprocessamento de 2019 2º, sob a orientação da professora Monika Richter.

O documento encontra-se ainda em fase de ajustes e qualquer contribuição será bem vinda
Contatos: wesleyramos@id.uff.br; felipemaia.angra@gmail.com; soniaabreu196959@gmail.com; gustavomartin11@yahoo.com.br

- Organizadores:

ARTHUR ANGELO DE AQUINO

CARLOS EDUARDO BORGES CAMPANARIO

DIEGO DOS SANTOS OLIVEIRA

FELIPE RODRIGUES DE ALMEIDA MAIA

GABRIELLE SANTOS PRAVATO

GUSTAVO MARTINS

ISABELLE DOS SANTOS LOURENCO

LUCAS ARAUJO DA SILVA

LUCAS DANTAS AS

NITALO TALARICO ATHOUGUIA SANTOS

SÔNIA FERREIRA DA SILVA DE ABREU

WESLEY DOS REIS RAMOS



Sumário

1. O que são Unidades de Conservação?
2. O valor da Biodiversidade e a identificação de áreas prioritárias para conservação no Estado do Rio de Janeiro
3. Aspectos Gerais da Baía da Ilha Grande
4. Unidades de Conservação Federais
 - 4.1 Parque Nacional da Serra da Bocaina
 - 4.2 Área de Proteção Ambiental do Cairuçu
 - 4.3 Estação Ecológica de Tamoios
5. Unidades de Conservação Estaduais
 - 5.1 Reserva Ecológica da Juatinga
 - 5.2 Parque Estadual da Ilha Grande
 - 5.3 Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro
 - 5.4 Parque Estadual do Cunhambebe
 - 5.5 Área de Proteção Ambiental de Tamoios

Sumário

6. Unidades de Conservação Municipais

6.1 Angra dos Reis

6.1.1 Area de Proteção Ambiental da Japuiba

6.1.2 Parque Natural Municipal da Mata Atlântica

6.1.3 Area de Relevante Interesse Ecologico

6.2 Paraty

6.2.1 APA da Baía de Parati Mirim e Saco do Mamanguá

7. Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN

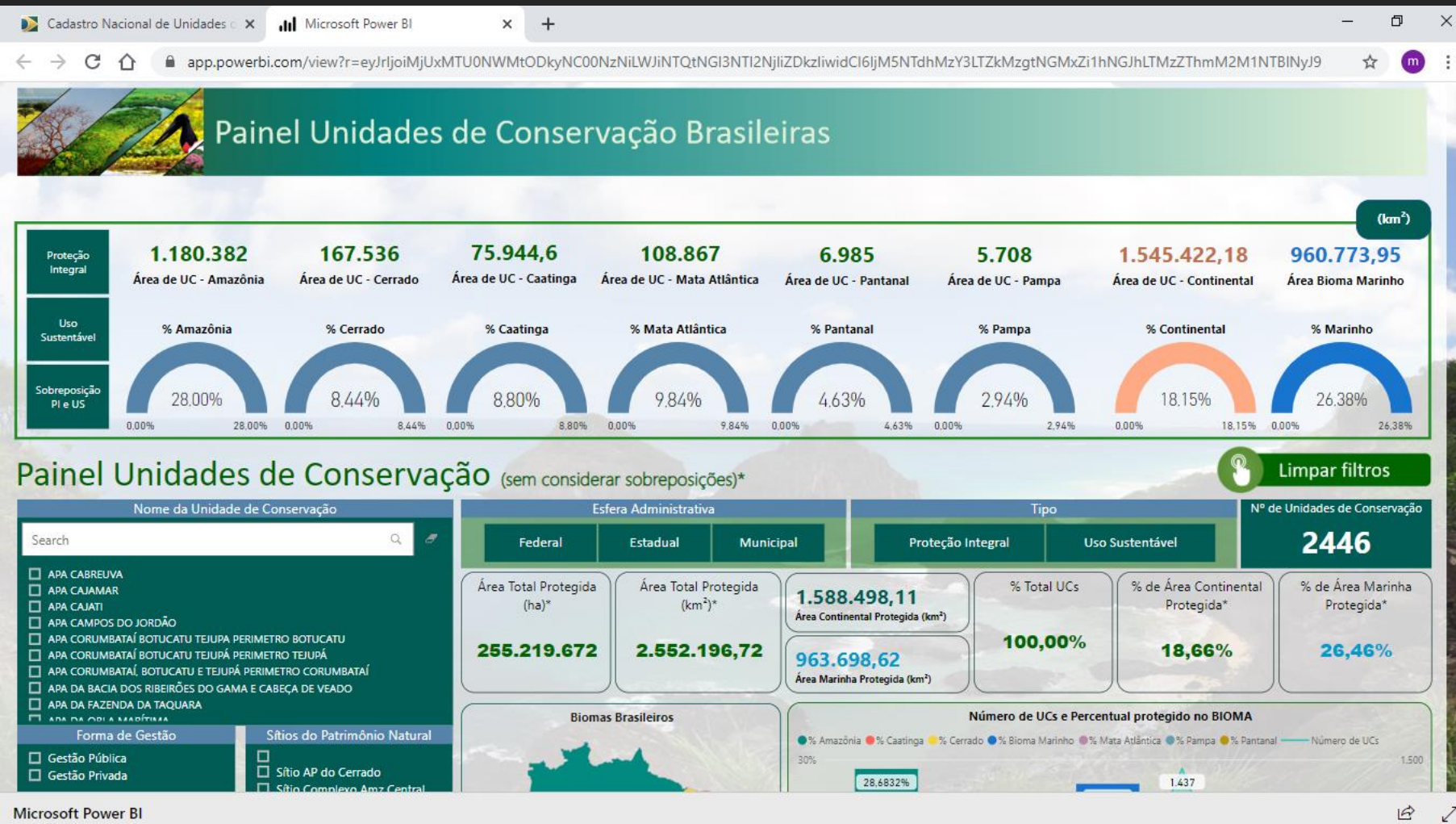
O que são Unidades de Conservação?

- **Unidade de Conservação (UC)** é a denominação dada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000) às áreas naturais passíveis de proteção por suas características especiais. São “espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção da lei” (art. 1º, I).

O que são Unidades de Conservação?

- O SNUC agrupa as unidades de conservação em dois grupos, de acordo com seus objetivos de manejo e tipos de uso: **Proteção Integral** e **Uso Sustentável**.
- As Unidades de Proteção Integral têm como principal objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta ou dano aos recursos naturais: recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, pesquisa científica, educação e interpretação ambiental, entre outras.
- As Unidades de Uso Sustentável, por sua vez, têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos, conciliando a presença humana nas áreas protegidas. Nesse grupo, atividades que envolvem coleta e uso dos recursos naturais são permitidas, desde que praticadas de uma forma a manter constantes os recursos ambientais renováveis e processos ecológicos.

Você Conhece o Cadastro Nacional das Unidades de Conservação?



- Fonte da Consulta:
- <https://www.mma.gov.br/areas-protetidas/cadastro-nacional-de-ucs> (Consulta realizada em maio de 2020)



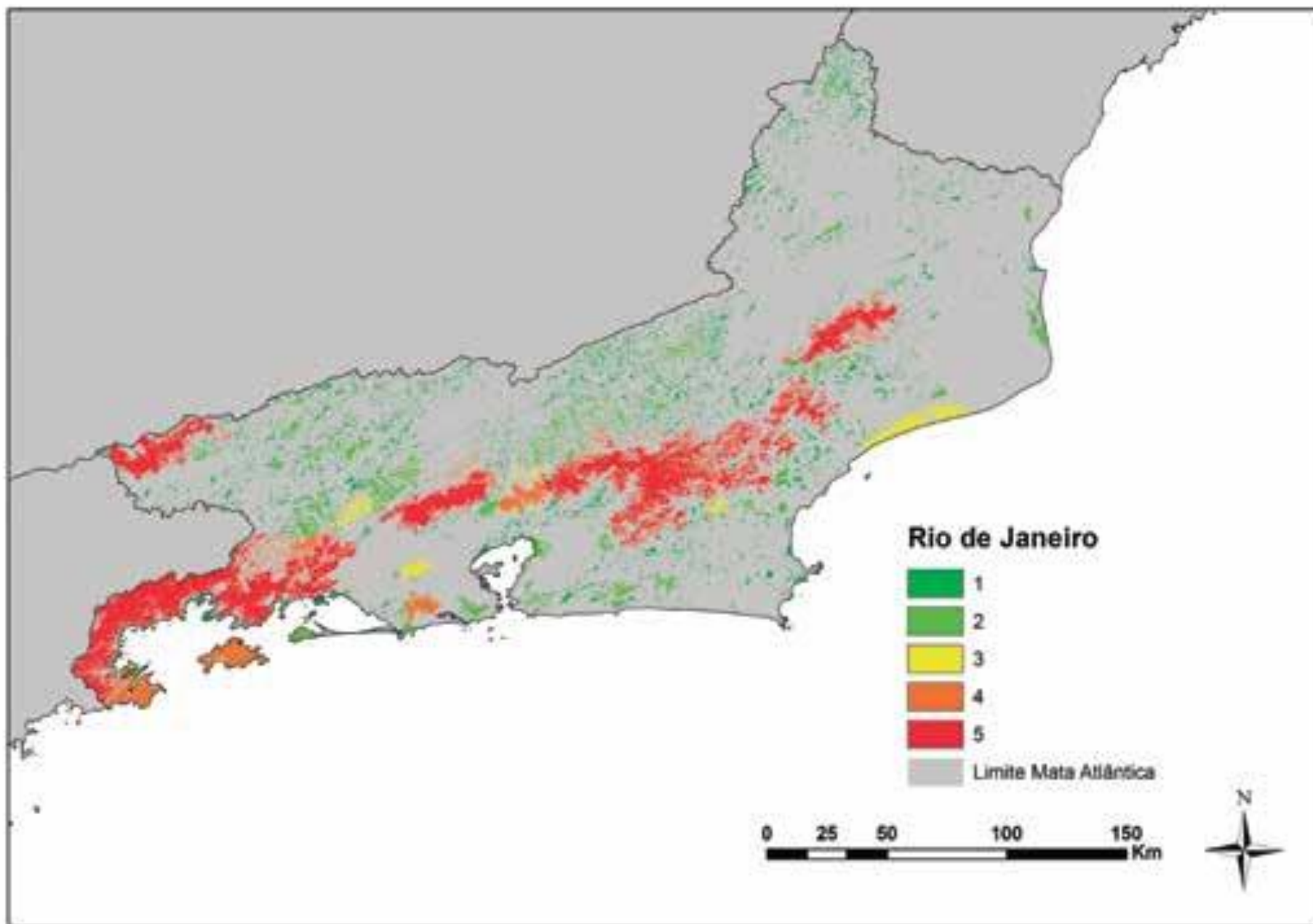
O valor da Biodiversidade e a identificação de áreas prioritárias para conservação no Estado do Rio de Janeiro

Além do valor intrínseco da biodiversidade, também desempenha papel fundamental como serviços do ecossistema, na manutenção de processos ecológicos. O valor econômico ou utilitário da biodiversidade se apóia na dependência do homem sobre produtos que a natureza supre: madeira, fibras, resinas, produtos químicos orgânicos, genes, assim como conhecimento para aplicação em biotecnologia, incluindo medicamentos e subprodutos cosméticos.

Compreende também os serviços ecossistêmicos, tais como a regulação do clima, habitats alimentares e reprodutivos para a pesca comercial (...), etc. Esses serviços são os benefícios que recebemos indiretamente da função dos ecossistemas naturais - manutenção da qualidade do ar, qualidade de água, ciclagem de nutrientes, habitats reprodutivos de peixes comerciais, com seus valores econômicos relacionados, dentre outros.

ALHO, C.J.R.. Valor da biodiversidade. *Braz. J. Biol.* [online]. 2008, vol.68, n.4, suppl., pp.1115-1118. ISSN 1678-4375. <https://doi.org/10.1590/S1519-69842008000500018>. (Abstract)

-



Mapeamento das áreas prioritárias para a conservação. Em uma escala de 1 a 5, onde 5 indica muito alta prioridade.

Fonte: GEOINEA



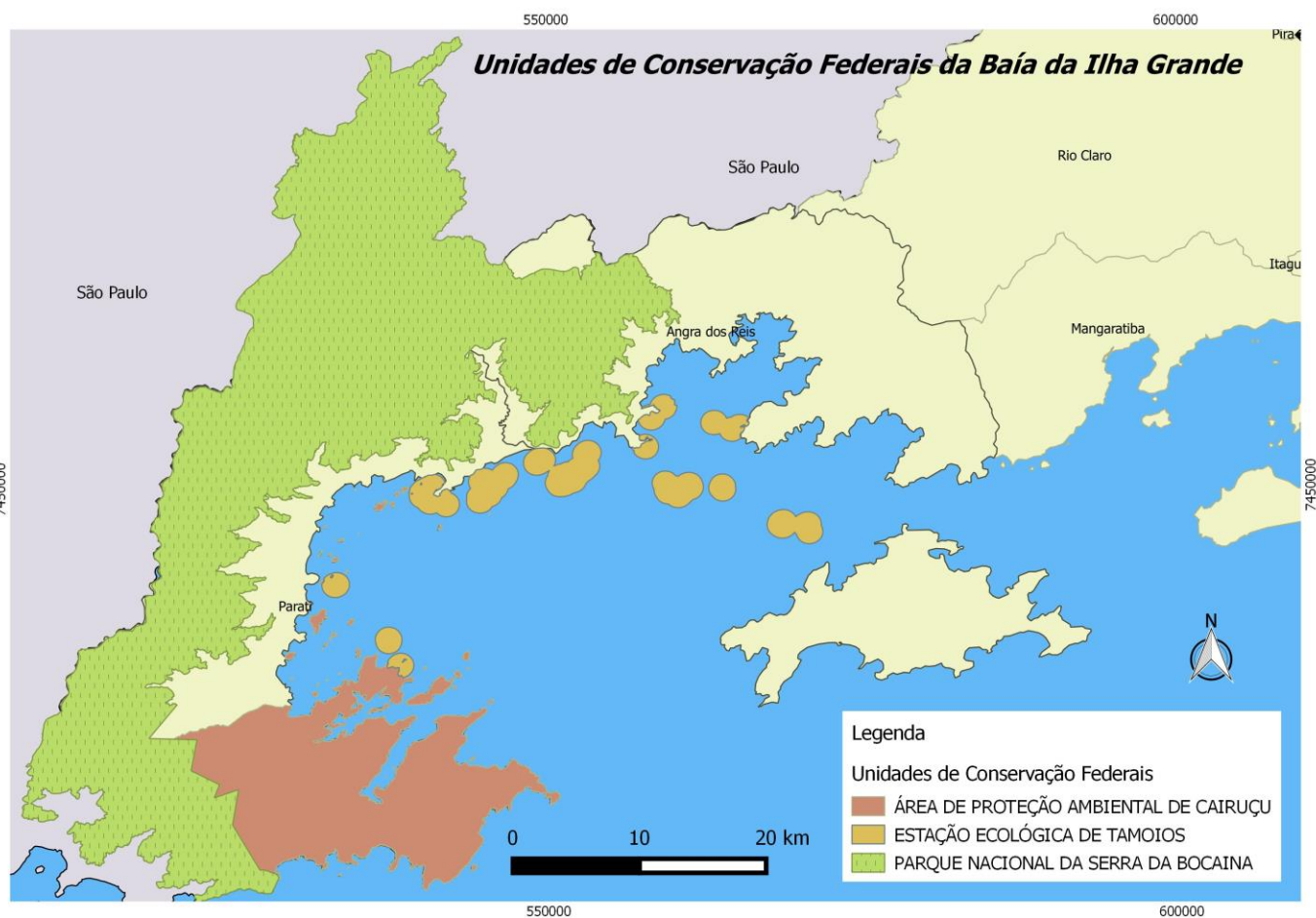
Aspectos Gerais da Baía da Ilha Grande

- Aqui compartilha-se o link do Diagnóstico do Setor Costeiro da Baía da Ilha Grande, elaborado com o objetivo de subsidiar o Zoneamento Econômico Ecológico Costeiro

<http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zeww/mdcz/~edisp/inea0073532.pdf>

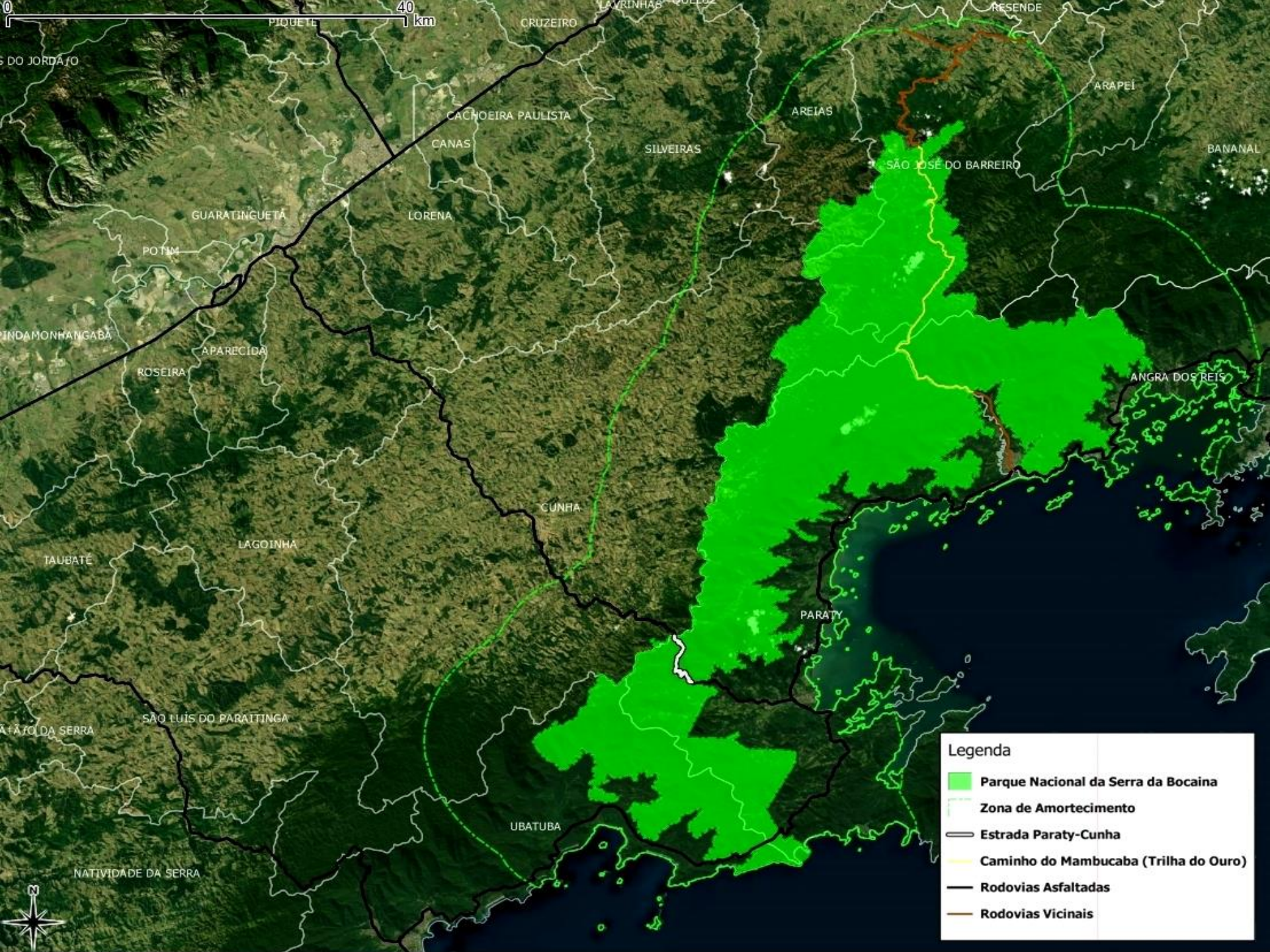


Unidades de Conservação Federais



Parque Nacional da Bocaina





Legenda

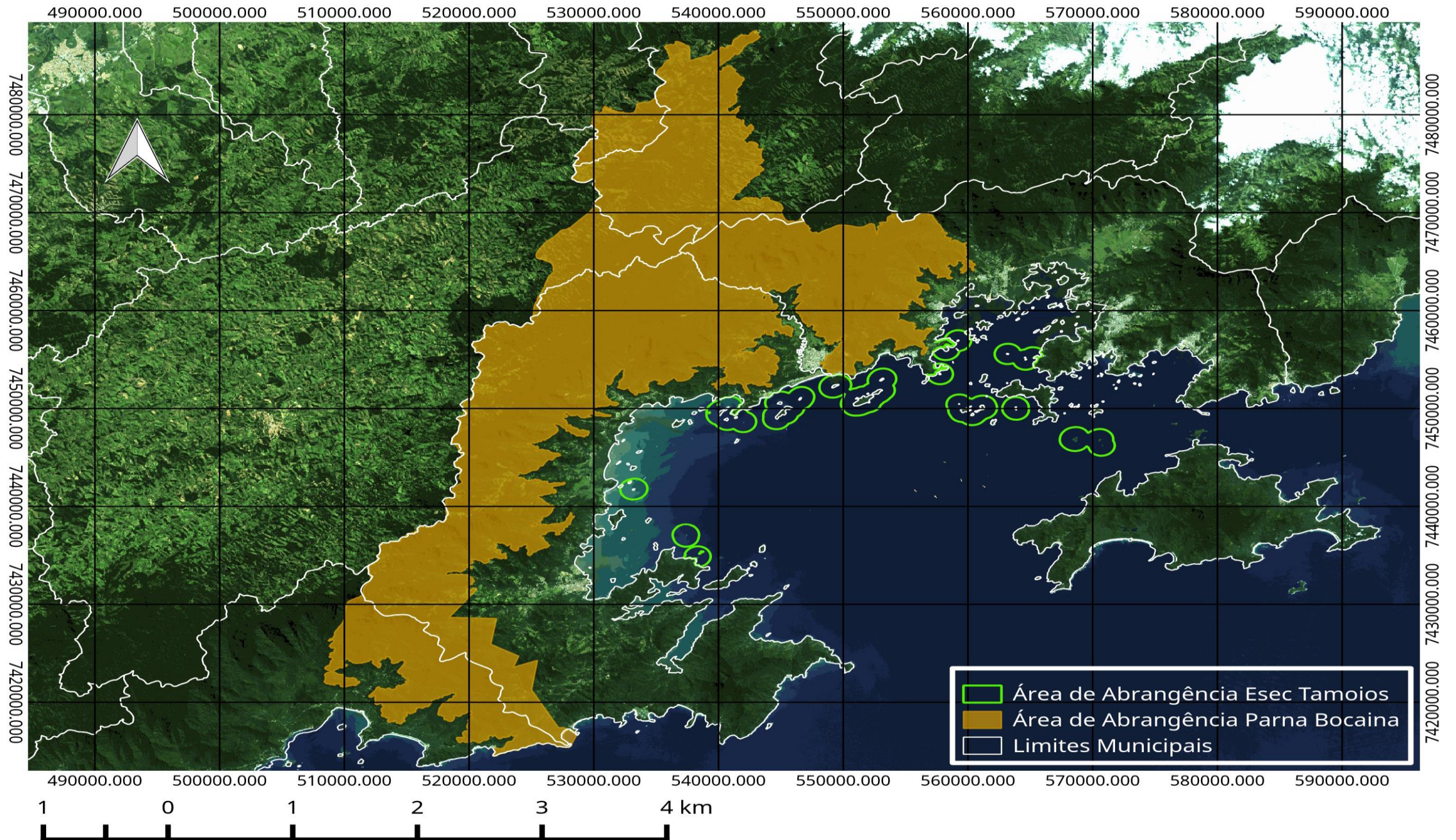
- Parque Nacional da Serra da Bocaina
- Zona de Amortecimento
- Estrada Paraty-Cunha
- Caminho do Mambucaba (Trilha do Ouro)
- Rodovias Asfaltadas
- Rodovias Vicinais



Parque Nacional da Bocaina

- A criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) se deu através do Decreto Federal nº 68.172, de 04 de fevereiro de 1.971, com área de 134 mil hectares.
- Pouco mais de um ano depois, os limites foram modificados pelo Decreto Federal nº 70.694, de 08 de junho de 1.972, diminuindo a área para 104 mil hectares, dos quais cerca de 60% localizam-se no estado do Rio de Janeiro e 40% no estado de São Paulo.
- Junto a toda região da Mata Atlântica, o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) é reconhecido como Reserva Mundial da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1992. Tal Reserva, busca conciliar a conservação da biodiversidade com o uso sustentável do território.

Parque Nacional da Serra da Bocaina - 2019



Objetivos específicos

Em função das características peculiares do Parque, foram considerados doze objetivos específicos:

- Preservar e conservar a Floresta Ombrófila Densa Submontana, Montana e Alto Montana, Floresta Ombrófila Mista, Campos de Altitude, matas ciliares e vegetação de áreas alagadas, dando destaque aos sistemas acima de 1500 m de altitude;
- Proteger os fragmentos de formações florestais e refúgios associados, de forma a propiciar condições de interligação entre eles, para garantir a diversidade e o endemismo de flora e fauna e a continuidade do corredor sudeste de Mata Atlântica;
- Assegurar a manutenção das paisagens naturais, das planícies litorâneas às escarpas que ocorrem no PNSB;
- Proteger as nascentes do PNSB, priorizando os formadores do rio Paraitinga e os tributários que correm para o litoral;
- Proteger de forma compartilhada a Bacia do rio Mambucaba;
- Preservar a história natural do PNSB e o seu papel no processo de interiorização do Brasil, a partir do contexto regional;
- Conservar, de forma compartilhada, a cultura "caipira" e "tropeira", protegendo o patrimônio histórico-cultural;
- Assegurar o PNSB como relevante área da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;
- Propiciar a pesquisa científica orientada ao reconhecimento dos elementos naturais e culturais e suas áreas correlatas;
- Propiciar lazer e recreação em função das belezas cênicas e atrativos naturais e culturais;
- Possibilitar o ecoturismo como fator de desenvolvimento e integração regional;
- Levar o visitante e a população lindeira a compreender e a respeitar a multiplicidade de formas e processos ecológicos do PNSB, e a valorizar a conservação ambiental.

Avaliação Estratégica

Fase 1

- A avaliação estratégica foi desenvolvida em duas fases, na primeira foi utilizado o método AER (Avaliação Ecológica Rápida), desenvolvido pelas Organizações Não Governamentais.
 - utilizado para determinar de forma rápida e eficiente as principais características da paisagem e para identificar aquelas comunidades naturais e habitats que são únicos ou que tem importância ecológica alta, composta por múltiplos passos distintos, porém, inter-relacionados.
- Para os métodos socio-econômicos-culturais:
 - foi utilizada a metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo em Agroecossistemas (DRPA);
 - Levantando informações sobre as comunidades residentes da área.

Avaliação Estratégica

Fase 2

- utilizou-se princípios de avaliação da paisagem onde três elementos foram entendidos como elementos-referência para o zoneamento, sendo eles, Relevo; Cobertura vegetal; Uso da terra;
- Para cada tema desenvolvido objetivou-se estabelecer a distribuição, as quantidades, as qualidades e a significância das variações observadas no meio.

Zoneamento

- O zoneamento consiste em ser um instrumento técnico de gestão voltado a máxima preservação e conservação dos recursos naturais, além do uso indireto para fins culturais, recreativos e científicos, além de ter o propósito de contribuir para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados.
- As zonas foram definidas com limites fáceis de se visualizar e identificar em campo, através de suas características naturais e de suas potencialidades.
 - **Tipos de Zona:**
 - **Zona Intangível:** caracteriza-se pelo alto grau de conservação ambiental;
 - **Zona Primitiva:** áreas naturais bem conservadas, com pequena ou mínima intervenção humana.
 - **Zona de uso extensivo:** constituída em sua maior parte por ecossistemas naturais conservados, podendo apresentar algumas alterações humanas.
 - **Zona Histórico-Cultural:** são encontradas as manifestações históricas e culturais que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público, servindo à pesquisa, educação e uso científico.

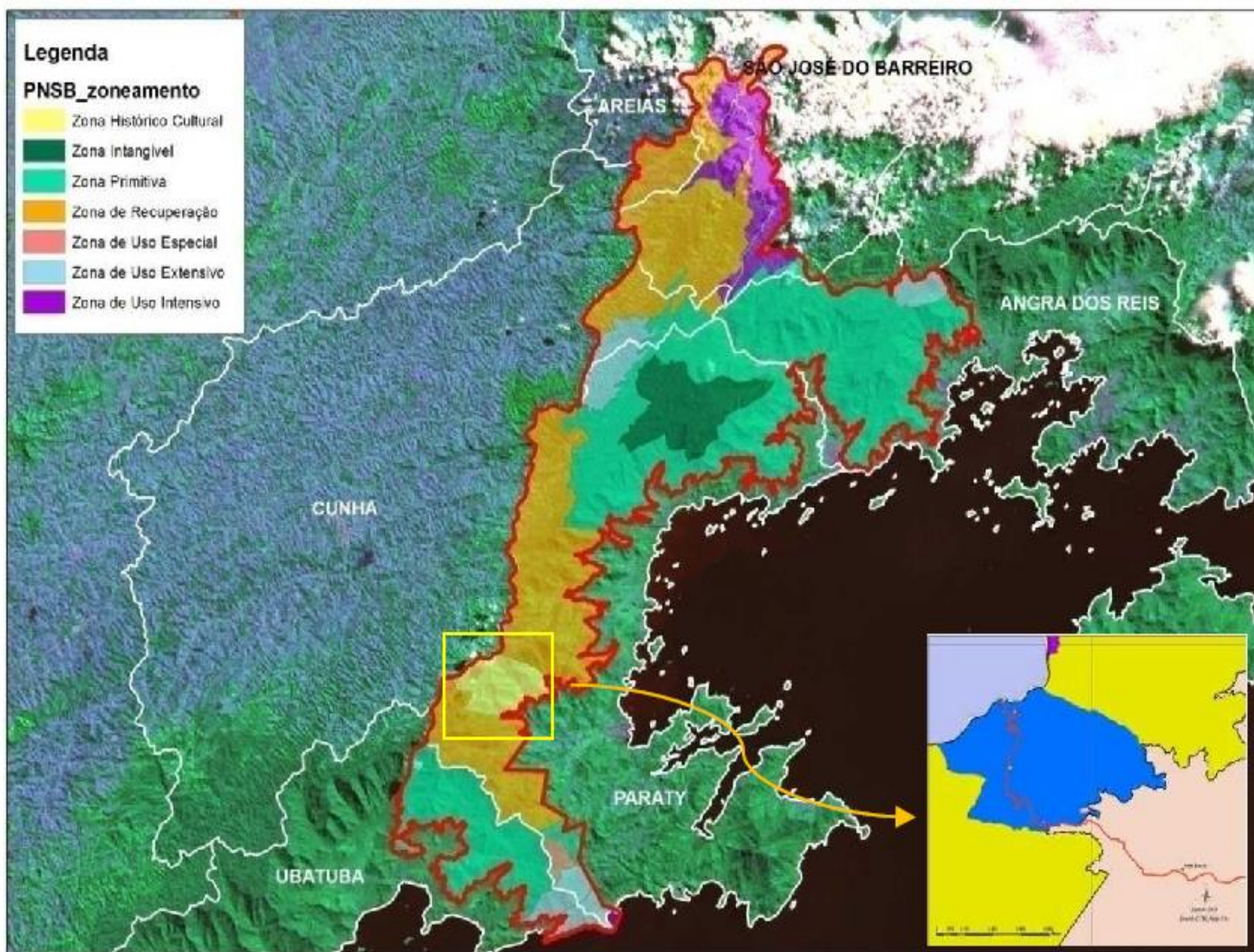
Zoneamento

- **Zona de Uso Intensivo:** É aquela constituída, em sua maior parte, por áreas naturais já alteradas pelo homem. Os ecossistemas alterados, em função das sucessivas interferências, têm baixo valor ambiental.
- **Zona de Uso Especial:** apresenta ecossistemas em estado alterado, de médio a baixo valor ambiental, ou de alto valor ambiental, mas que apresentam usos conflitantes, como área indígena, BR 101 e torres de transmissão. Ela se destina a conter as áreas necessárias à administração, à manutenção e aos serviços do Parque, abrangendo habitações, oficinas e/ou rodovias consolidadas, além de áreas com ocupação indígena.
- **Zona de Recuperação:** constituída em sua maior parte por ecossistemas degradados que, com sua flora e fauna, têm altos a médios valores ligados à biodiversidade, como valor para a herança humana, para o equilíbrio do ambiente, ético, científico, e pelo próprio desconhecimento que se tem sobre eles.

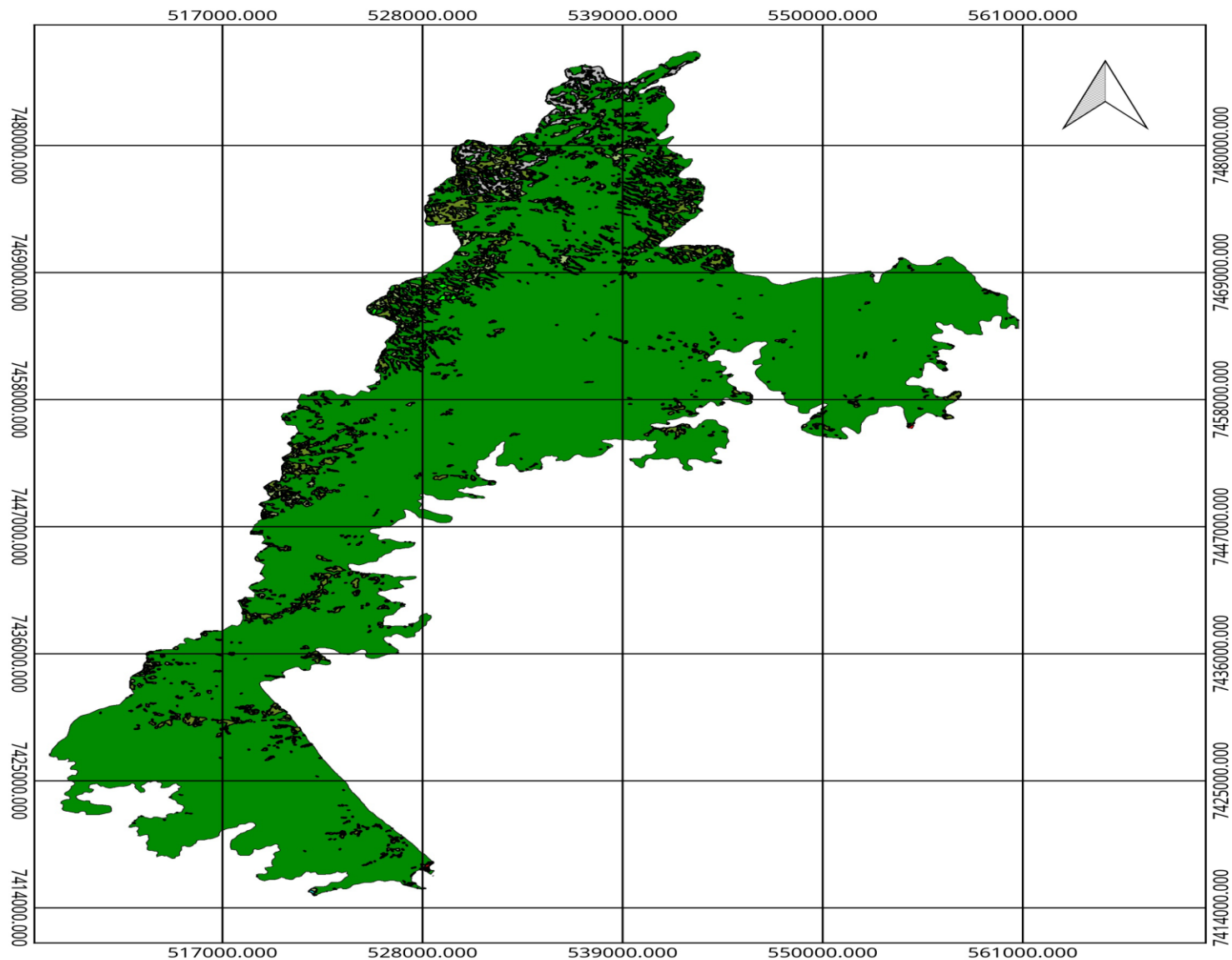
Legenda

PNSB_zoneamento

- Zona Histórico Cultural
- Zona Intangível
- Zona Primitiva
- Zona de Recuperação
- Zona de Uso Especial
- Zona de Uso Extensivo
- Zona de Uso Intensivo



MAPA DE USO E COBERTURA DO SOLO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA - 2018



0.5 0 0.5 1 1.5 2 km

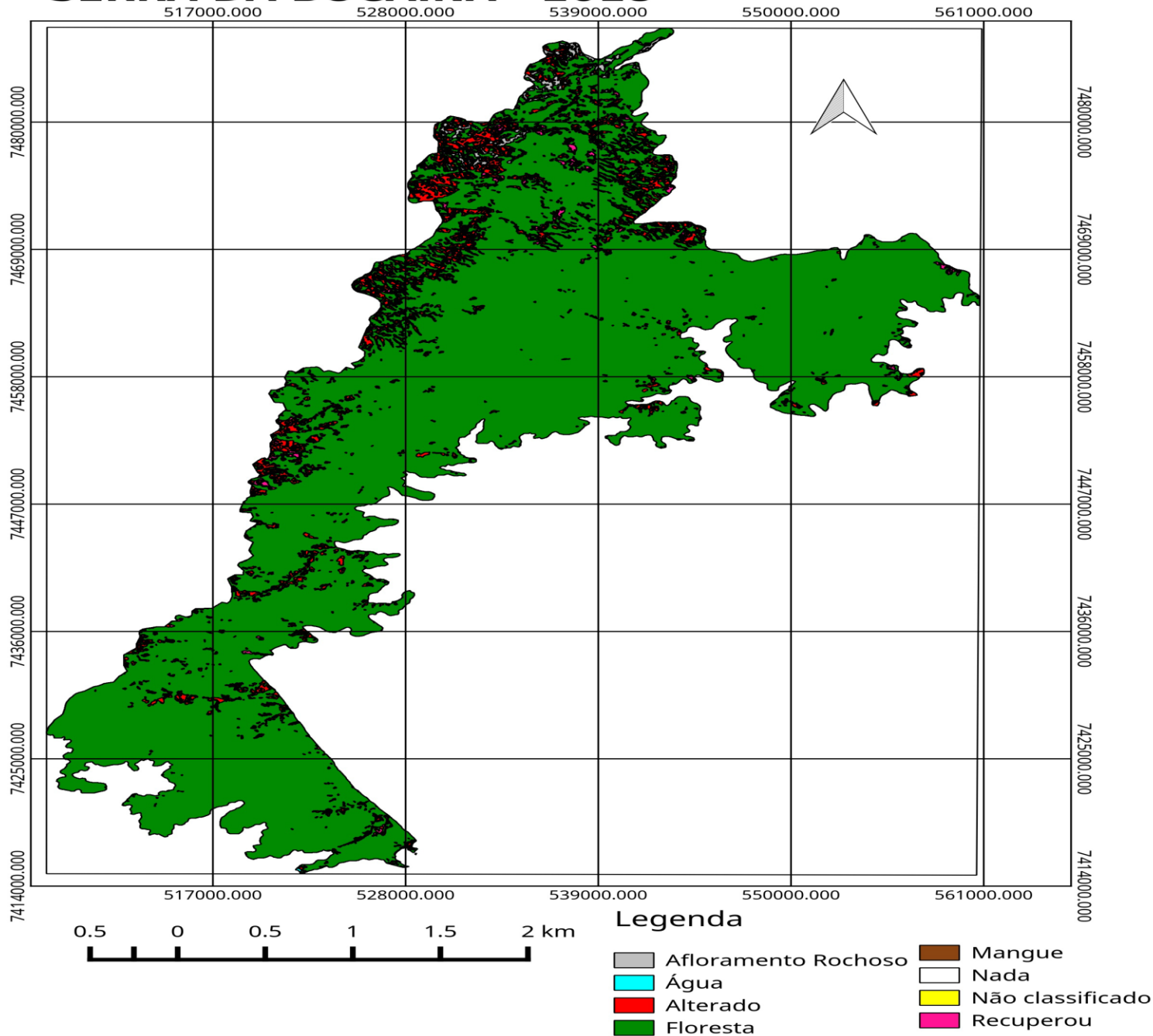


O Parque Nacional da Serra da Bocaina é um exemplo de Unidade de Conservação habitada, com inúmeros impactos decorrentes deste fato.

O complexo problema de ocupação se inicia em função dos limites geográficos do Parque: apesar de descritos pelo Decreto que cria a Unidade, estes limites são imprecisos, desconhecidos ou ignorados pela população da região, fato agravado pela ausência de uma demarcação física.

Fonte: Mapbiomas, 2019

MAPA DE TRANSIÇÃO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA - 2018



Este mapa demonstra as áreas abrangentes pelo parque nacional da Bocaina onde ao longo dos anos vieram sofrendo alterações, podendo ser derivados de constantes atividades humanas como ocupação, a agricultura de corte e queimada e a conversão da floresta em pasto entre outros, podendo provocar fenômenos como erosão e assoreamento, que podem inviabilizar a recuperação ou mesmo a recomposição de um sistema natural podendo levar a eventos naturais catastróficos que também podem ser prejudiciais à manutenção da diversidade das espécies e, particularmente, àquelas espécies que já estão em vias de extinção.

Fonte: Mapbiomas, 2019

Estação Ecológica de Tamoios

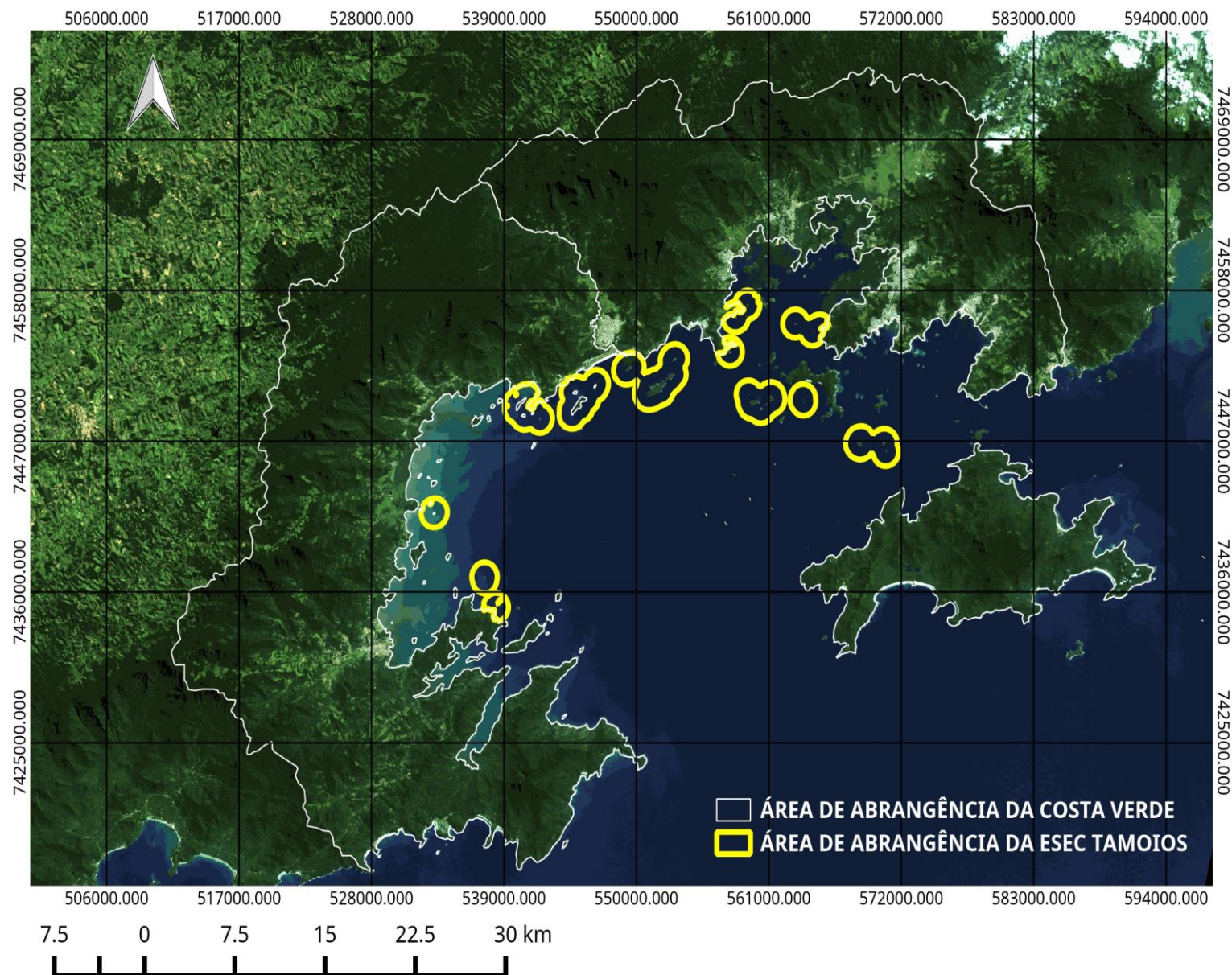


Estação Ecológica de Tamoios

- A categoria “Estação Ecológica” das unidades de conservação foi criada através da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, definindo-a em seu artigo 1º como:
“áreas representativas de ecossistemas brasileiros, destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia, a proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista”.
- O Decreto nº 84.973, de 29 de julho de 1980, que dispõe sobre a co-localização de estações ecológicas e usinas nucleares determinou expressamente que estas deveriam ser localizadas em áreas delimitadas como estações.
- Objetivando atender a esse dispositivo, foi criada a Estação Ecológica de Tamoios, pelo Decreto nº 98.864, de 23 de janeiro de 1990, localizada nos Municípios de Angra dos Reis e Parati, Estado do Rio de Janeiro, composta de 29 (vinte e nove) ilhotas, ilhas,1 ,lajes e rochedos, situados na baía da Ribeira, em Angra dos Reis, e na baía da Ilha Grande, em Parati

A Estação Ecológica de Tamoios, é uma unidade basicamente marinha, sendo que este ecossistema representa 97% da área protegida da unidade. localiza-se nos Municípios de Angra dos Reis e Parati, Estado do Rio de Janeiro, é composta de 29 (vinte e nove) ilhotas, ilhas, lajes e rochedos, situados na baía da Ribeira, em Angra dos Reis, e na baía da Ilha Grande, em Parati.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE TAMOIOS - 2019



Objetivos da Esec Tamoios

- a Estação Ecológica de Tamoios apresenta os seguintes objetivos específicos, relacionados no seu Plano de Manejo:
 - Preservar parcelas significativas dos ambientes insular e marinho da baía da Ilha Grande;
 - Contribuir decisivamente para a restauração da diversidade biológica desses ambientes;
 - Preservar integralmente a fauna e flora, insular e marinha, nos limites da estação;
 - Preservar as áreas de nidificação, pouso e alimentação da avifauna marinha;
 - Assegurar o livre trânsito e permanência dos pingüins, pinípedes e cetáceos na estação e zona de amortecimento;
 - Contribuir para manutenção do estoque pesqueiro, principalmente no que se referir às espécies de sardinha e camarão;
 - Garantir refúgio para as espécies que sofrem pressões de pesca e caça esportiva, tais como: badejo, garoupa, robalo, mero, cherne, dentre outros;
 - Propiciar condições para o efetivo monitoramento dos impactos decorrentes das atividades existentes na área de influência, como: usinas nucleares, terminais petrolíferos, empreendimentos imobiliários, portos, ocupação urbana, estaleiros navais, pesca, etc.
 - Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento nos ambientes insulares e marinhos que compõem a Estação;
 - Assegurar o reconhecimento pela sociedade da importância da estação ecológica para a manutenção da qualidade de vida;
 - Propiciar atividades de educação ambiental de acordo com categoria da unidade.

Zoneamento

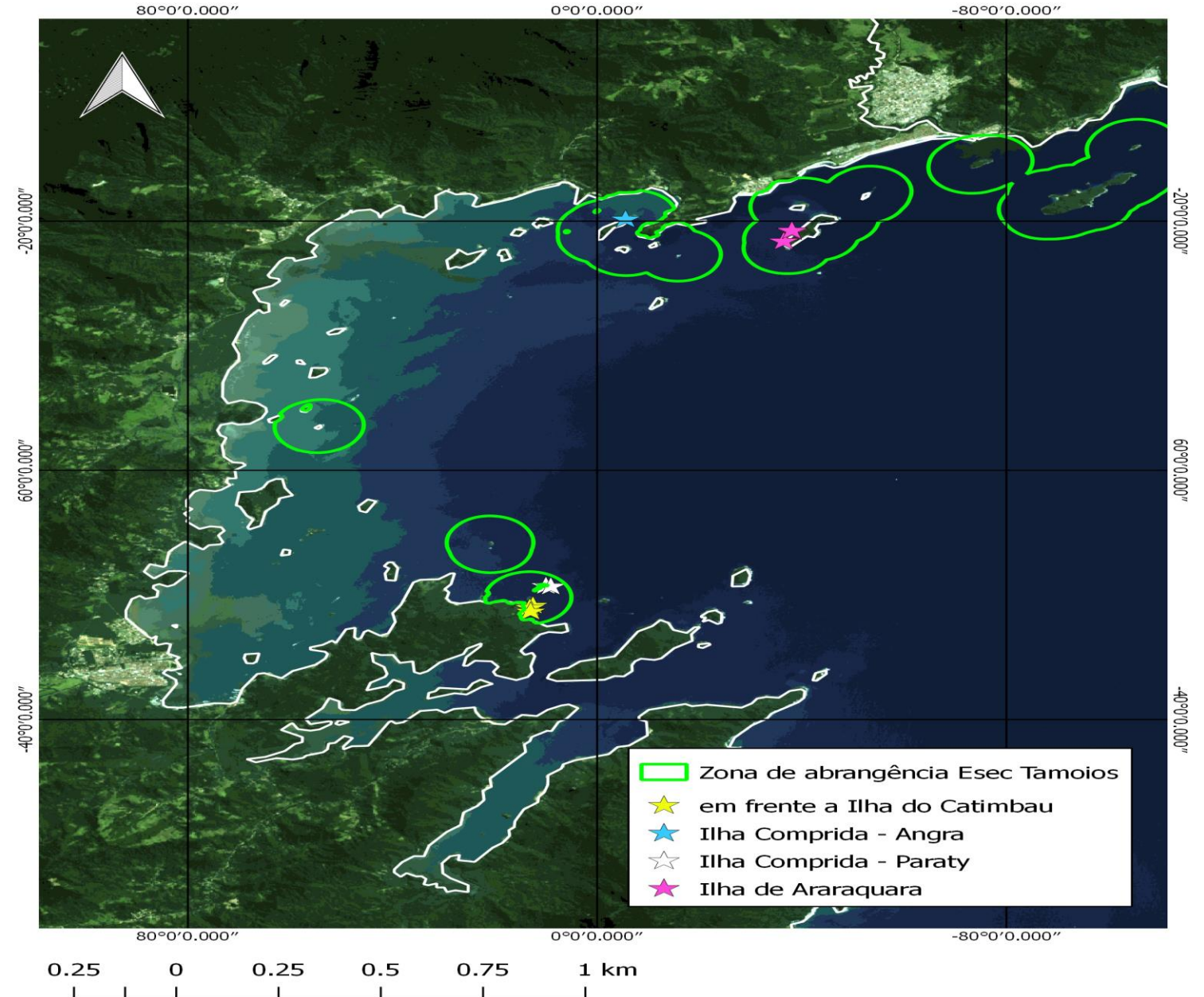
- O zoneamento consiste em ser um instrumento técnico de gestão voltado a máxima preservação e conservação dos recursos naturais, além do uso indireto para fins culturais, recreativos e científicos, tendo o propósito de contribuir para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados.
- Os critérios de classificação das zonas da Esec tamoiós variam segundo os graus: alto, médio, baixo e inexistente de acordo com as categorias escolhidas;

➤ Conservação do ambiente – Avaliação das condições gerais visíveis ou identificadas mediante indicadores do meio ambiente, variando desde o primitivismo (alto) até uma degradação ambiental substancialmente perceptível (baixo);

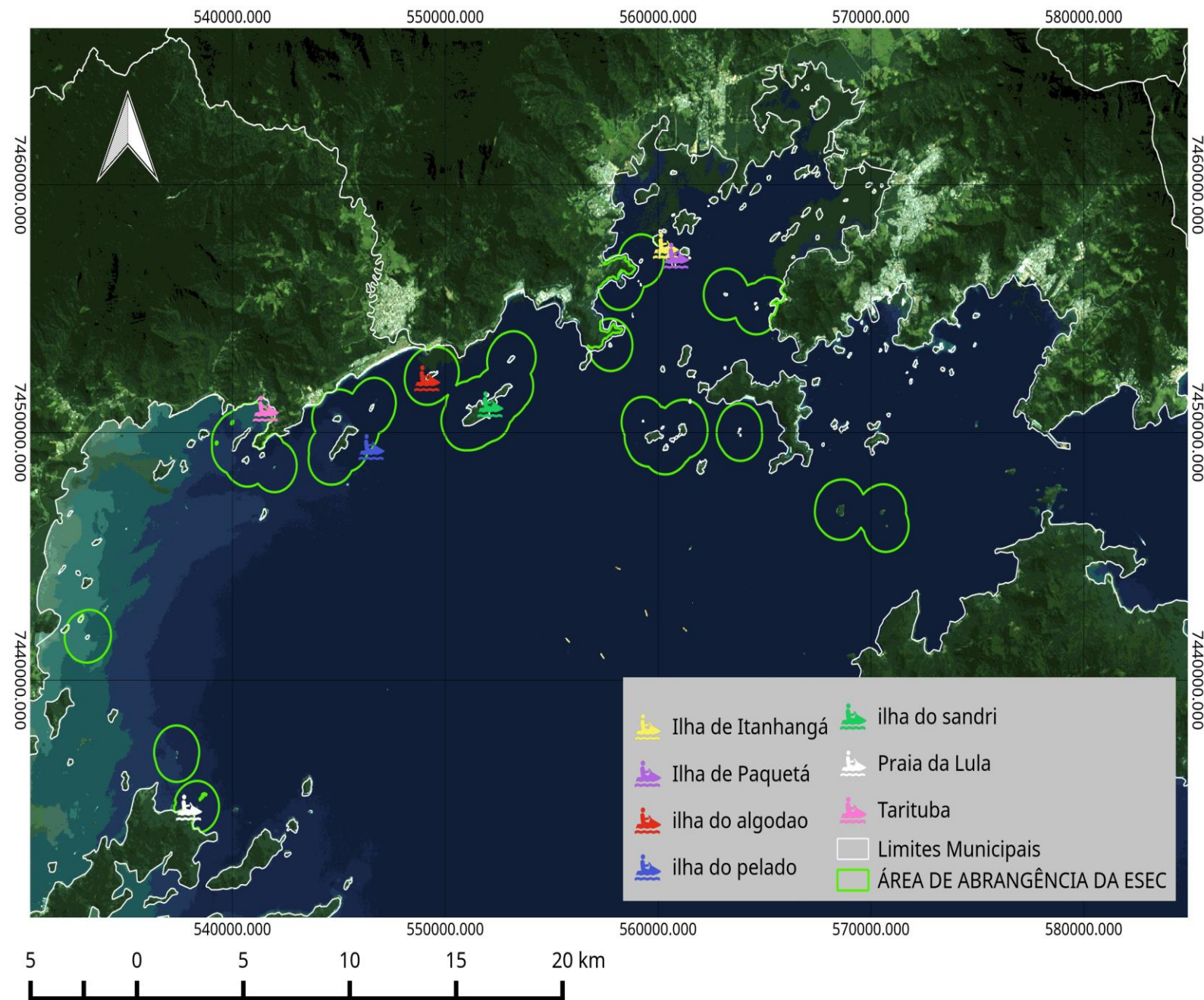
| Grau | Zona indicada |
|-------|--------------------------------------|
| Alto | Intangível, Primitiva |
| Médio | Histórico-Cultural, Extensivo |
| Baixo | Recuperação, Uso especial, Intensivo |

Localização dos cercos flutuantes existentes nas zonas protegidas pela Estação Ecológica de Tamoios - 2019

Este é um mapa de localização de todos os pontos onde existem cercos flutuantes - arte fixa de captura construída em rede, instalada próxima às costeiras e ilhas.



PONTOS TURÍSTICOS EXISTENTES NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA ESEC TAMOIOS - 2019



Mapa de Conflitos:

Este mapa, localiza alguns pontos turísticos mapeados no diagnóstico da baía da ilha grande, na área pertencente a estação ecológica da Tamoios, sendo tal prática inadequada e irregular por se estabelecerem em uma Unidade de Conservação voltada para a proteção da natureza onde somente atividades de pesquisa e de educação ambiental são permitidas.

Consequentemente, ao longo da costa verde existe uma série de empreendimentos imobiliários (influenciados pelo turismo) que, através da ocupação de encostas, margens dos rios ou ilhas e costões rochosos, causam desmatamentos e poluem as águas causando danos severos aos ecossistemas marinhos, sendo estas, consequências que não deveriam ocorrer, pois o correto seria estas áreas estarem protegidas e em constante monitoramento pela ESEC Tamoios.

Avaliação Estratégica

- A avaliação estratégica, em um processo de planejamento, tem por objetivo fazer um diagnóstico sintético das possibilidades oferecidas à UC e das fragilidades às quais está submetida, em seus quadros interno e externo.
- A análise do quadro interno permite a identificação das forças mais atuantes e fraquezas mais debilitantes. O quadro externo identifica as oportunidades mais acessíveis e as ameaças de maiores impactos oferecidas à UC.
- A avaliação contou com os seguintes elementos:
 - Participação da sociedade civil, organizações governamentais e não governamentais;
 - Análise do contexto local, regional e nacional.

Análise

Quadro 6.2.2-1 – Classificação, em ordem decrescente, das forças mais atuantes do cenário interno na Matriz de Avaliação Estratégica.

| | | |
|------------------------|--|----|
| Forças (Pontos Fortes) | Preservar a biodiversidade marinha da baía da Ilha Grande | 31 |
| | Proteger ecossistemas pouco representados em outras UCs | 25 |
| | Proteger rotas de espécies migratórias | 22 |
| | Proteger áreas de reprodução e desenvolvimento de espécies econômicas | 21 |
| | Contribuição para o turismo contemplativo favorecido pela beleza cênica preservada | 15 |
| | Cenários propícios para educação ambiental | 14 |
| | Atuar como indicador ambiental do complexo nuclear | 13 |
| | Recuperação natural do ambiente através das ilhas pouco degradadas | 12 |
| | Composição do mosaico de UUs da região | 11 |
| | Localização da UC próxima às universidades e centros de pesquisa | 9 |

Quadro 6.2.2-2 – Classificação, em ordem decrescente, das fraquezas mais debilitantes do cenário interno na Matriz de Avaliação Estratégica

| | | |
|---------------------------|---|----|
| Fraquezas (Pontos Fracos) | Precariedade de educação ambiental | 26 |
| | Poluição por esgoto doméstico | 24 |
| | Atividade pesqueira | 24 |
| | Deficiência de infra-estrutura administrativa | 21 |
| | Atividades turísticas e recreativas | 20 |
| | Insuficiência de conhecimento científico | 19 |
| | Dificuldade de fiscalização | 18 |
| | Trânsito de embarcações | 16 |
| | Dificuldade de delimitação clara da UC | 14 |
| | Conflitos fundiários/ocupação | 11 |

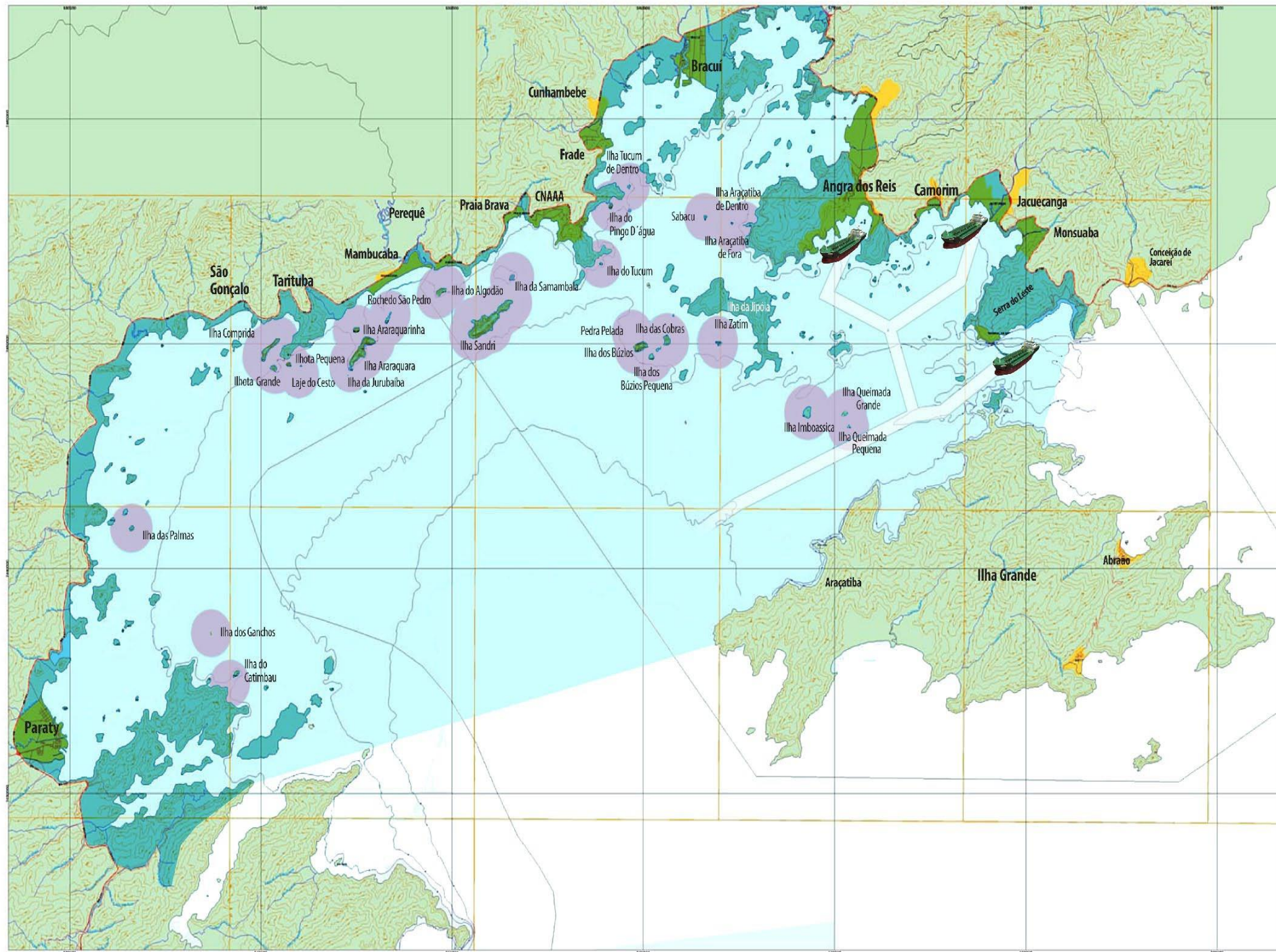
Análise externa

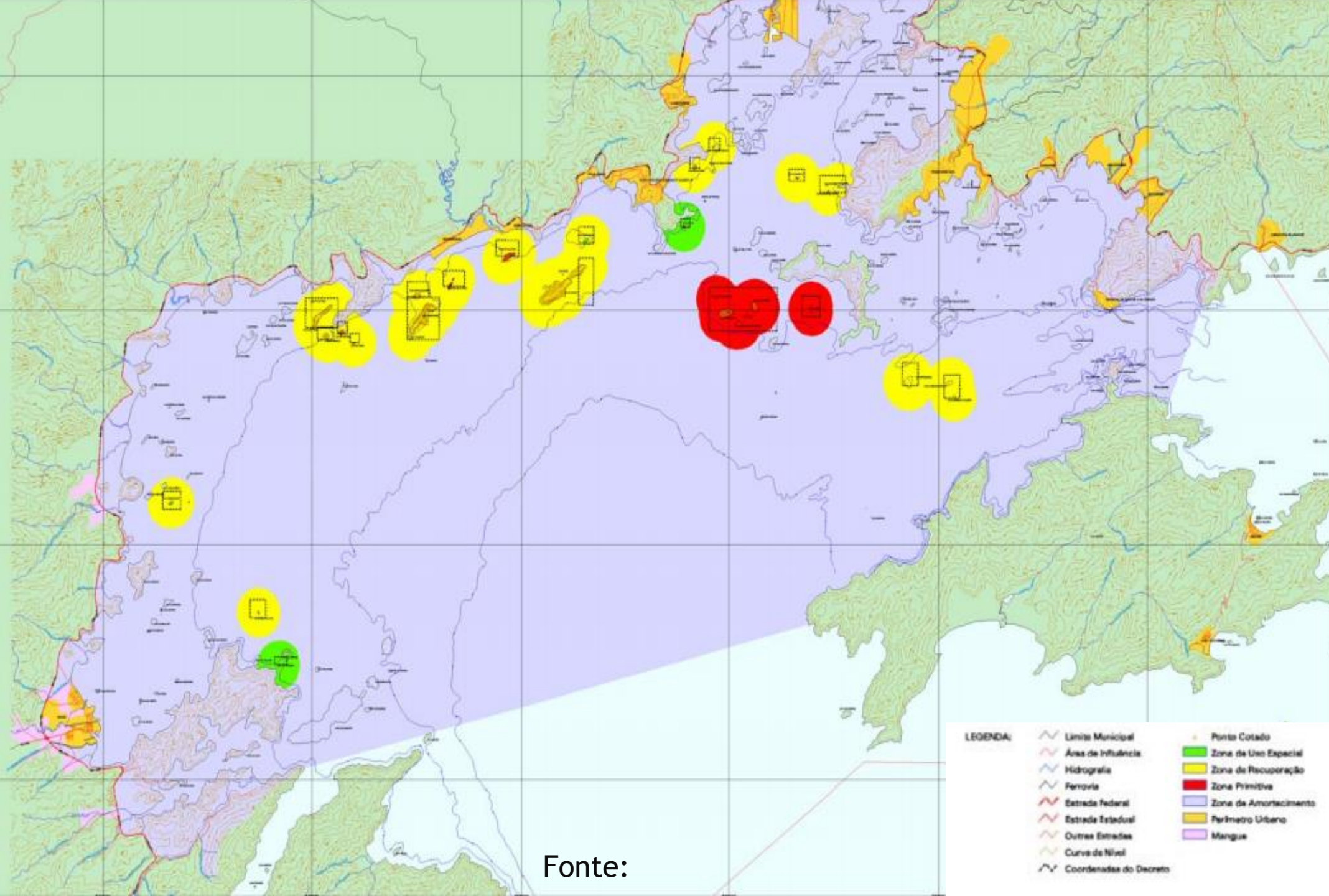
Quadro 6.2.3-1– Classificação, em ordem decrescente, das oportunidades mais acessíveis do cenário externo na Matriz de Avaliação Estratégica

| | | |
|---------------|--|----|
| Oportunidades | Interesse de universidades/centros de pesquisas em desenvolver pesquisa na estação | 30 |
| | Interesse das prefeituras em apoiar ações de proteção dos recursos marinhos | 28 |
| | Interesse de ONGs em realizar educação ambiental | 25 |
| | Interesse de alguns setores econômicos em preservar a área | 24 |
| | Interesse da comunidade de Tarituba na proteção da UC | 20 |
| | Interesse de empresas em promover a imagem financiando ações | 19 |
| | Existência de outras UCs, possibilitando gestão integrada | 18 |
| | Existência de base da marinha próxima da UC | 16 |
| | Existência de laboratório da ETN com informações/dados oceanográficos | 13 |
| | Existência de empresas com passivo ambiental | 13 |

Quadro 6.2.3-2 – Classificação, em ordem decrescente, das ameaças do cenário externo da Matriz de Avaliação Estratégica.

| | | |
|---------|---|----|
| Ameaças | Desordenamento do turismo | 27 |
| | Sobrepunção do poderio econômico e político sobre o interesse coletivo | 21 |
| | Pouco conhecimento da existência da UC pela população local | 20 |
| | Poluição por resíduos provenientes de marinas | 18 |
| | Desordenamento do crescimento do entorno | 16 |
| | Degradação dos manguezais | 15 |
| | Lançamento de efluentes domésticos dos núcleos urbanos na baía da Ilha Grande | 14 |
| | Proximidade de empreendimentos poluidores | 11 |
| | Presença de grandes empreendimentos sem tratamento adequado de efluentes | 8 |
| | Poluição das águas provenientes da baía de Sepetiba | 7 |



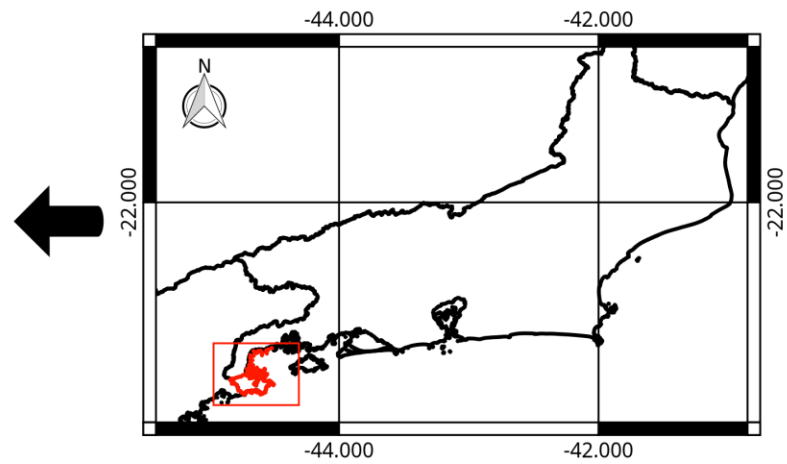
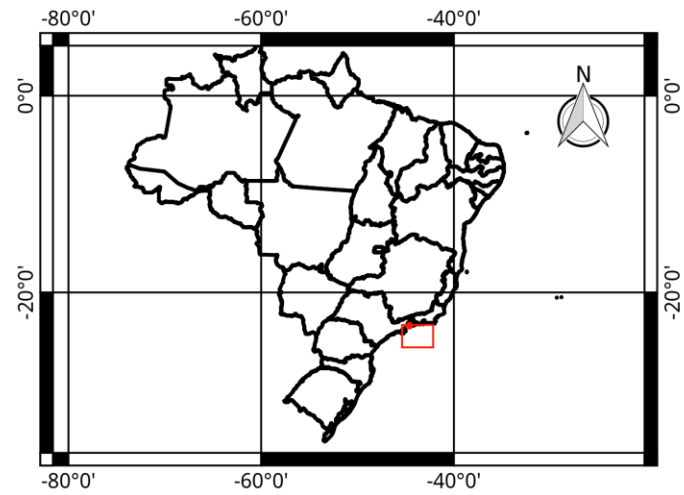
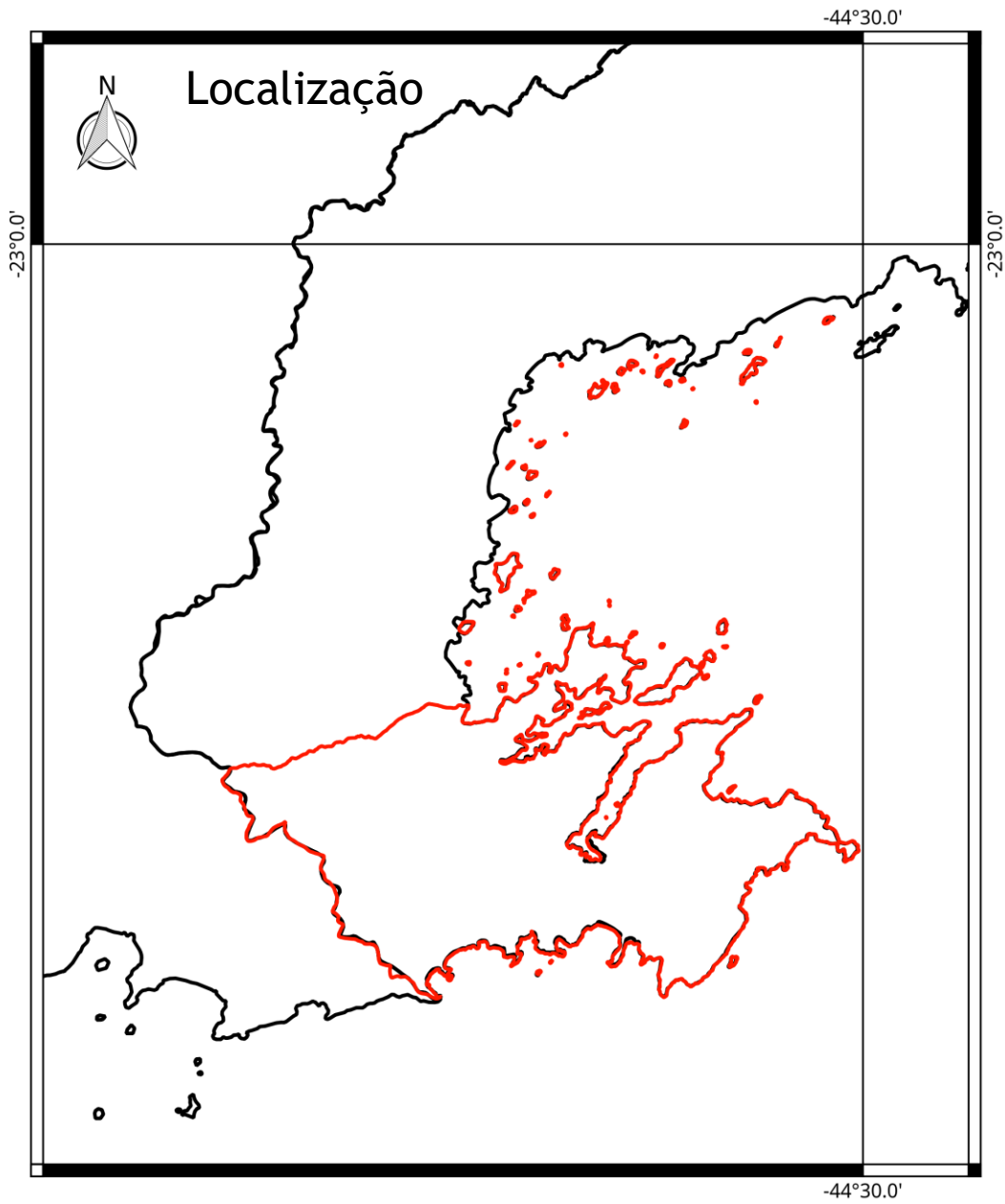


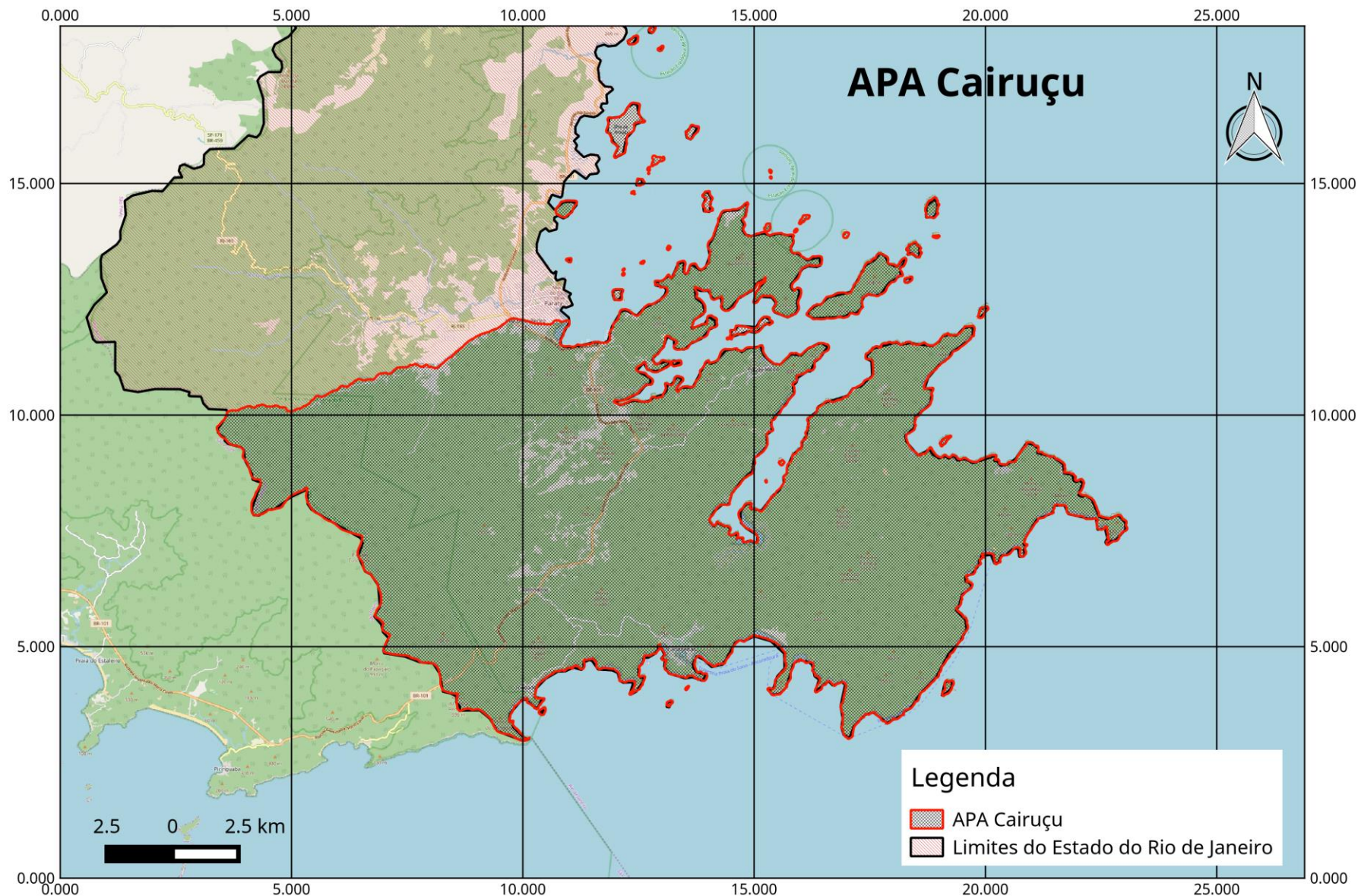
- LEGENDA:
- | | |
|------------------------|-----------------------|
| Limite Municipal | Zona de Uso Especial |
| Área de Influência | Zona de Recuperação |
| Hidrografia | Zona Primitiva |
| Ferrovia | Zona de Amortecimento |
| Estrada Federal | Perímetro Urbano |
| Estrada Estadual | Mangue |
| Outras Estradas | |
| Curva de Nível | |
| Coordenadas do Decreto | |

Fonte:

Área de Proteção Ambiental do Cairuçu







A APA CAIRUÇU está localizada ao sul do Município de Paraty, RJ, tendo uma área continental. Englobando 63 ilhas na Baía de Paraty, desde a Ilha do Algodão do norte, em Mambucaba, até a Ilha de Trindade, em Trindade. Possui aproximadamente 33.000 ha.

Criação

- A Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu é uma unidade de conservação federal ligada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) criada por meio do Decreto nº 89.242 de 27 de dezembro de 1983.
- Por ser uma unidade de conservação federal de uso sustentável, a APA de Cairuçu visa a coexistência em equilíbrio da natureza e a sociedade, promovendo a conciliação entre as atividades humanas e a conservação da biodiversidade, tencionando a melhoria da qualidade de vida da população.

Objetivo

- "Assegurar a proteção do ambiente natural e sistemas hidrológicos da região, proteger as paisagens de grande beleza cênica da Mata Atlântica, apoiar a manutenção das comunidades tradicionais integradas nesse ecossistema, promover o desenvolvimento do turismo sustentável e incentivar a adoção de práticas sustentáveis em seu território."



Plano de Manejo

- Publicado pela Portaria nº 533 de 24 de maio de 2018, o novo plano de manejo da APA de Cairuçu é o resultado de um longo trabalho de revisão coordenado e executado pelo ICMBio. Desde meados de 2016, mais de 50 reuniões foram realizadas com as diferentes comunidades residentes no território da APA, empresariado e representantes de órgãos públicos, garantindo ampla participação social durante esse processo.
- O atual plano de manejo que rege a APA Cairuçu foi atualizado no ano de 2018, o processo levou aproximadamente dois anos para ser concluído. O plano anterior havia sido feito no ano de 2005;



Plano de Manejo

- O resultado é um documento construído coletivamente que espelha a realidade das comunidades habitantes da APA e seus diferentes usos do território;
- O processo de revisão foi conduzido pela equipe da APA e pelo conselho gestor da unidade, que estabeleceu quatro etapas de desenvolvimento: oficinas de diagnóstico participativo, reuniões setoriais com órgãos públicos e empresários, oficinas técnicas e oficinas de planejamento participativo.

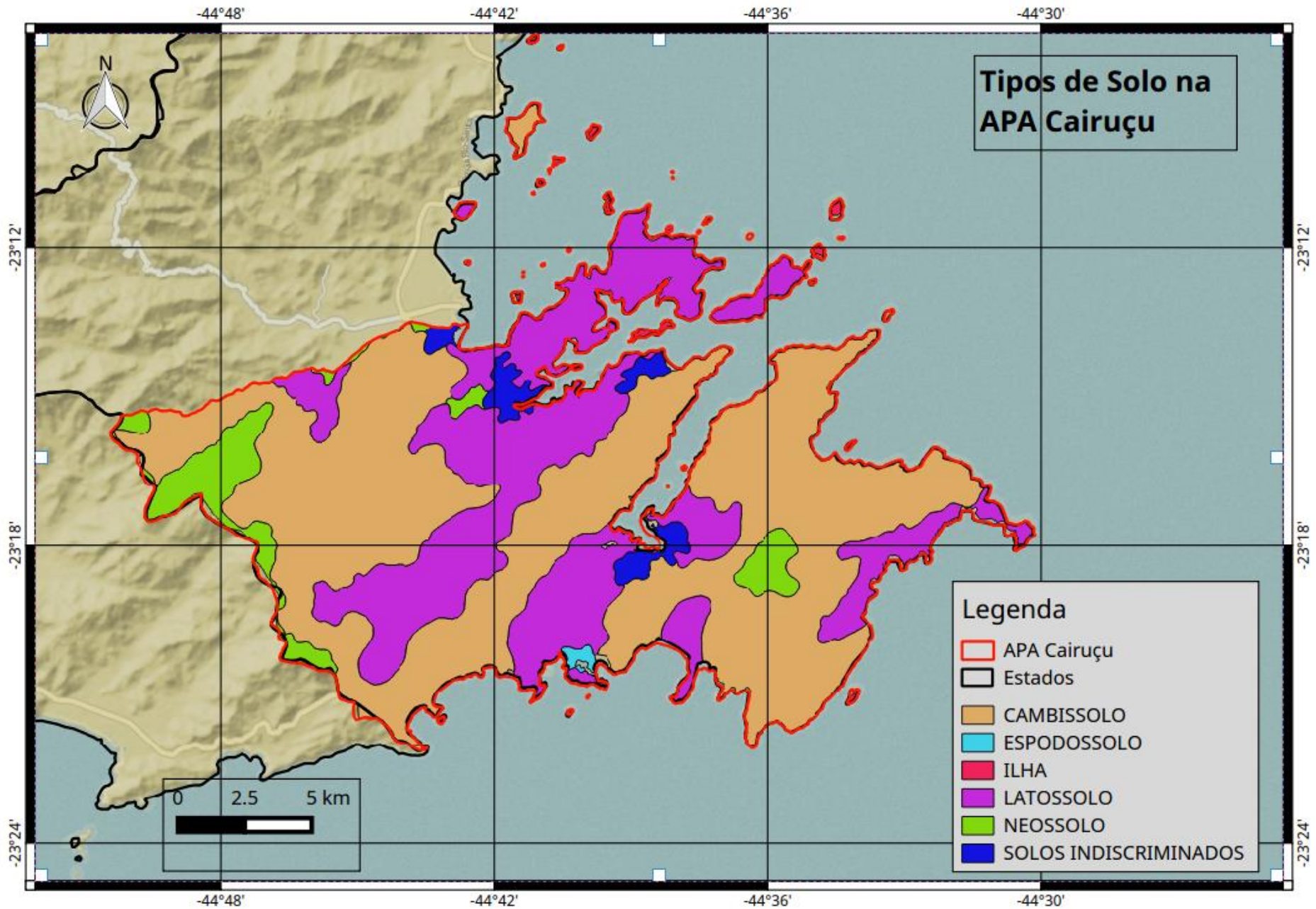


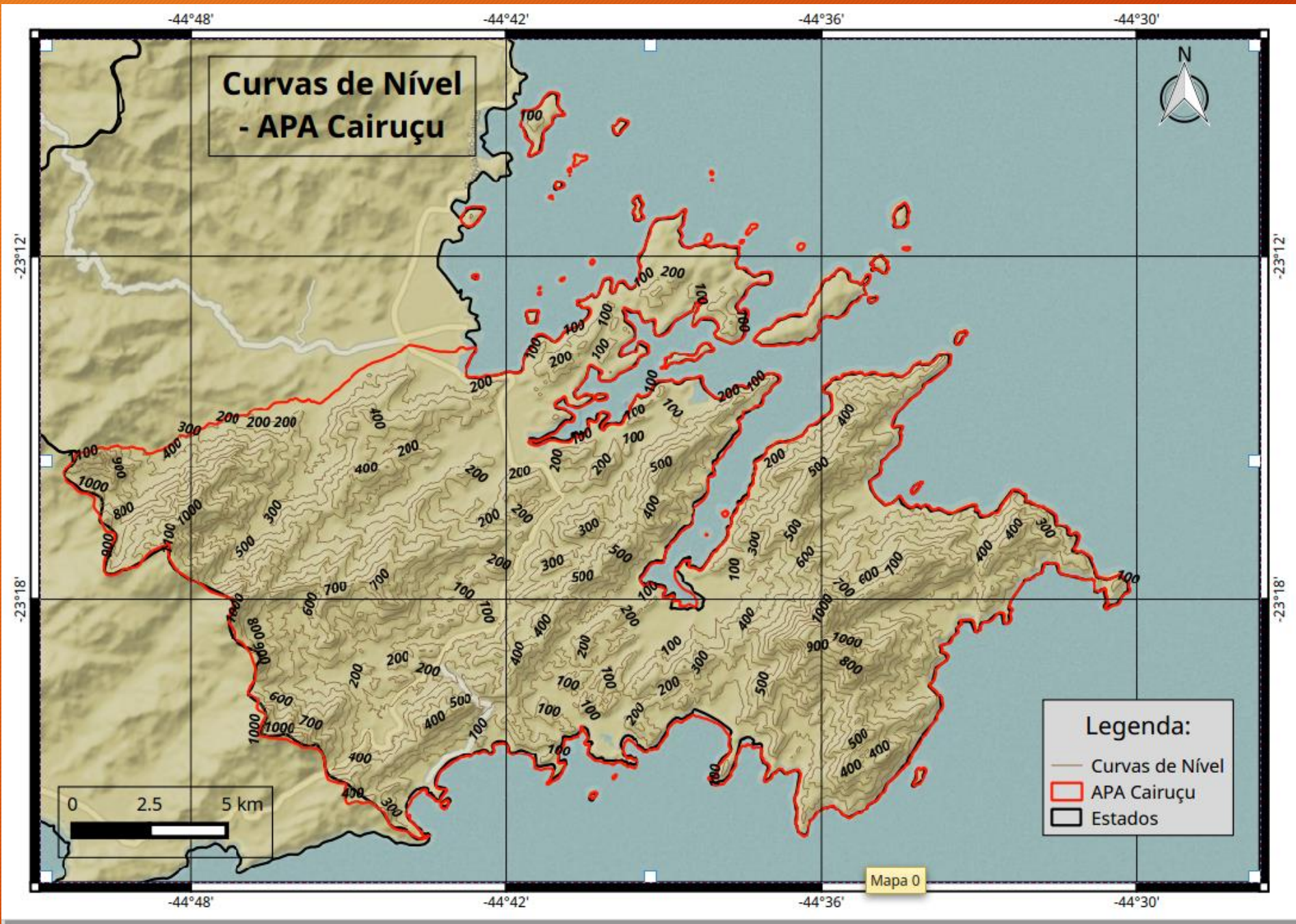
Integrantes do Conselho Gestor



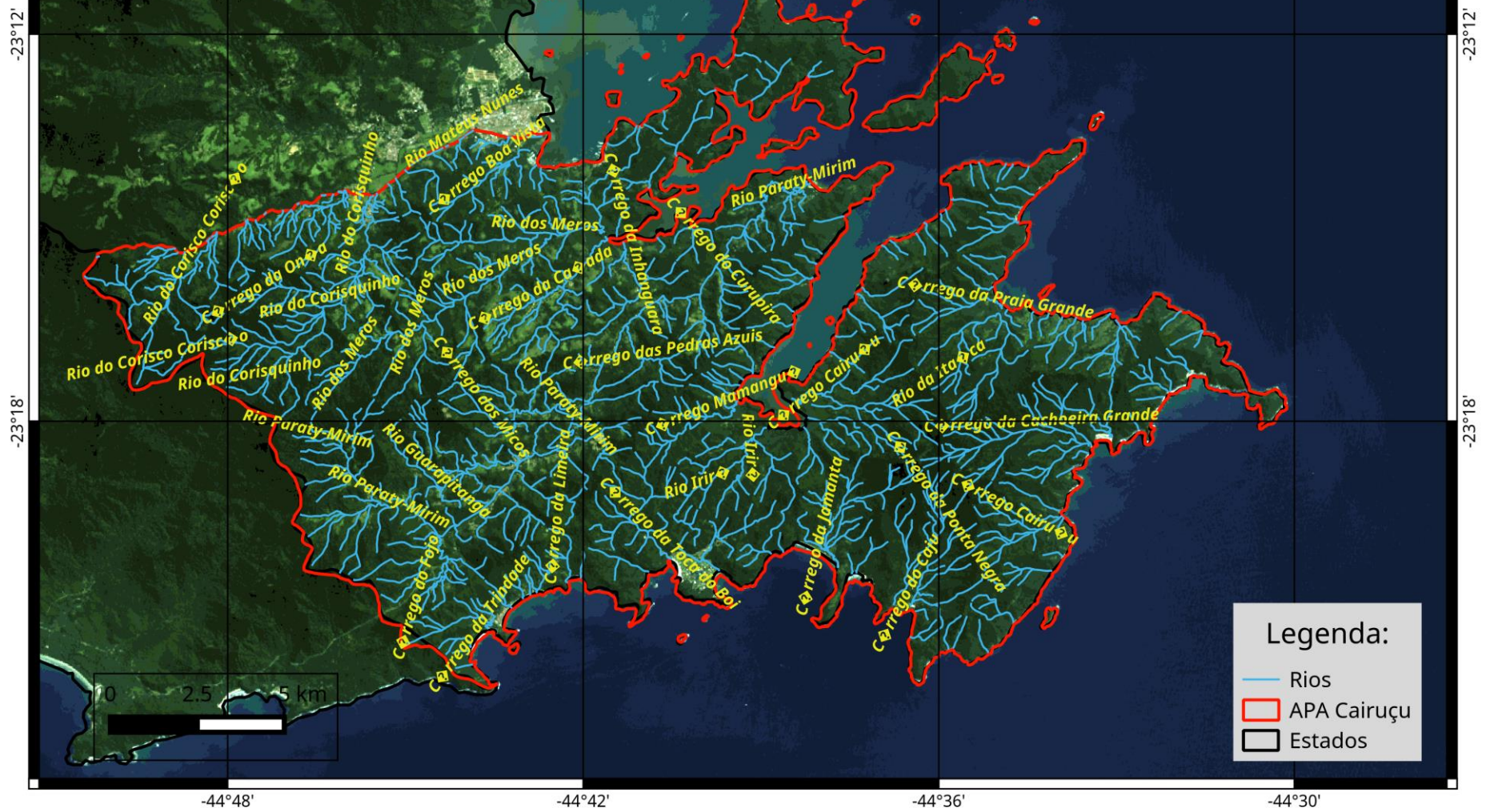
Integrantes do Conselho Gestor







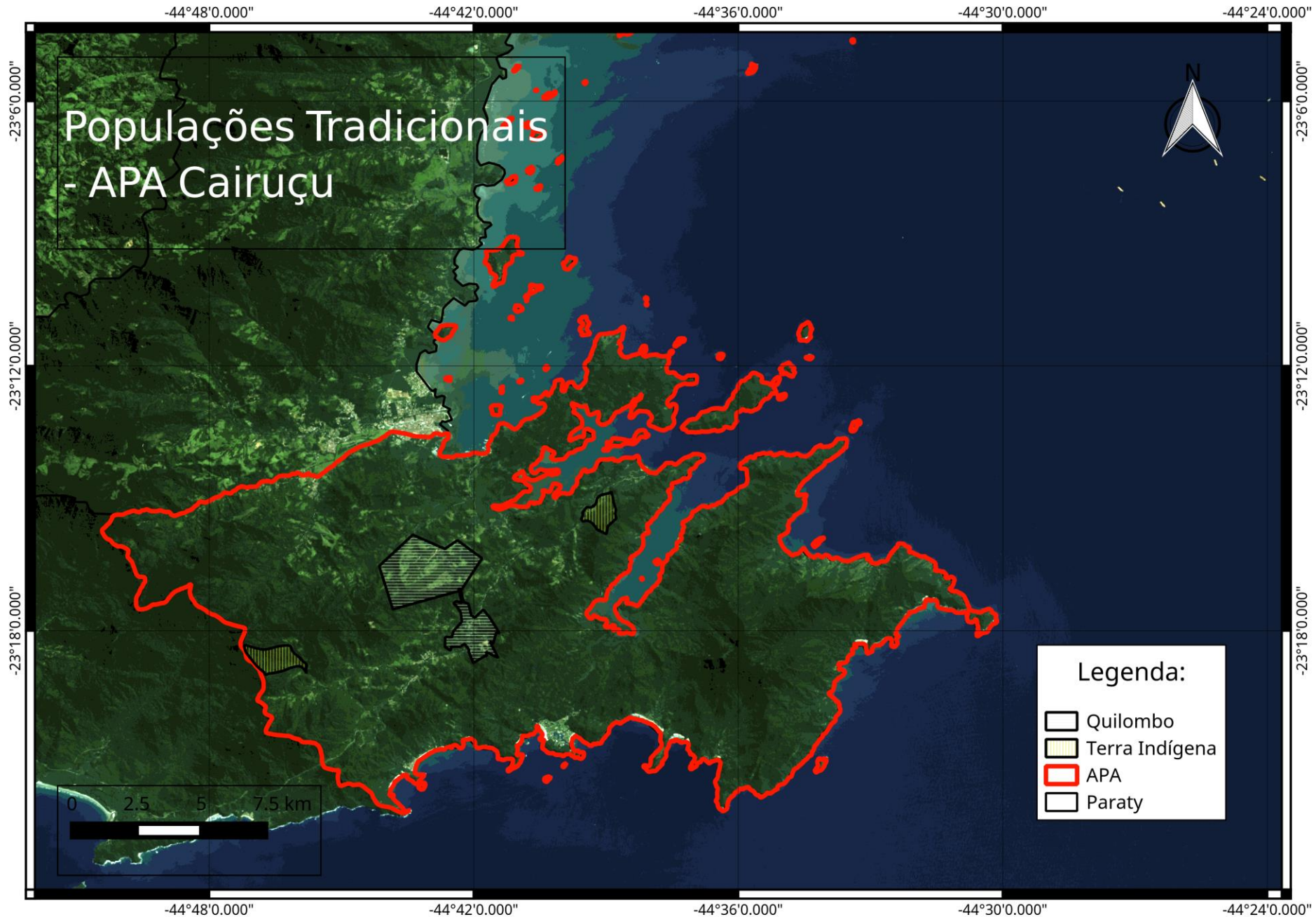
Malha Hidrográfica - APA Cairuçu



Legenda:

- Rios
- ▭ APA Cairuçu
- ▭ Estados





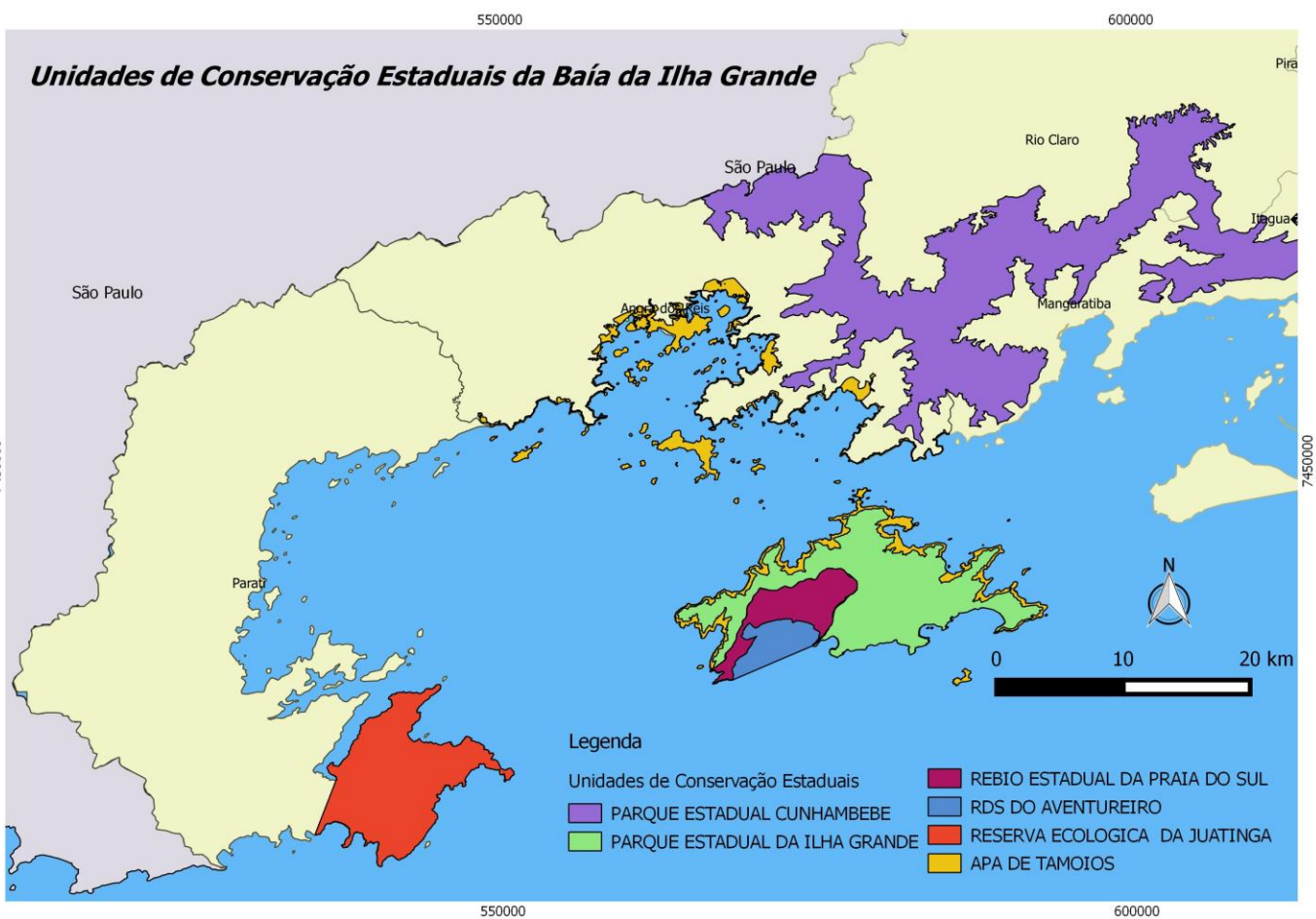


ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
CAIRUÇU
ICMbio-MMA



ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
CAIRUÇU
ICMBio-MMA

Unidades de Conservação Estaduais



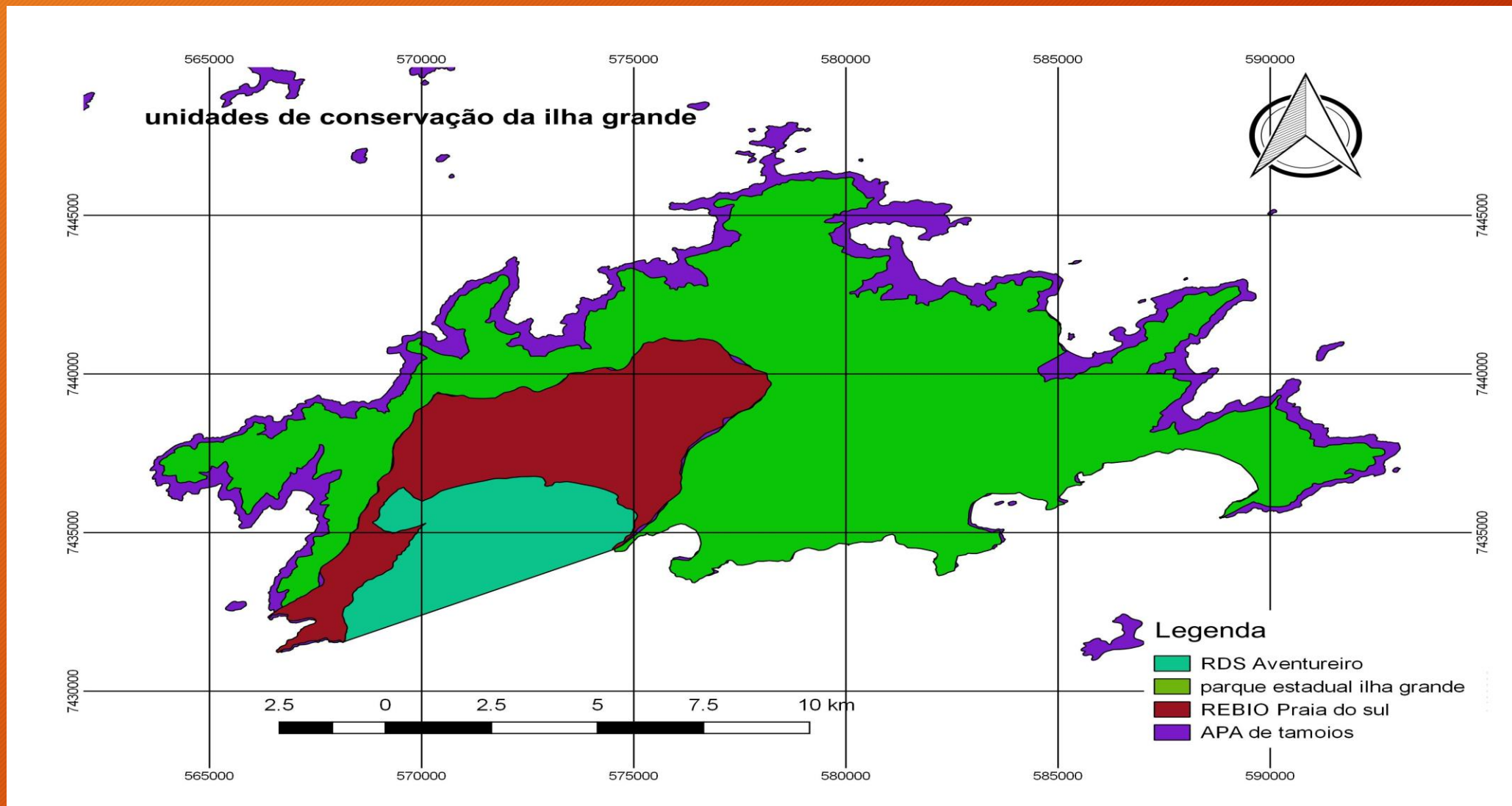
1. Unidades de Conservação da Ilha Grande

1. a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, que protege de forma estrita o último trecho do litoral fluminense onde há um contínuo vegetacional nativo ininterrupto, do topo das montanhas até a orla marítima.
2. o Parque Marinho do Aventureiro, que resguarda da pesca predatória a bela enseada em frente à praia do Aventureiro;
3. o Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), principal unidade de conservação local e que abrange cerca de 62% da ilha; e, envolvendo tudo isto, a Área de Proteção Ambiental de Tamoios, que disciplina o uso da terra onde a lei faculta alguma espécie de ocupação humana.

2. Apa de tamoios.

- A APA-TAMOIOS é a área de proteção ambiental das ilhas da baía da Ilha Grande - Angra dos Reis - RJ. A Área de Proteção Ambiental de Tamoios (APA-TAMOIOS) foi criada através do decreto lei nº 9.452 em 1982 e assinada em 1986 com o objetivo de assegurar a proteção do ambiente natural, das paisagens de grande beleza cênica e dos sistemas geohidrológicos da região, que abrigam espécies biológicas raras e ameaçadas de extinção, bem como comunidades caiçaras integradas naqueles ecossistemas. A parte insular abrange todas as terras emersas da Ilha Grande e de todas demais ilhas que integram o município de Angra dos Reis.

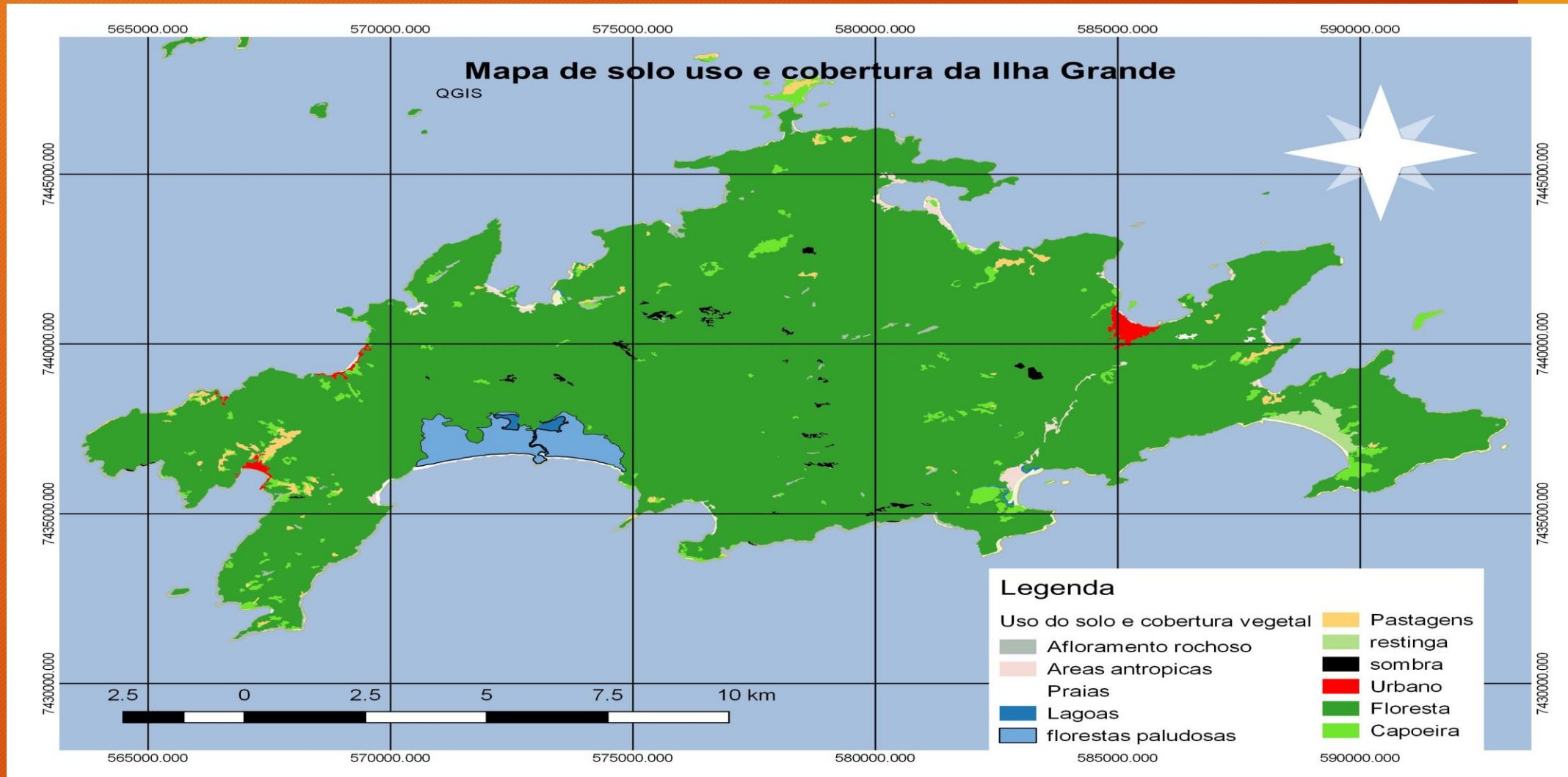
2. Mapa da unidade de conservação da Ilha Grande



Área de Proteção Ambiental de Tamoios

- **Criação:** [Decreto Estadual nº 9.452, de 5 de dezembro de 1986.](#)
- **Objetivos**
- Proteção do ambiente natural, das paisagens de grande beleza cênica e dos sistemas geo-hidrológicos da região, que abrigam espécies biológicas raras e ameaçadas de extinção, bem como as comunidades caiçaras integradas naqueles ecossistemas.
- **Área:** 22.530,17 hectares.
- **Localização:** Região da Costa Verde.
- **Abrangência:** Município de Angra dos Reis.
- Plano de Manejo
- **O que é o Plano de Manejo?**
- O Plano de Manejo é um documento elaborado a partir de diversos estudos (do meio físico, biológico e social), que estabelece as normas, as restrições para o uso, as ações a serem desenvolvidas no manejo dos recursos naturais da UC e seu entorno, visando minimizar os impactos negativos sobre a UC, garantir a manutenção dos processos ecológicos e prevenir a simplificação dos sistemas naturais. O zoneamento da UC, as medidas para promover a sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas e as regras para visitação também devem constar nesse documento.
- o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Tamoios foi instituída pelo [Decreto Estadual nº 44.175,](#) de 25 de abril de 2013.

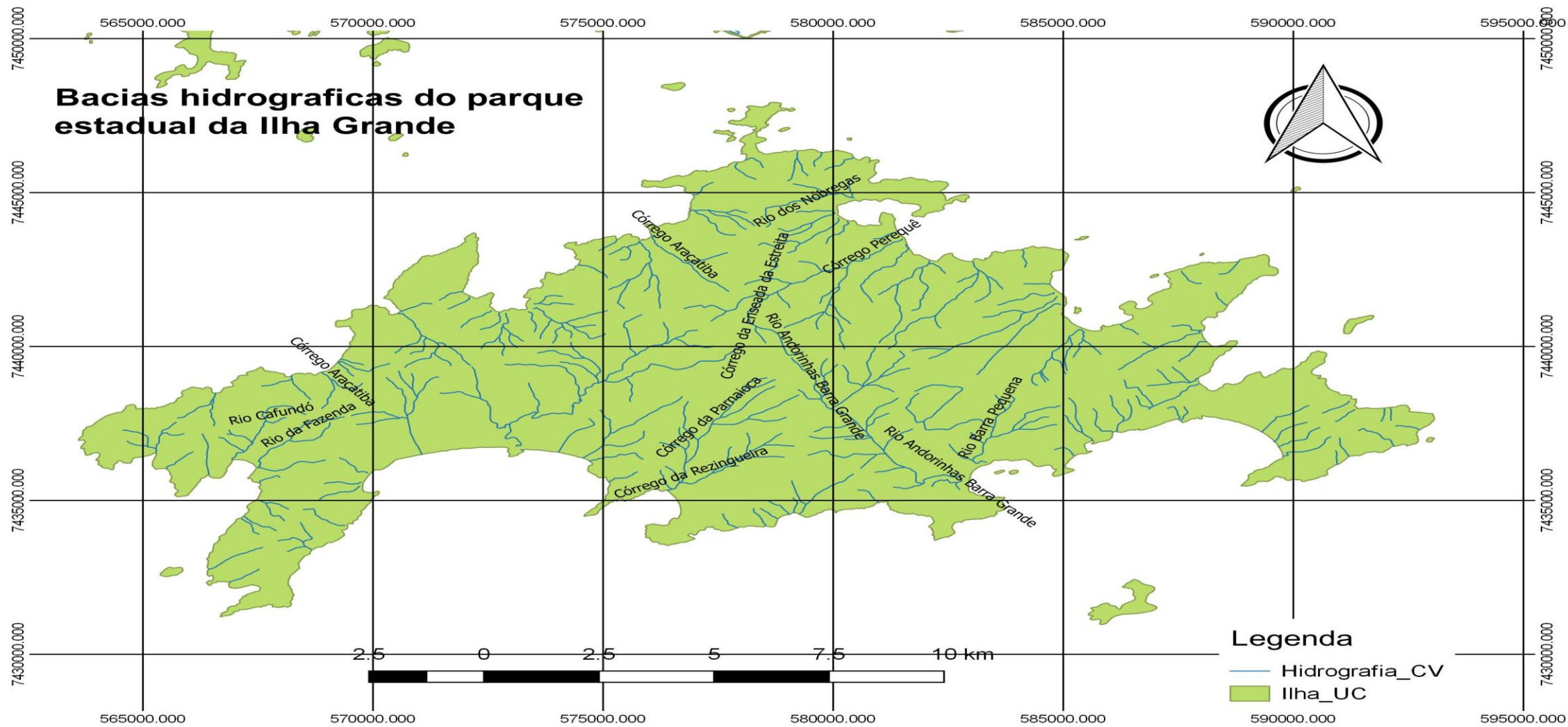
MAPA DE SOLO USO E COBERTURA DA ILHA GRANDE



PARQUE ESTADUAL DA ILHA GRANDE

- **Criação:** Decreto Estadual nº 15.273, de 26 de junho de 1971
- Decreto Estadual nº 2.062/1978 diminuiu em 2/3 a área protegida.
- Em 1982, a Ilha Grande passou a integrar a Área de Proteção Ambiental de Tamoios; em 1987 foi tombada pela Secretaria de Estado de Cultura (Resolução nº 29, de 14/10/87);
- Em 1988, a Ilha Grande passou a ser reconhecida como patrimônio nacional, pela Constituição Federal, por sua vegetação de Mata Atlântica e por sua localização na zona costeira;
- Em 1989 foi declarada como Área de Relevante Interesse Ecológico pela Constituição Estadual;
- e em 1991 recebeu status internacional de proteção ao ser reconhecida pela UNESCO como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.
- O Decreto Estadual nº 40.602, de 12 de fevereiro de 2007, ampliou, ratificou e consolidou como parque a área total aproximada de 12.052 hectares, acrescentando todas as demais terras localizadas acima da cota de altimetria de cem metros, excetuando-se aquelas pertencentes à Reserva Estadual Biológica da Praia do Sul
- **Localização:** Ilha Grande, Município de Angra dos Reis

BACIAS HIDROGRAFICAS DO PARQUE ESTADUAL ILHA GRANDE



Reserva biológica da praia do sul

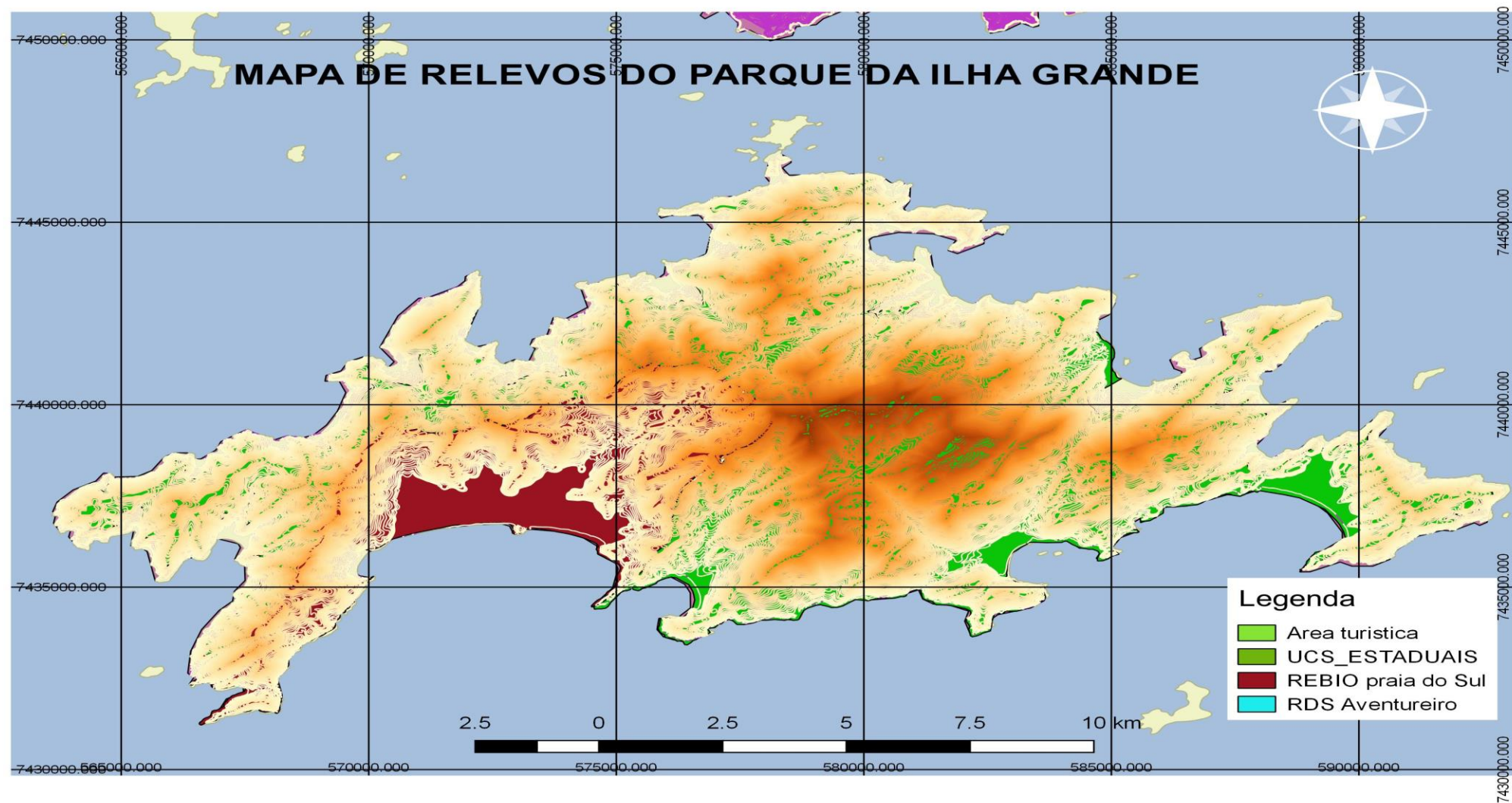
Fonte : <http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas>



Criação da reserva RBPS

- A Reserva Biológica da Praia de Sul (RBPS) abriga todos os ecossistemas litorâneos existentes no Estado do Rio de Janeiro, talvez seja o único no Brasil com essa característica. É o mais bem conservado do Estado do Rio.
- A RBPS foi criada em 1981 e possui uma superfície de 3.436 ha (34,36 km²), preservando 18% da área total da Ilha Grande – 193 km². Abrange desde a praia dos Meros até a Praia da Parnaioca, estendendo-se para dentro da ilha até a vertente das montanhas (divisores de mananciais). A administração da Reserva é de responsabilidade do INEA, Instituto Estadual do Ambiente. A sede da Reserva Biológica da Praia do Sul, situa-se na Vila do Aventureiro. A RBPS não está aberta à visitação. Aqui está o link para a [página oficial da Reserva Biológica da Praia de Sul – RBPS.](#)
- Não é permitido a visitação pública em uma reserva biológica, visitação guiada somente para fins de pesquisa científica expressamente autorizada pelo INEA. São vedadas as atividades turísticas, esportivas e de recreação.

MAPA DE RELEVOS DA ILHA GRANDE



Reserva de desenvolvimento sustentável Aventureiro.

Fonte : <http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas>



Como definido pela Lei nº 6.793, publicada no D.O. de 28 de maio de 2014, o Parque Estadual Marinho do Aventureiro foi recategorizado como Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Aventureiro e sua área passou a corresponder, exatamente, à porção marinha da RDS.

Foi também alterado o limite da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, criada pelo Decreto Estadual 4.972, de 2 de dezembro de 1981, com a redução de 2,7% (dois vírgula sete por cento) de sua área original, especificamente a Vila do Aventureiro, que passam a integrar a porção terrestre da RDS.


A RDS do Aventureiro, nos termos do Artigo 20 da Lei 9.985 (SNUC), de 18 de julho de 2000, é composta por uma porção terrestre e outra marinha, com 1.910 mil hectares, e objetiva conciliar a preservação dos ecossistemas locais com a cultura caiçara, valorizando os modos de vida tradicionais, assim como as práticas em bases sustentáveis desenvolvidas pela população tradicional beneficiária da unidade.

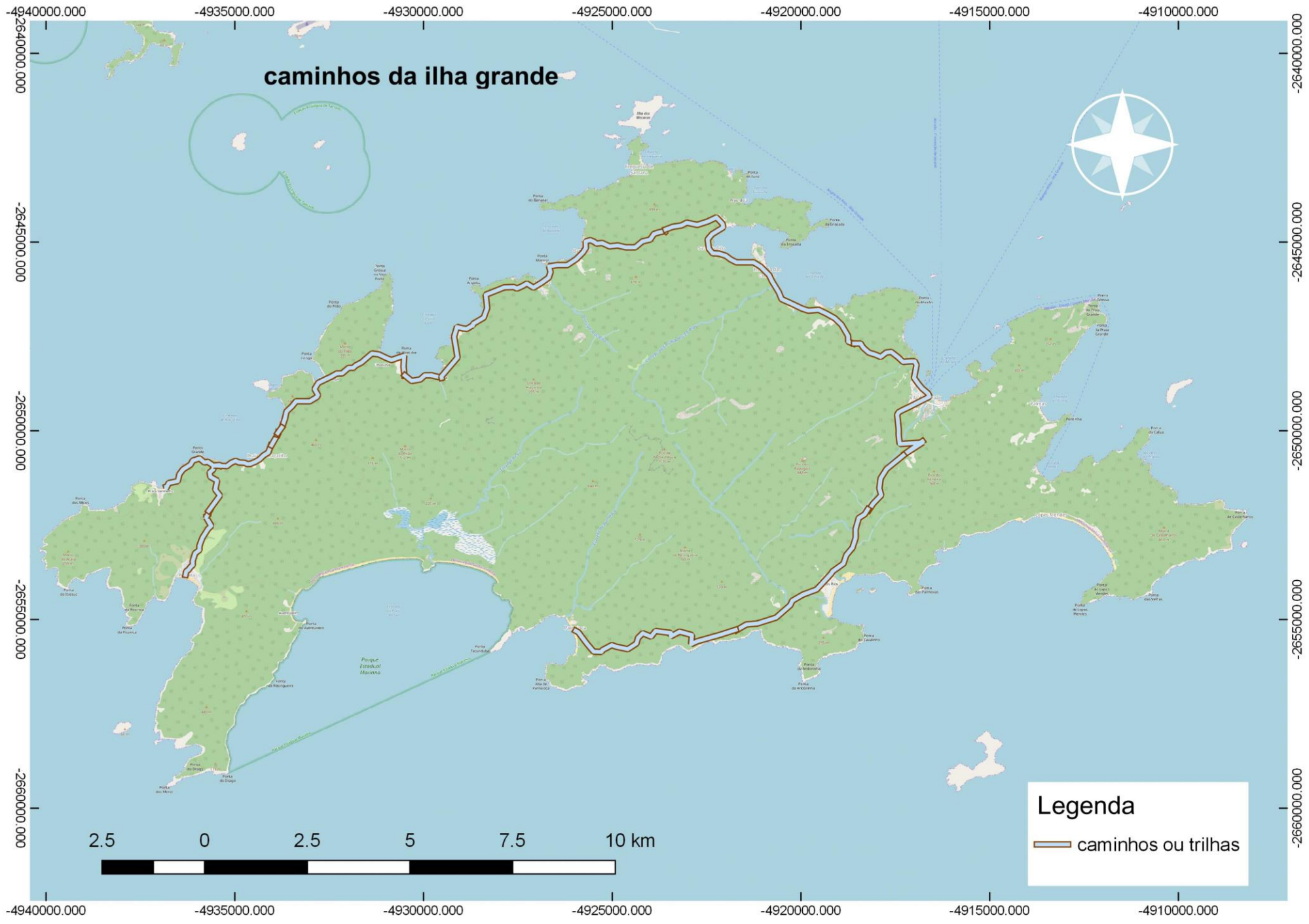
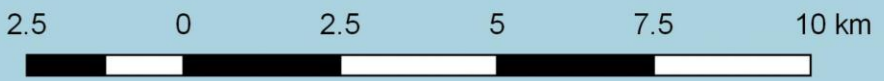
Segundo o Art. 5º da mesma Lei, o Poder Executivo a regulamentará, e, entre outras providências, procederá no cadastramento da população tradicional beneficiária, dispondo sobre os direitos, deveres e o zoneamento preliminar, a serem observados até a aprovação do Plano de Manejo da Reserva.

caminhos da ilha grande



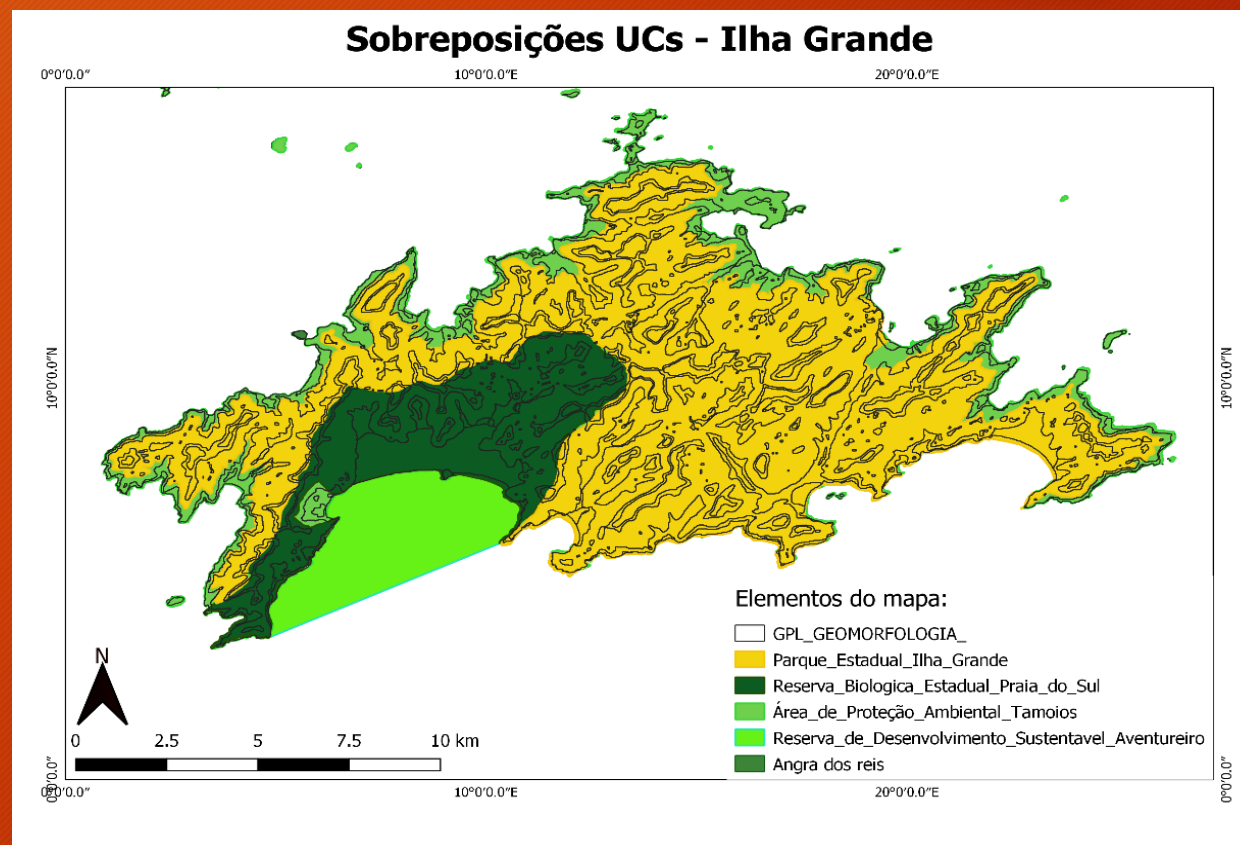
Legenda

 caminhos ou trilhas



Unidades de Conservação da Ilha Grande

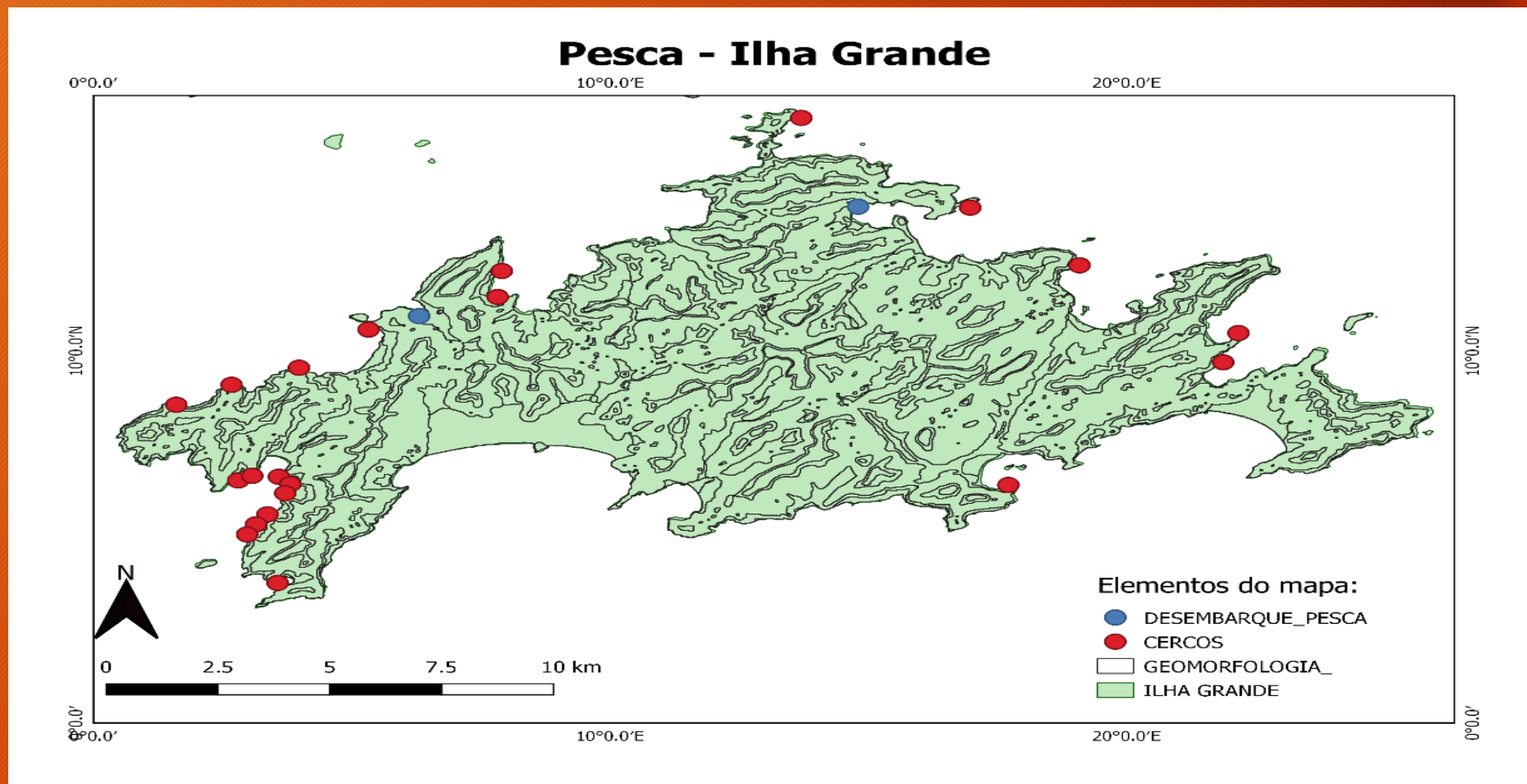
A Ilha Grande detém de uma área de 193 km², com relevo acidentado e montanhoso, tendo duas grandes elevações que são o Pico da Pedra D'Água (1.031 metros) e o Pico do Papagaio (982 metros). Logo, para garantir a proteção da flora e fauna da grande reserva de mata atlântica existentes nesta ilha e da vida marinha, há a sobreposição de 4 unidades de conservação ambiental: o Parque Estadual da Ilha Grande, a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, a Área de Proteção Ambiental de Tamoios e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro.



Principal Atividade Econômica da Ilha Grande

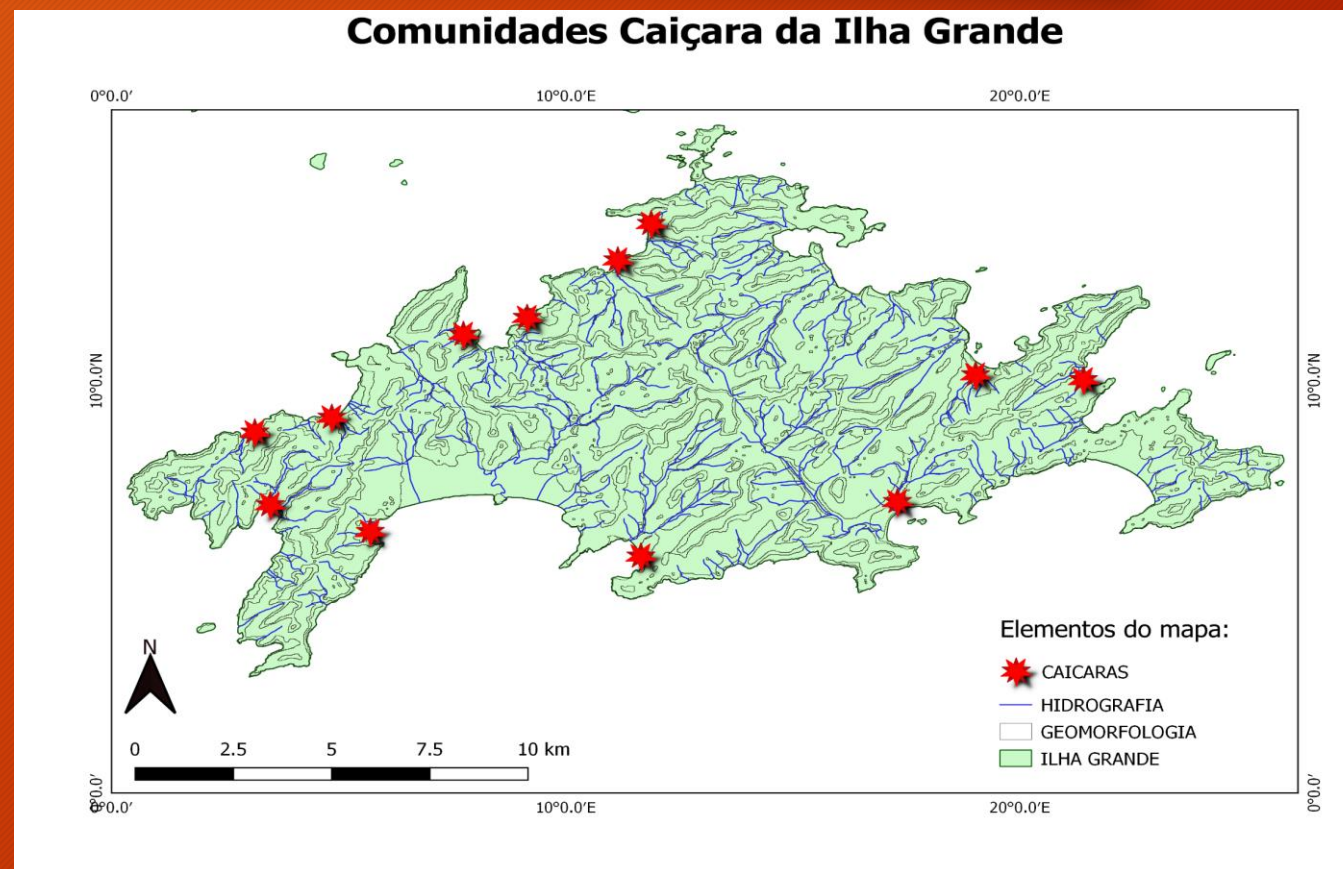
- A Ilha tem seu território dividido por 4 unidades de conservação, e cada área há um plano de manejo onde é permitido diferentes usos do território dentro de cada unidade de conservação. A pesca é uma atividade milenar das comunidades tradicionais da região, comunidades Caiçaras. Porém, a pesca na Ilha Grande, tomou outras proporções na década de 30, foi quando se iniciou o processo de salga de peixe realizado por imigrantes japoneses, embora a introdução do processo tenha sido feita por imigrantes gregos. Até a década de 70 existiam em toda a ilha cerca de 10 fábricas de salga de peixe, sardinhas prensadas e em lata.
- Atualmente, essa atividade econômica vem sofrendo com problemas ocasionados pela presença da pesca predatória realizada por barcos arrastões e traineiras de todos os portes que não obedecem ao limite mínimo de 1 km de afastamento da costa.
- O principal núcleo pesqueiro da Ilha Grande é Provetá, onde baseiam-se os maiores barcos pesqueiros do litoral sul do Estado. Em todas as comunidades da ilha vivem famílias dependentes da pesca, principalmente onde a atividade de turismo não é expressiva.

Mapa da Pesca - Ilha Grande

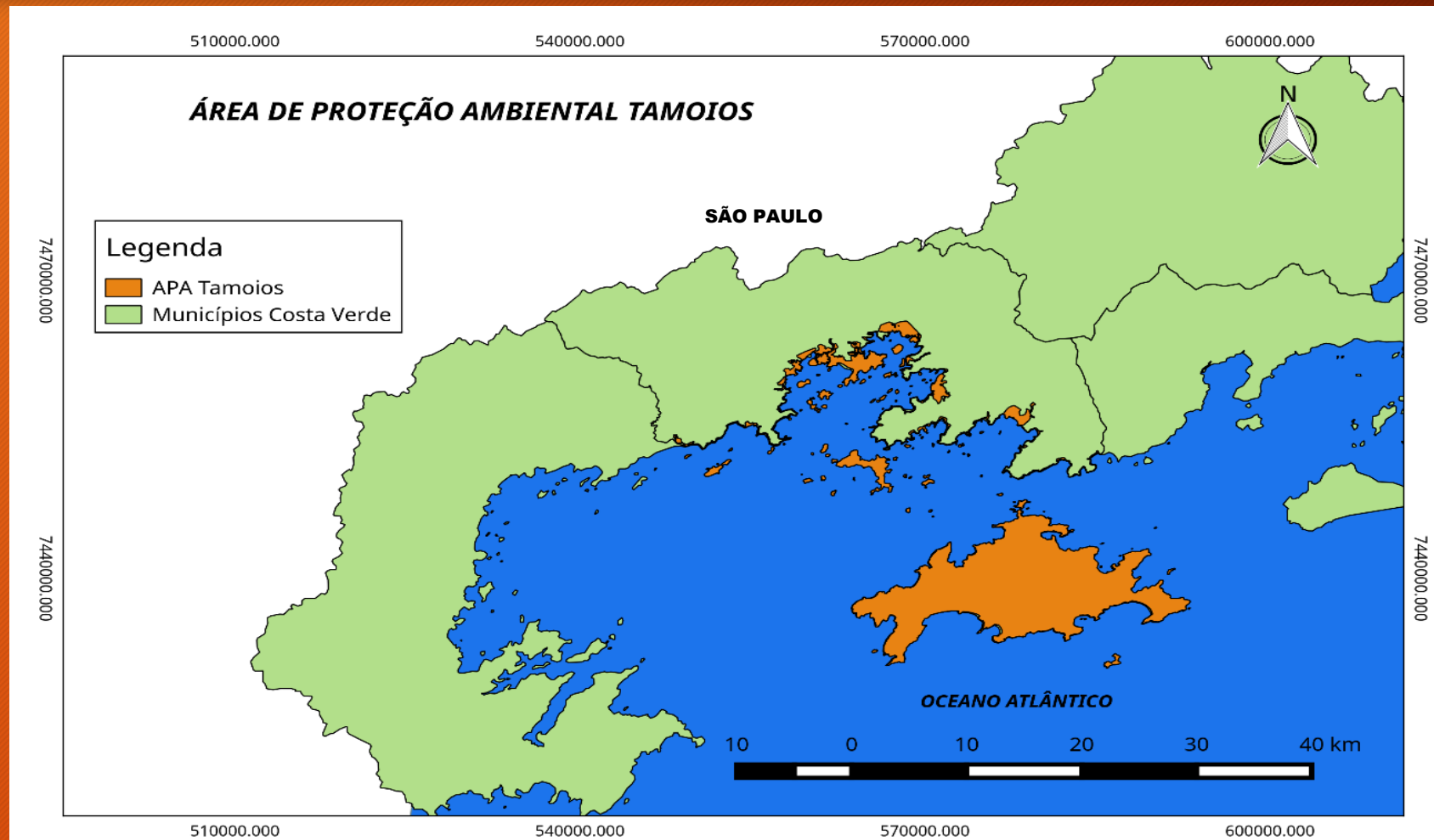


Comunidades Tradicionais

As comunidades Caiçaras são típicas das regiões litorâneas do sul do Estado do Rio de Janeiro e prolonga-se até o norte de Santa Catarina. E na Ilha Grande, essas comunidades enfrentam grandes conflitos territoriais com as unidades de conservação e conflitos com o turismo em massa. São comunidades Tradicionais da Costa Verde que vivem em sintonia com o meio natural, respeitando e protegendo através de usos do solo de forma adequado, que atende às necessidades básicas dos núcleos familiares (CAVALCANTE, 2016).



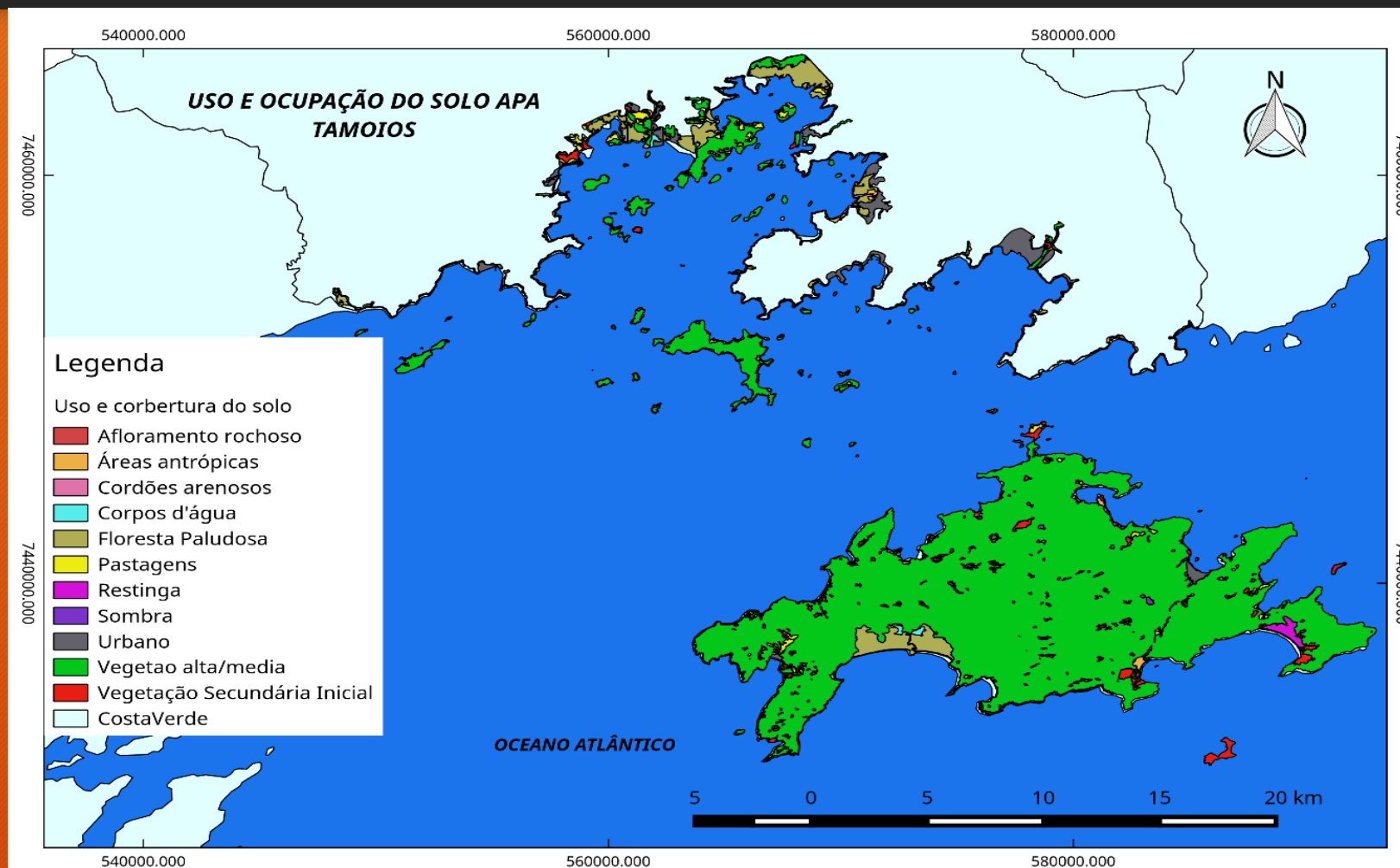
Área de Proteção Ambiental Tamoios



Área de Proteção Ambiental Tamoios

- A APA - Tamoios é uma área de proteção ambiental localizada no município de Angra dos Reis, em sua maioria na Ilha Grande. Tem medidas de preservação ambiental, mas a APA não sobrepõe as leis de outras áreas de preservação ou conservação ambiental vigentes na região. Sua criação tem o intuito de proteção do ambiente natural, das paisagens de grande beleza cênica e dos sistemas geo-hidrológicos da região, que abrigam espécies biológicas raras e ameaçadas de extinção, bem como as comunidades caiçaras integradas naqueles ecossistemas.

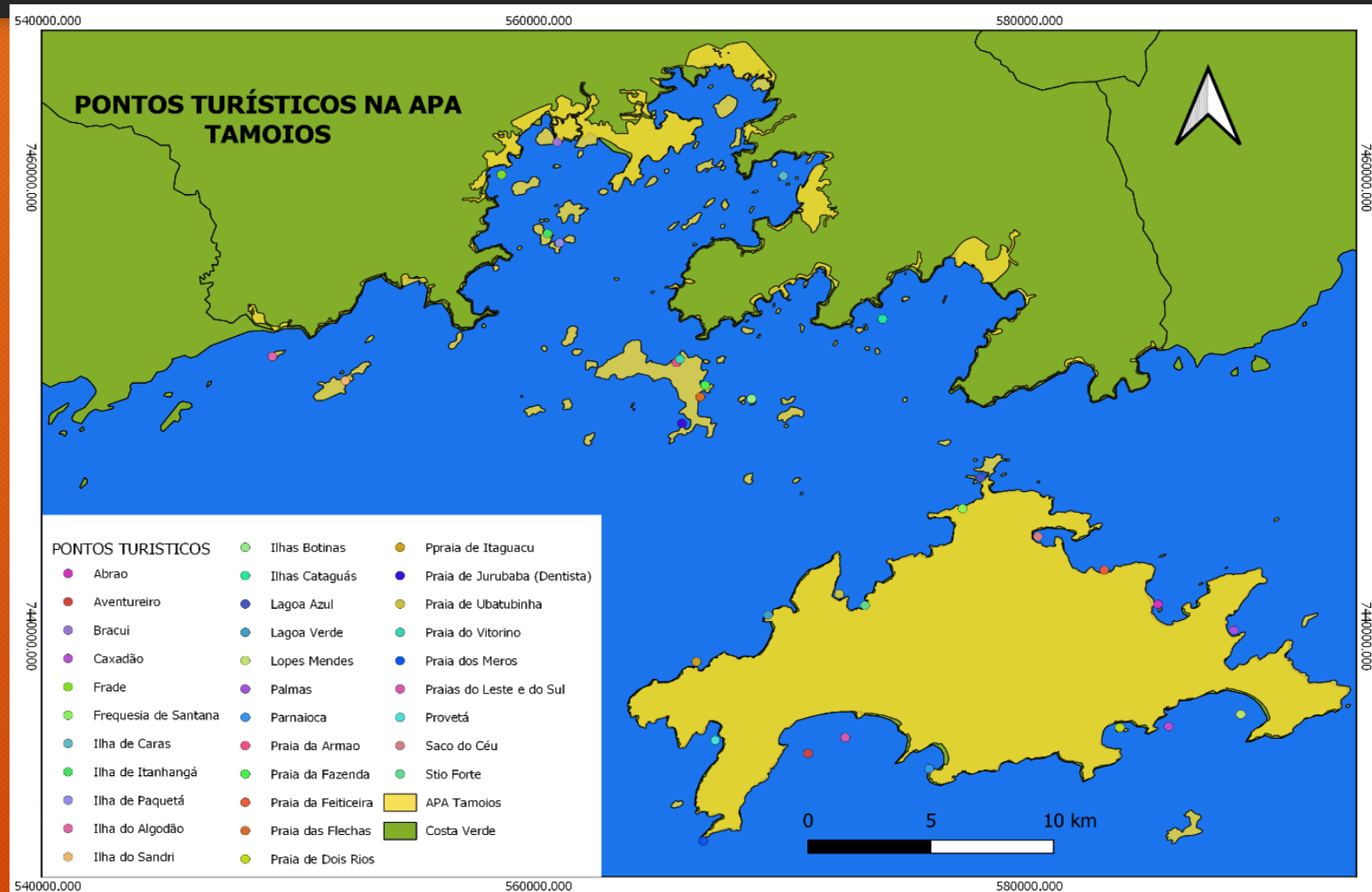
Uso e Ocupação APA Tamoios



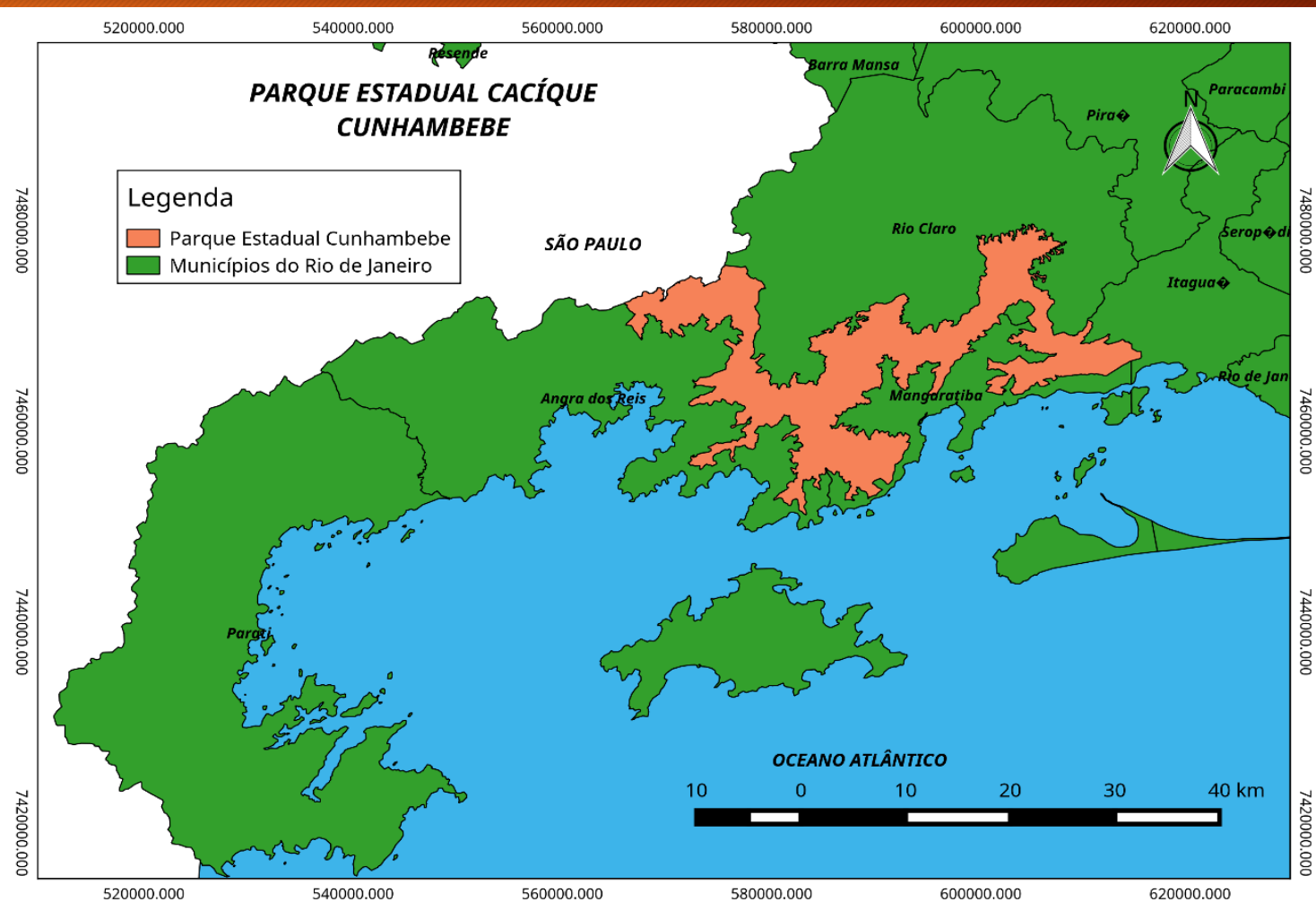
Uso e Ocupação APA Tamoios

- O uso e cobertura do solo da APA - Tamoios é quase exclusivamente de mata alta/ média que abrange majoritariamente o território da Ilha Grande - Angra dos Reis. Composto por vegetação sem uso intensivo urbano na ilha. As praias não estão dentro da APA - Tamoios devido ao seu uso ser exclusivo para o turismo. A APA - Tamoios no seu uso e ocupação do solo é composta por porções urbanas mais expressivo no continente e com um pouco na ilha, além de uma parcela grande de Floresta Paludosa. Ou seja, Floresta Paludosa é um tipo de floresta que possui alta concentração de água entre as partículas que compõe o solo. Existe fragmentos de vegetação secundária inicial demonstrando um desmatamento recente. Aliás, um ponto importante a ser ressaltado é a presença quase inexistente de pastagem, o que pode associado com o clima da região, sendo chuvoso em todo ano. A restinga é observada com mais nitidez ao leste da Ilha Grande por ser formação de depósitos arenosos paralelos a linha de encosta e que sofre influência marinha. Com isso, os aspectos do uso e cobertura do solo na APA - Tamoios são de afloramentos rochosos; Áreas antrópicas; Cordões arenosos; Corpos D'água; Floresta Paludosa; Pastagens; Restinga; Sombra; Urbano; Vegetação alta/ média; Vegetação secundária inicial.

Pontos Turísticos APA Tamoios



Parque Estadual Cacique Cunhambebe

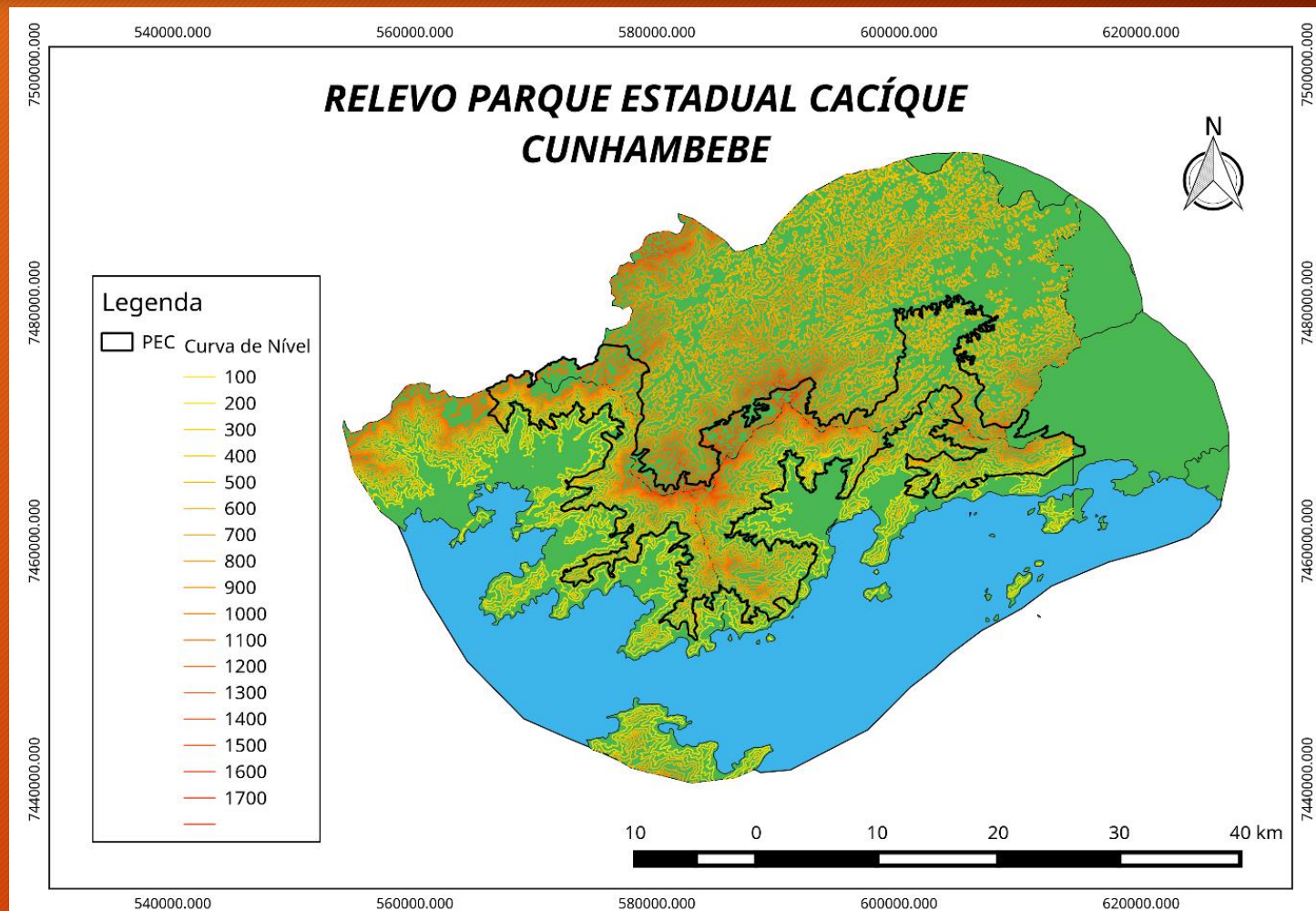


Parque Estadual Cacique Cunhambebe

- O Parque Estadual Cacique Cunhambebe (PEC) está localizado entre os municípios de Rio Claro, Mangaratiga, Angra dos Reis e Itaguaí. Portanto é um parque que ocupa uma grande extensão territorial, além de ser um importante reduto para pesquisas científicas. Sua cobertura vegetal é composta pela Mata Atlântica, com suas diferentes fitofionomias em função do gradiente altitudinal e condição do solo. Localizado nas escarpas da Serra do Mar, constitui-se em relevante Unidade de Conservação que compõe o Corredor Ecológico do Mosaico Bocaina

-

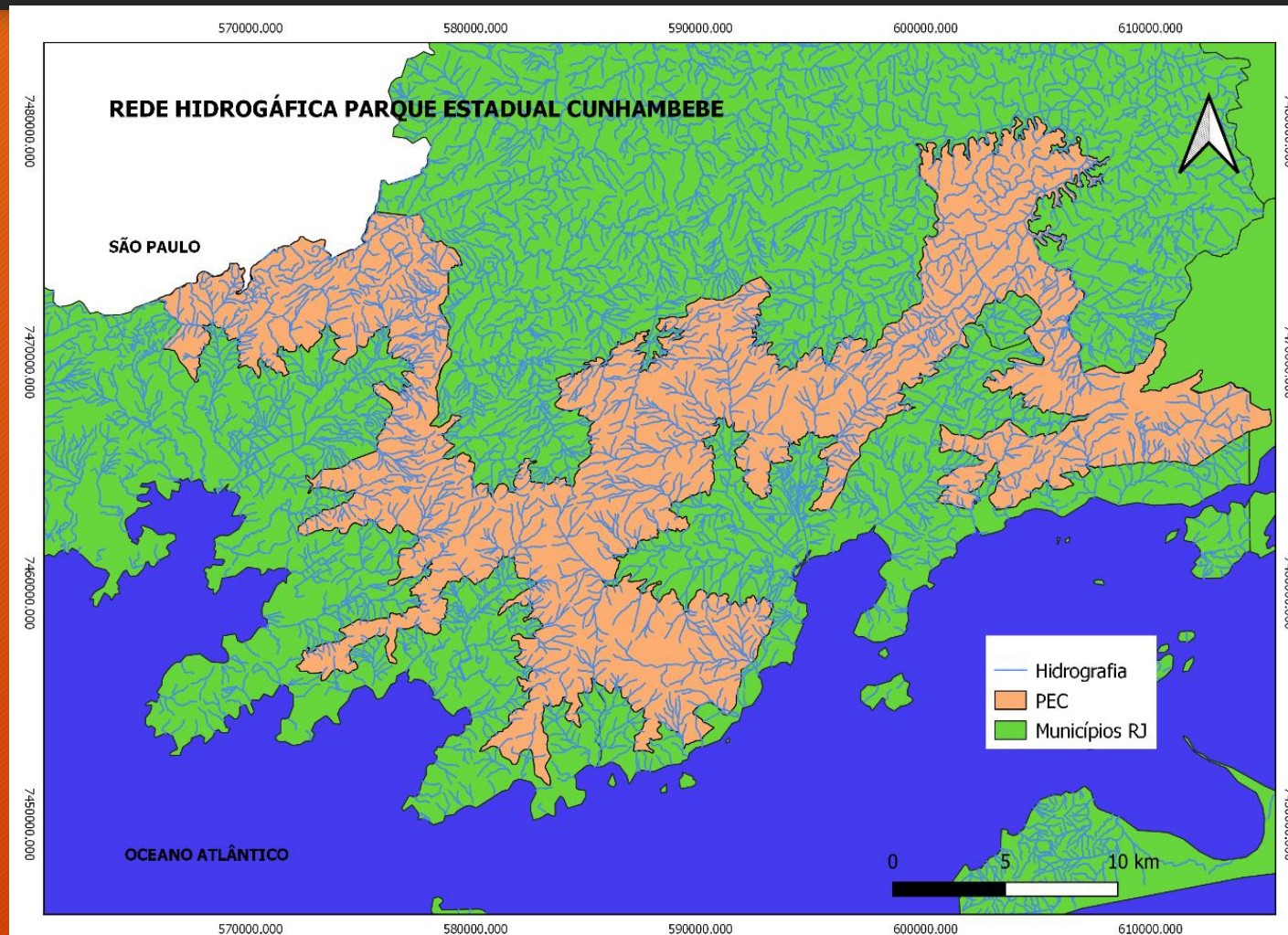
Relevo PEC Cacique Cunhambebe



Relevo PEC Cacique Cunhambebe

- A área do Parque Estadual Cacique Cunhambebe está delimitada pelas linhas pretas que abrange parte dos municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba, Rio Claro e Itaguaí. Sua área de 38.053 hectares, possui uma extensa serra. O parque está localizado na Serra do mar, por isso, o relevo é um fator determinante para ser mapeado. Como observado, sua maior altitude chega a 1700 m e é determinada no mapa por intensidade de cores, ou seja, das cores mais fracas para cores mais fortes. As curvas de nível servem para mostrar a condição do relevo, o que ajuda a dar uma noção de verticalidade em mapa 2D.

Rede Hidrográfica PEC Cacique Cunhambebe



Rede Hidrográfica PEC Cacique Cunhambebe

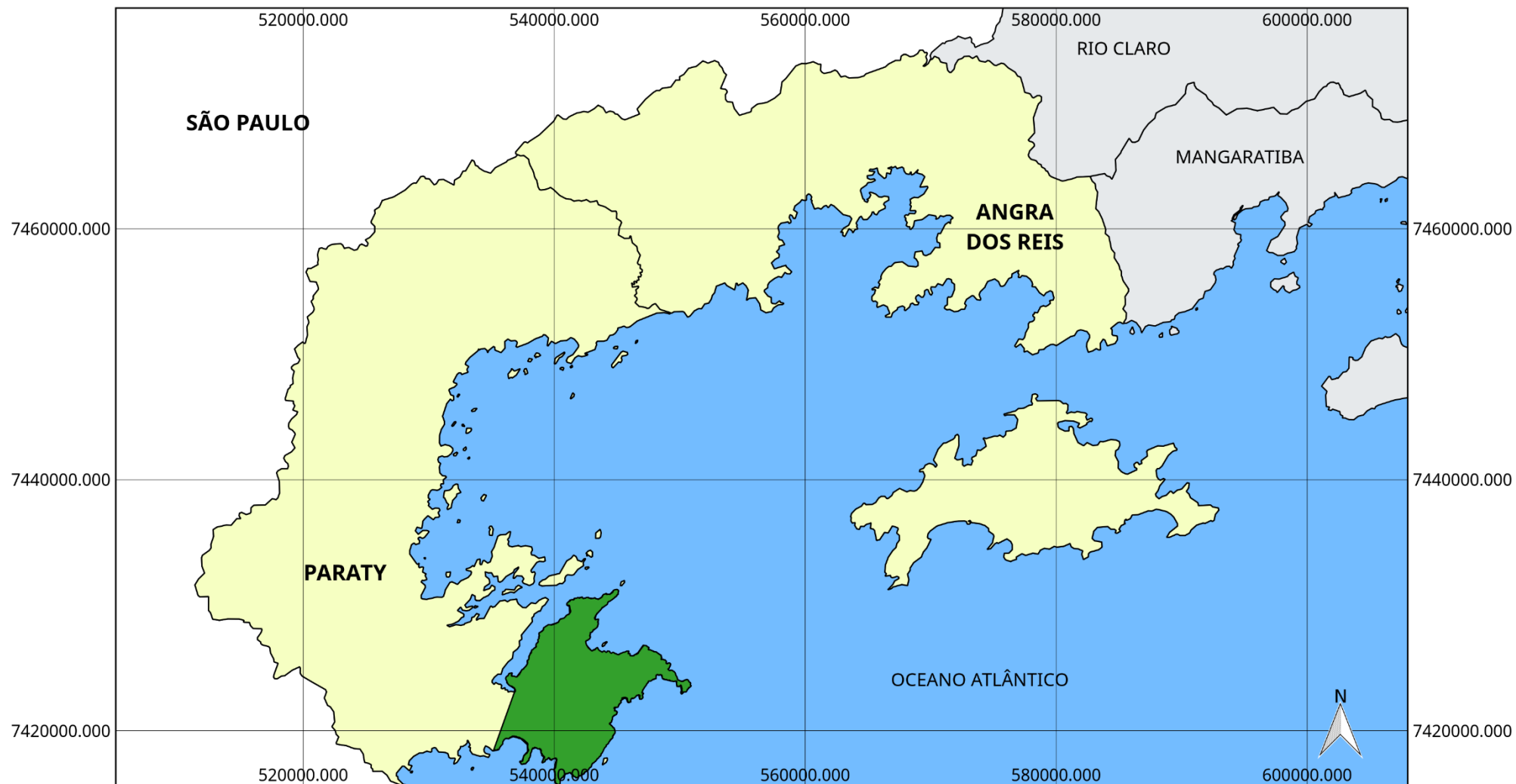
- É observado uma extensa rede hidrográfica da (PEC) Parque Estadual Cacique Cunhambebe. Bacia de drenagem ou bacia hidrográfica é uma área geográfica delimitada pelos seus divisores de água com canais de drenagens de fluxos d'água que tem uma única saída. Devido ao fato da (PEC) estar localizado em região de serra e com uma grande declividade, será mais visível um extenso rede de bacias hidrográficas. É nesse sentido, que a área do parque estar ali, para ajudar na preservação das nascentes dos principais pontos de fornecimento de água para as cidades próximas ao parque. Por isso, as ramificações dos fluxos é representada de cor azul, para dar a alusão de canais de água, possibilitando uma maior compreensão por parte do leitor do mapa.

Referências Bibliográficas



- Site:http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadesdeConservacao/INEA_008608
- MOISÉS. P.B; Noticias de certa confederação tamoio. MANA 16(2): 401-433, 2010
- SANTOS. S.Q.H; OLIVEIRA. D.S; PASSOS. F.V.A; A percepção do visitante na cachoeira véu das Noivas - Parque Estadual do Cunhambebe - Rj; Revista Acadêmica- Observatório de Turismo. 2018

Reserva Ecológica da Juatinga

LOCALIZAÇÃO DA RESERVA ECOLÓGICA ESTADUAL DA JUATINGA (REEJ)



Legenda

-  Municípios da Baía da Ilha Grande
-  Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REEJ)

Fonte: INEA

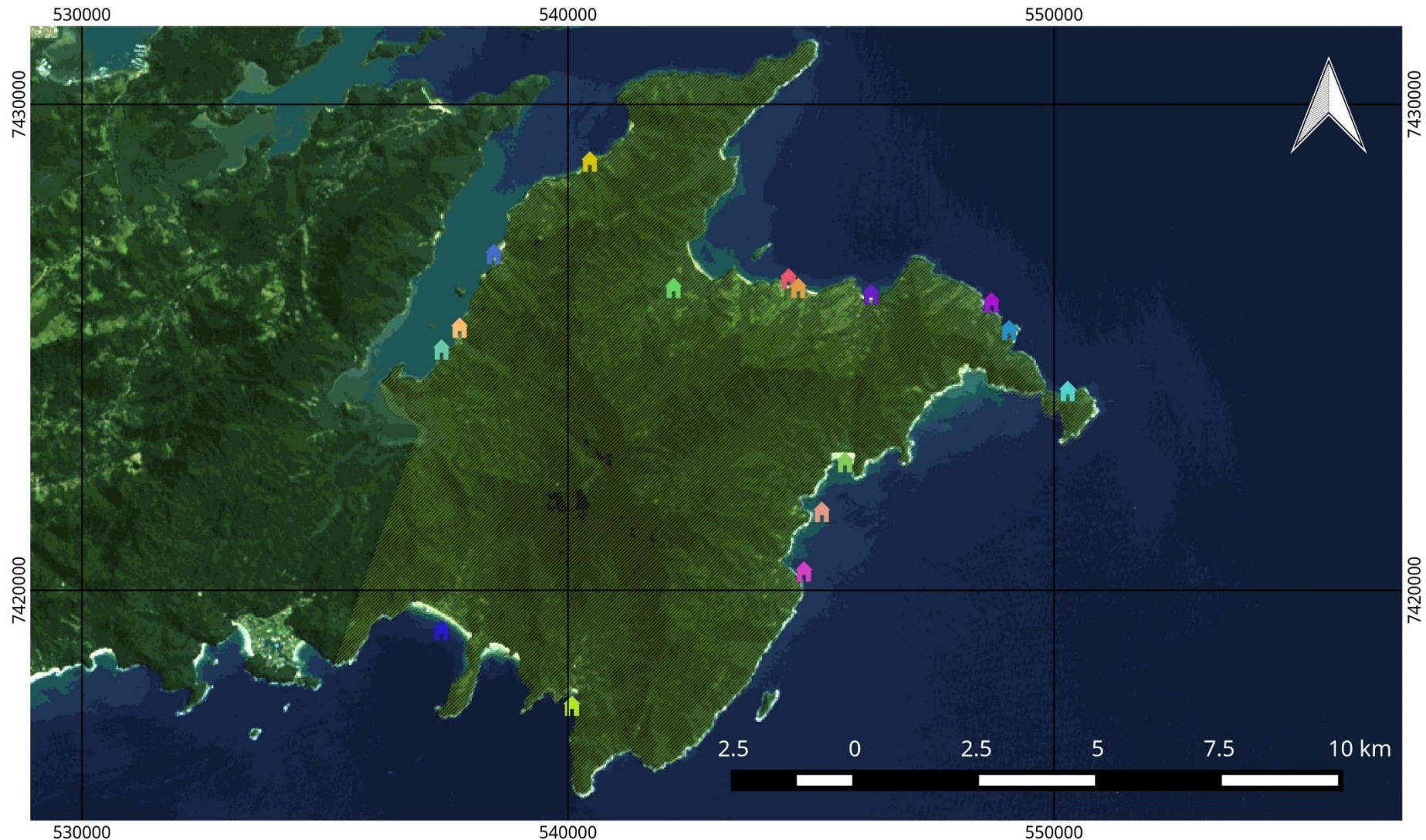
COMUNIDADES CAIÇARAS NA RESERVA ECOLÓGICA ESTADUAL DA JUATINGA (REEJ)

A Reserva Ecológica Estadual da Juatinga foi criada sob a Lei nº 1859, de 1º de outubro de 1991. E embora em seu 2º artigo a natureza *non edificante* da Reserva é citada, a mesma corresponde ao território de 16 comunidades caiçaras, que juntas têm uma população de aproximadamente 1430 moradores nativos dispostos em 482 famílias que necessitam dos recursos obtidos na Reserva para a sobrevivência.

Por este motivo, embora controverso, no mesmo artigo é pautado a “preservação das áreas tradicionalmente ocupadas pelas comunidades nativas de pescadores caiçaras.” Dessa forma, não fica esclarecido, em pormenores, o equilíbrio entre os termos conflitantes, ficando passível de interpretação da gestão atuante.

Um processo de recategorização da unidade de conservação está em curso, visando a adequação de suas especificidades ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

COMUNIDADES CAIÇARAS NA RESERVA ECOLÓGICA ESTADUAL DA JUATINGA (REEJ)



Legenda

REEJ

COMUNIDADES CAIÇARAS

Baixo de Dentro

Baixo

Cruzeiro

Ponta da Romana

Praia Grande da Cajaíba

Calhaus

Ipanema

Pouso da Cajaíba

Saco da Sardinha

Saco Claro

Ponta da Juatinga

Martim de Sá

Saco das Enxovas

Cairuçu das Pedras

Ponta Negra

Praia do Sono

FONTE: INEA

CERCOS DE PESCA NA RESERVA ECOLÓGICA ESTADUAL DA JUATINGA (REEJ)

Mesmo com o advento do turismo, os caiçaras ainda dependem majoritariamente das atividades de pesca tradicional, consorciadas com outras atividades complementares, como a agricultura, o artesanato e o extrativismo.

O cerco de pesca, é uma das maiores expressões da cultura caiçara, e constitui em uma armadilha de pesca alocada no mar para a obtenção do pescado necessário à subsistência. Os cercos são visitados majoritariamente por homens, mas as mulheres também realizam tal atividade. Tradicionalmente a visita era feita utilizando canoas caiçaras, obtidas da madeira da própria vegetação. Hoje em dia, os botes de fibra têm sido a maioria da embarcação.

O cerco é também, um dos símbolos da luta das comunidades tradicionais pela permanência no território, que vem sendo assolado fortemente pela especulação imobiliária.

CERCOS DE PESCA NA RESERVA ECOLÓGICA ESTADUAL DA JUATINGA (REEJ)



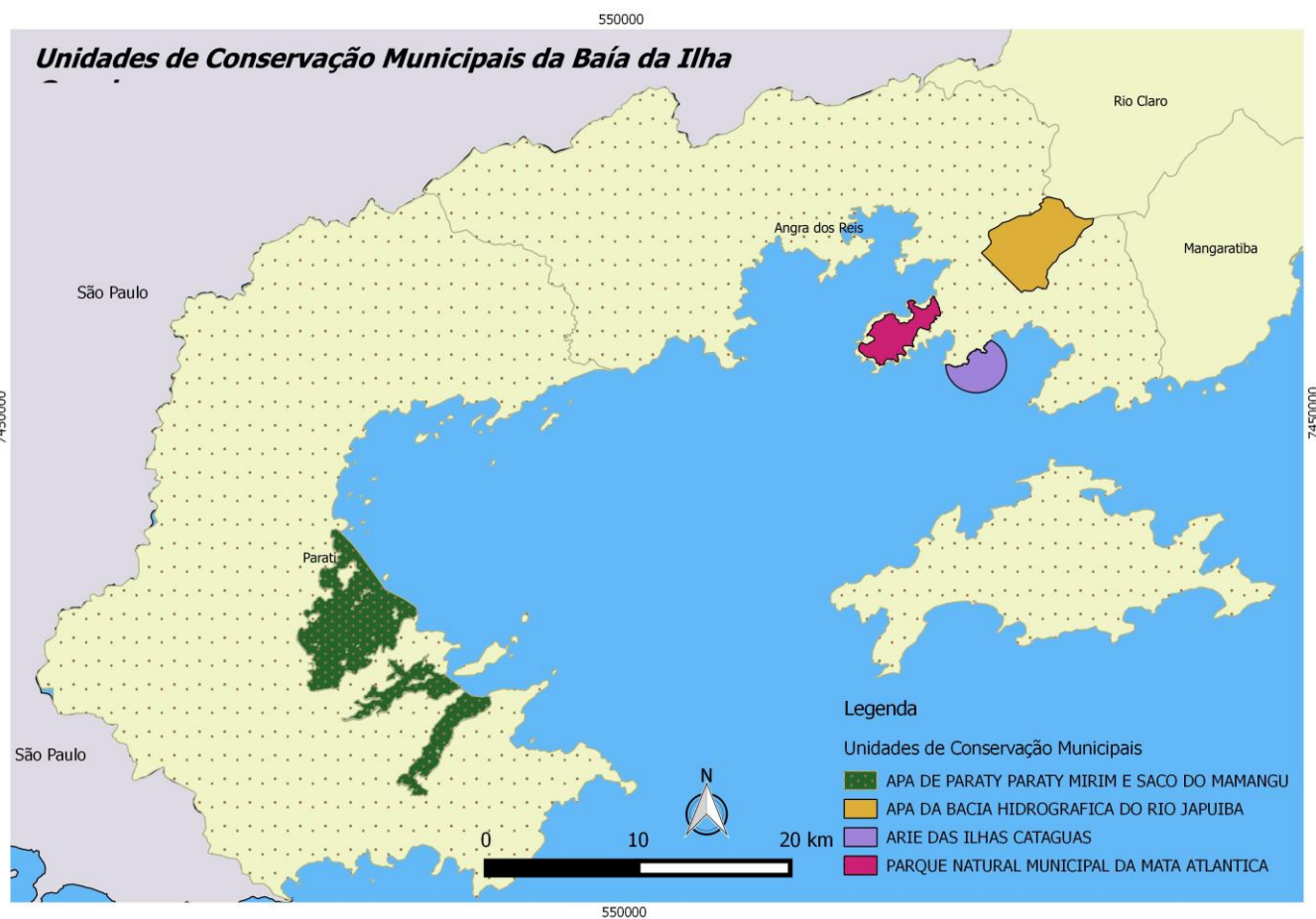
Legenda

- Reserva Ecológica Estadual da Juatinga
- Cercos de Pesca



FONTE: INEA

Unidades de Conservação Municipais

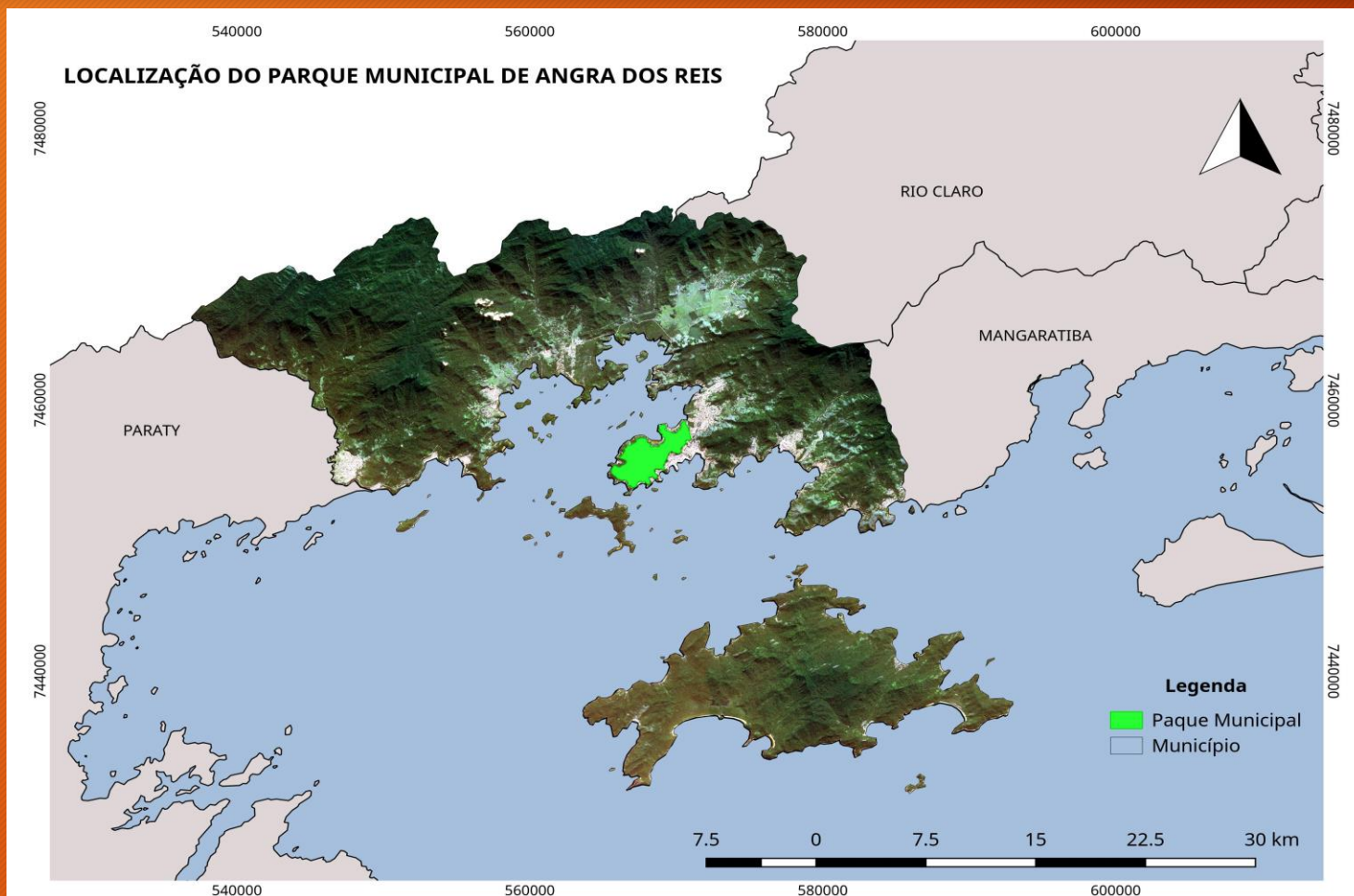


Unidade de Conservação Municipal Angra dos Reis

PARQUE MUNICIPAL DA MATA ATLANTICA



Localização



- O Parque Municipal da Mata Atlântica (Parque da Cidade) de cor verde está localizado na região central de Angra dos Reis. Desse modo, podemos observar é um parque que ocupa pouca extensão territorial, se comparada a outras Unidades de Conservação.

Objetivos



Proteção de encostas em função de riscos geológicos e geotécnico;



Preservação do bioma Mata Atlântica;

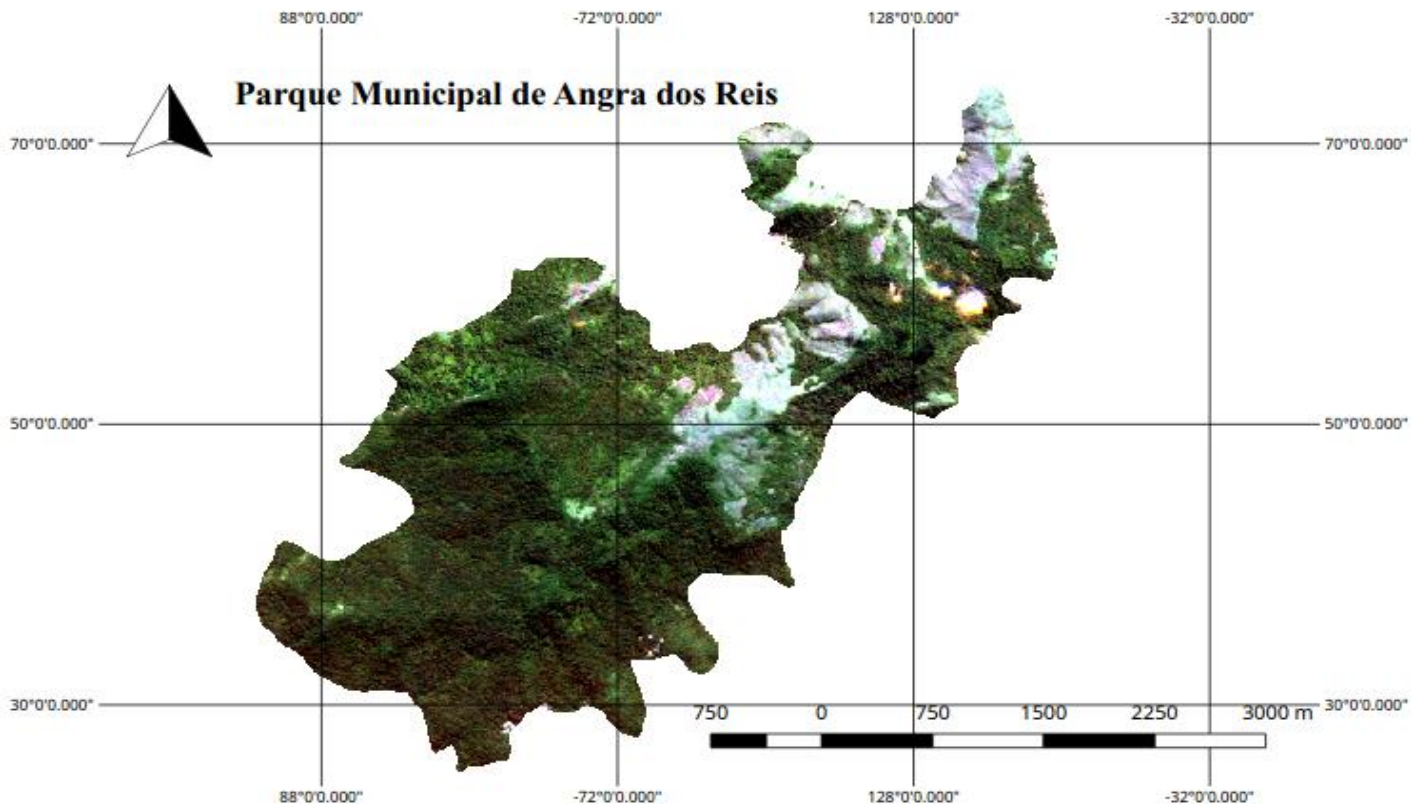


Proteção dos mananciais de água;



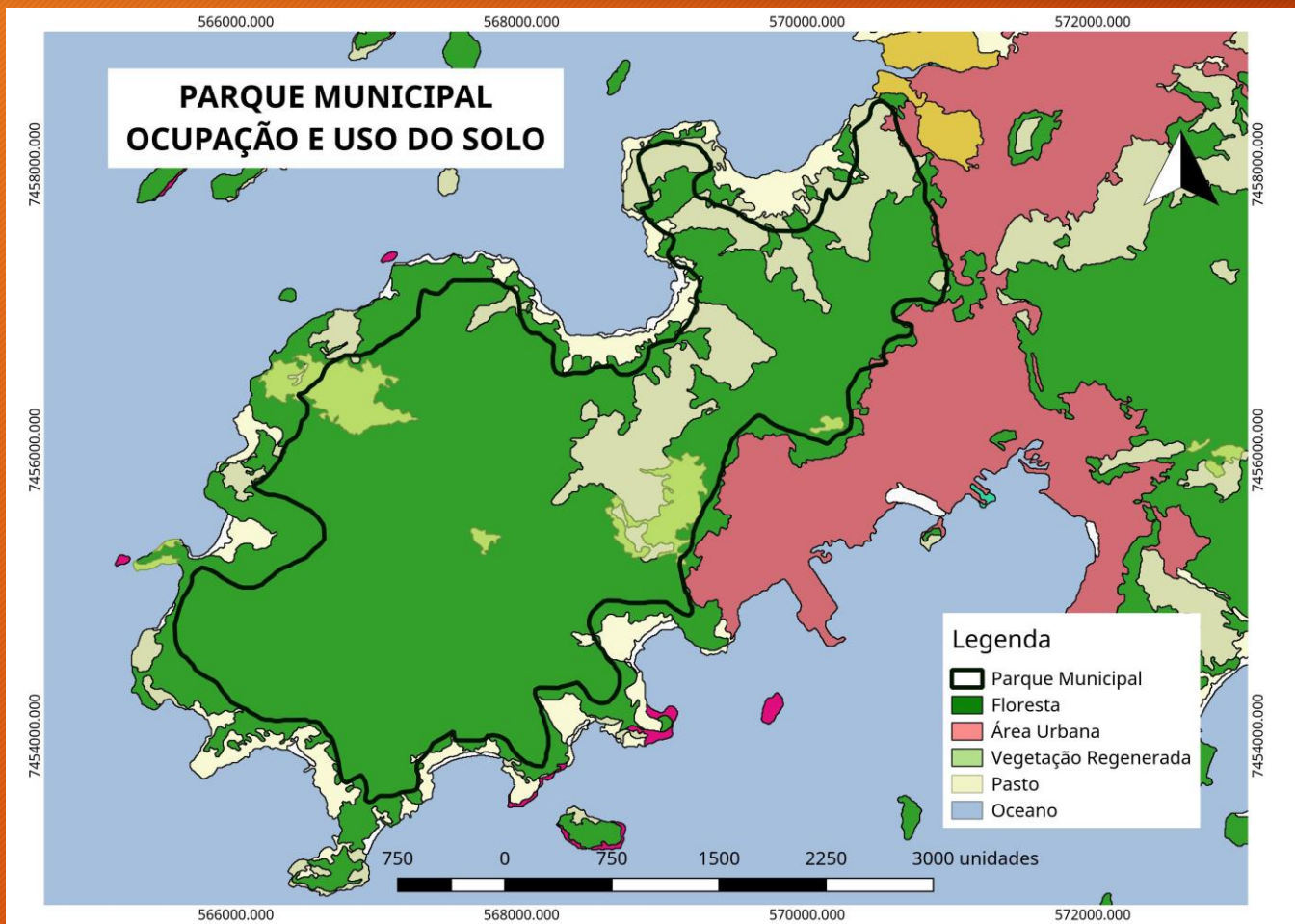
Desenvolvimento do turismo ecológico.

Área



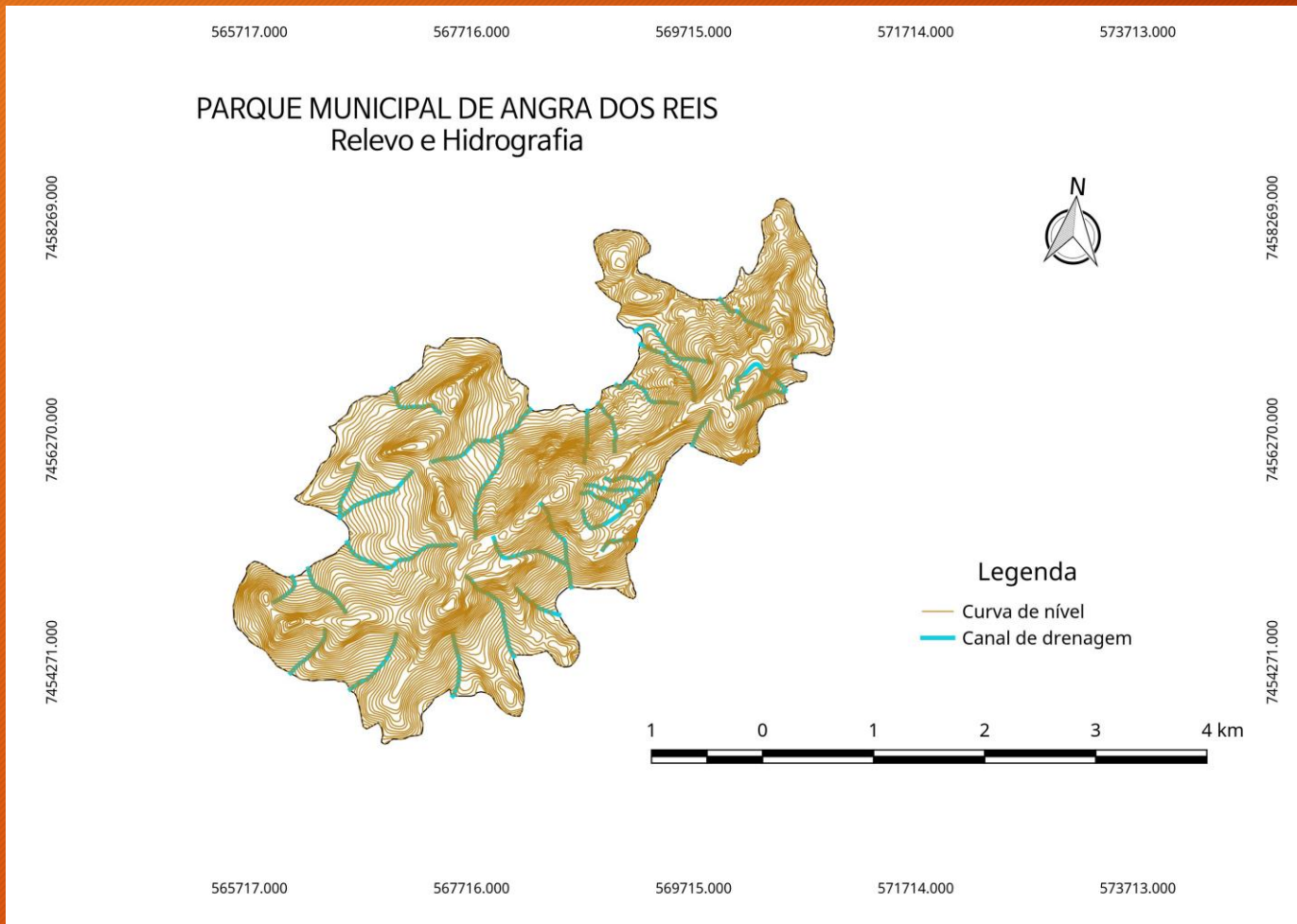
- Possuindo uma área superior a 1.110 hectares, o Parque abrange as terras altas de toda a elevação que domina a região central de Angra dos Reis, tendo seu ponto mais alto a 415 metros.
- Faz limite com os morros da Carioca, Santo Antônio, Caixa D'água, Carmo, Peres, Glória, e da Cruz, seguindo por cima do Encruzo, Enseada, Retiro, Ribeira, Vila Velha, Praia Grande, Bonfim e Colégio Naval.

Uso e Ocupação do Solo



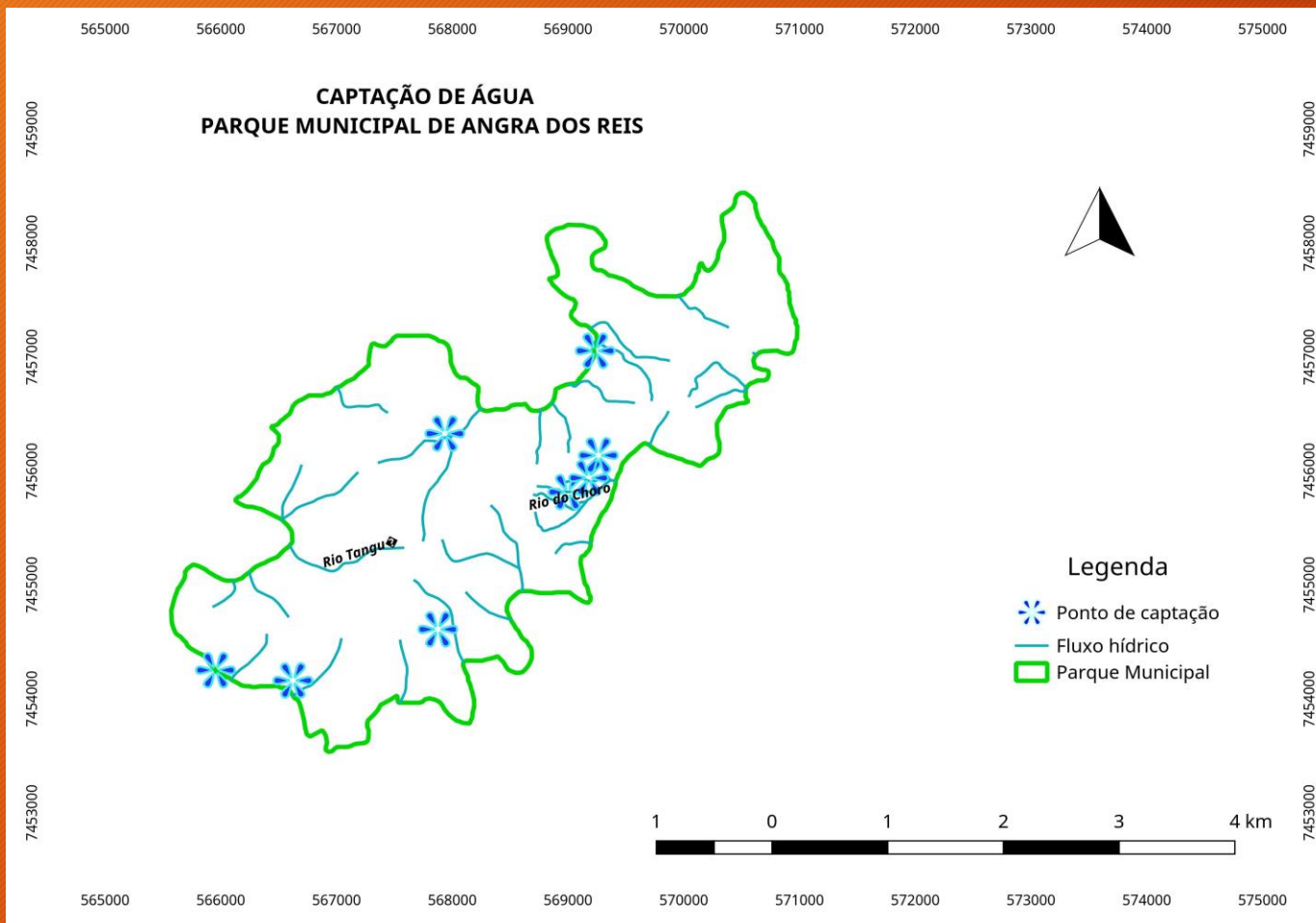
- A respeito do uso e cobertura do solo, podemos dizer que é majoritariamente composto por mata atlântica preservada, entretanto, contém significativa área de pastagem e vegetação regenerada.
- Por estar localizado próximo a maior área urbana da cidade, sofre influência direta da intervenção humana, queimadas são realizadas (principalmente na face norte do Parque) em alguns dias do ano, a fim de manter a pastagem para algumas dezenas de gados que são criados no local.
- Por outro lado, o processo de regeneração da vegetação, está acontecendo na parte que existia a antiga comunidade chamada (Morro do Bullé). Após a tragédia climática de 2010, todos os moradores foram remanejados do local e as residências foram destruídas. Devido a falta de intervenção humana e altos índices pluviométricos, a vegetação vem se recuperando rapidamente nessa localidade.

Relevo



- Por estar enquadrado na serra do mar, o Parque Municipal conta com relevo cheio de inclinações, entretanto, não apresenta em nenhum de seus pontos, uma altitude superior a 500 metros.
- Através das curvas de níveis, a inclinação do relevo pode ser exposta no espaço geográfico, facilitando a compreensão da verticalidade, em um mapa de 2 dimensões.
- Linhas próximas: Tonalidade escura - Inclinação abrupto
- Linhas distantes: Tonalidade clara - Inclinação suave

Hidrografia

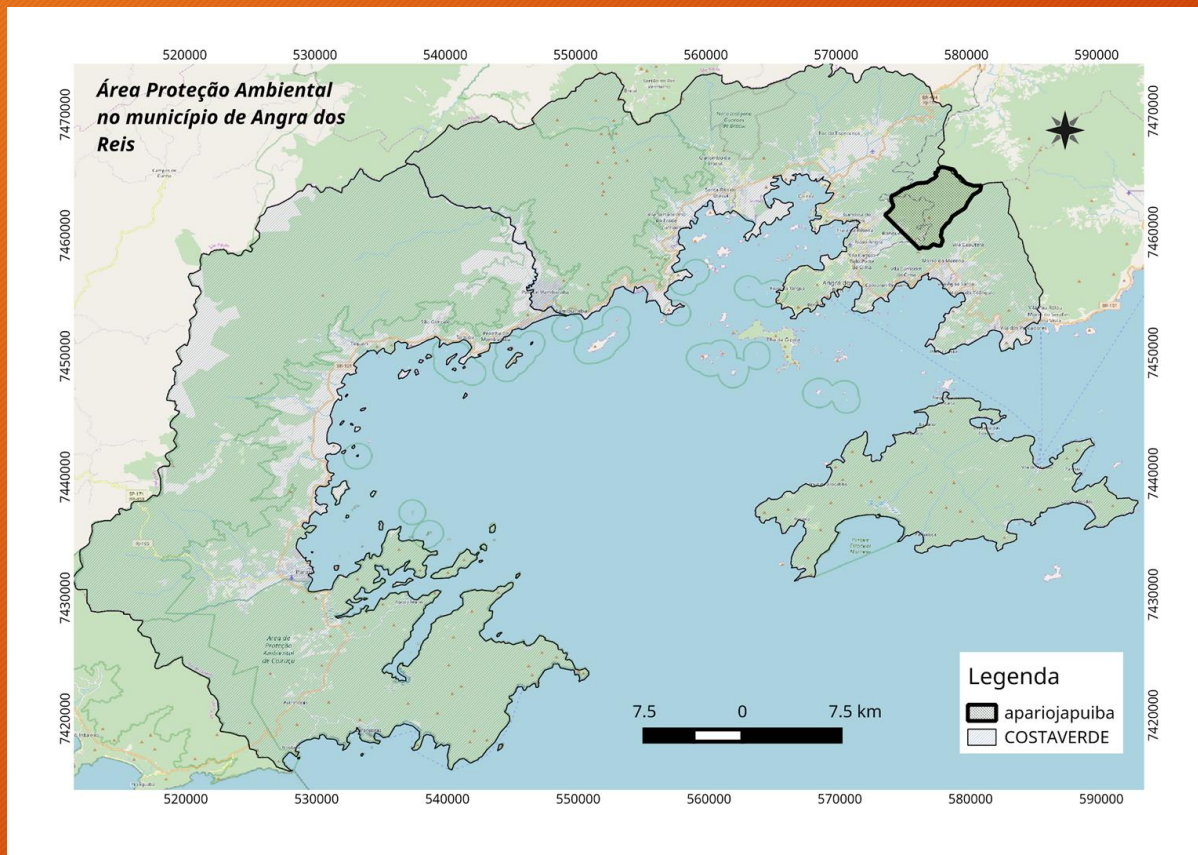


- A rede hidrográfica do Parque Municipal é relativamente pequena se comparada as redes das outras unidades de conservação, mesmo assim, ela tem uma grande importância para o abastecimento de água em diversos bairros circundantes. Esse é um dos maiores motivos da criação do Parque, preservar os recursos hídricos existentes.
- Ao longo de sua delimitação territorial (linha verde), o Parque possui 28 canais de drenagem (linhas azuis) sendo 15 voltados para face sul do divisor de águas e 13 para face norte, além disso conta com 8 pontos de captação e distribuição de água, sendo a maior parte deles (4) concentrados na região que serve ao centro da cidade.

Área de Proteção Ambiental da Japuíba

Lei que criou a primeira Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Japuíba

LEI MUNICIPAL Nº 1.888, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2007



Art. 1º - APA da Bacia Hidrográfica do Rio Japuíba, com objetivos básicos e a finalidade de proteger e conservar os mananciais, regular o uso dos recursos hídricos e o parcelamento do solo, garantindo o uso racional dos recursos naturais e protegendo remanescentes de floresta atlântica e o patrimônio ambiental e cultural da região.

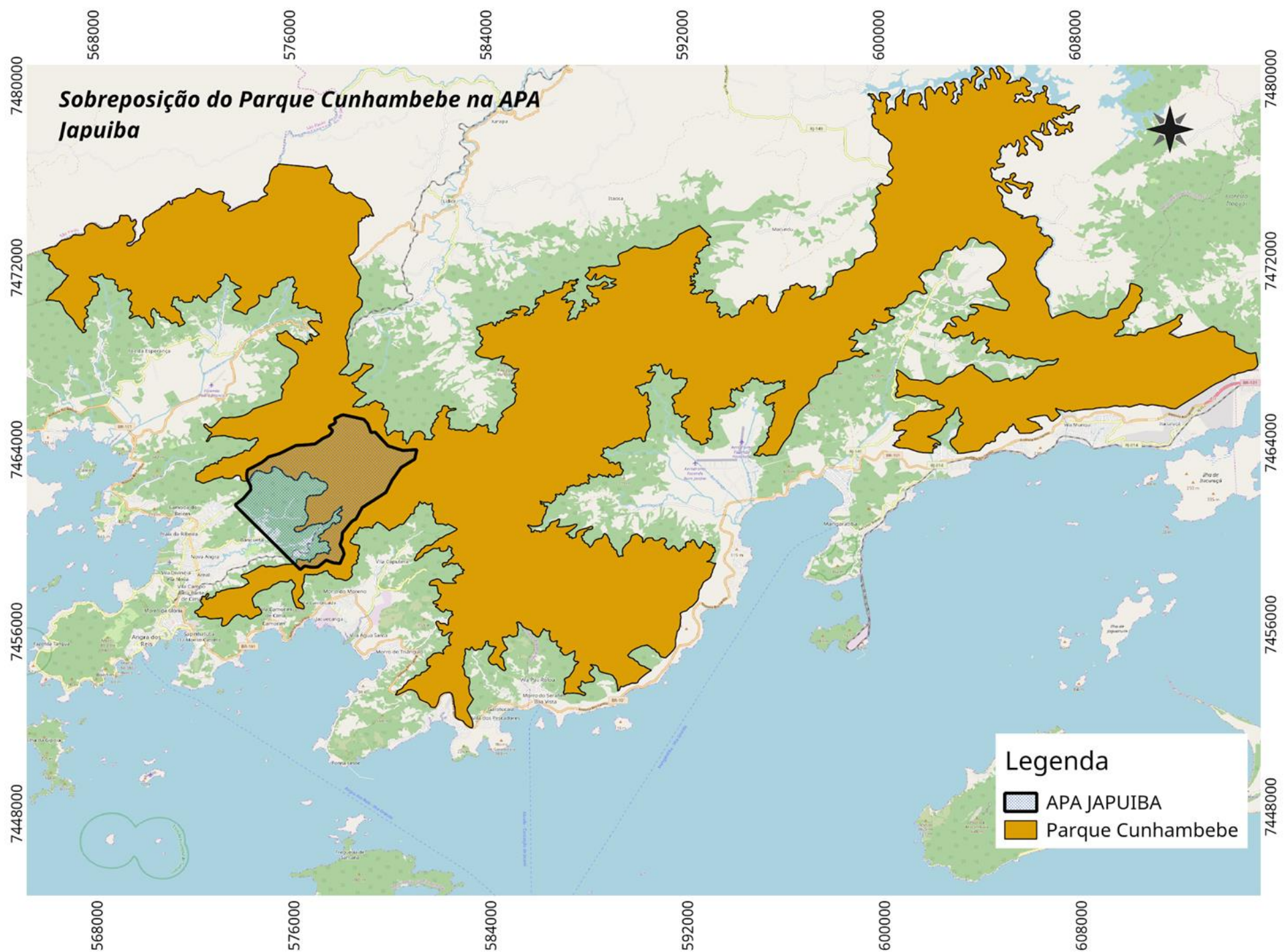
A Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Elizabeth Brito e o Chefe de Gabinete da Prefeitura de Angra dos Reis, João Massad, entregaram na manhã do dia 5 (Dia Mundial do Meio Ambiente) à câmara Municipal, o projeto de lei que cria a APA da Banqueta - Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Japuíba.

A Secretária de Meio Ambiente disse que a Prefeitura vem desde o ano de 2002 estudando a implantação do “Projeto Parque das Águas” que prevê a criação de APAS para proteção dos mananciais existentes no município.

A primeira APA elaborada foi a da Banqueta abrangendo uma área de 2.320,47 hectares da Bacia do Rio Japuíba, compreendendo os rios Japuíba e Cabo Severino que são responsáveis por mais de 66% do abastecimento de água do Município.

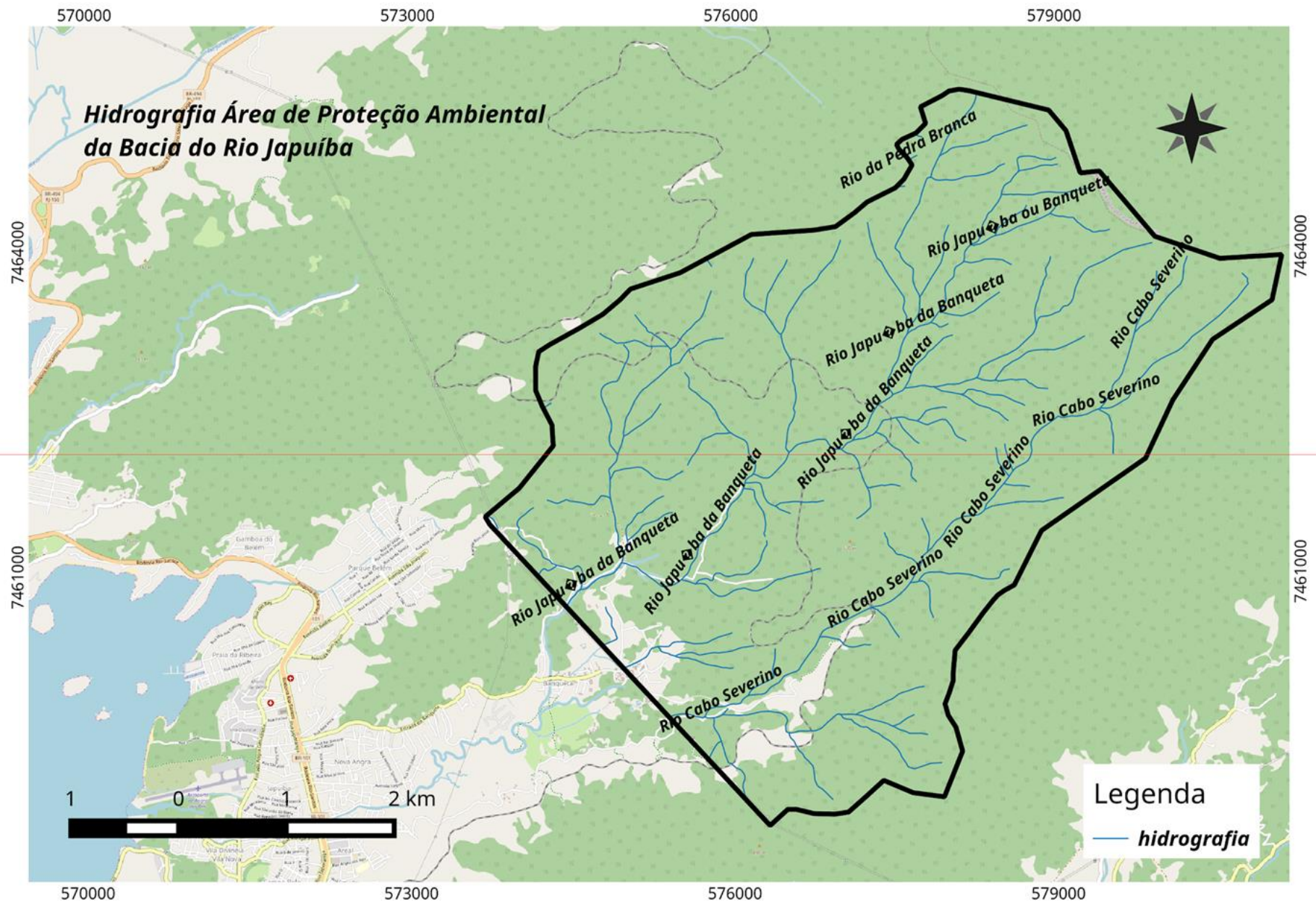
Após a aprovação do projeto pretendia-se constituir um conselho gestor formado pelos moradores e representantes da Prefeitura para elaborar o plano de manejo da unidade de conservação.

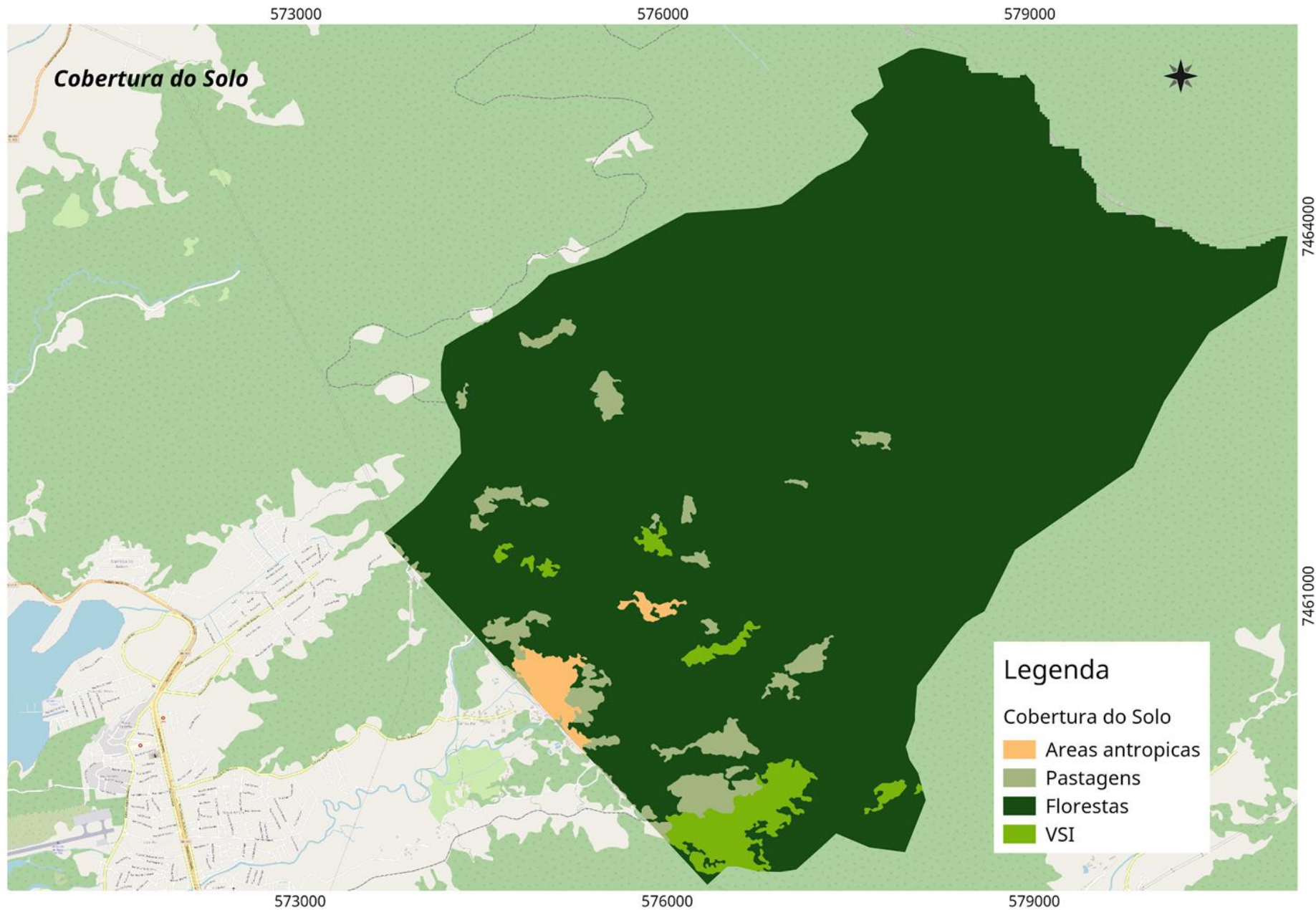
Porém até o momento a APA não possui tal documento.



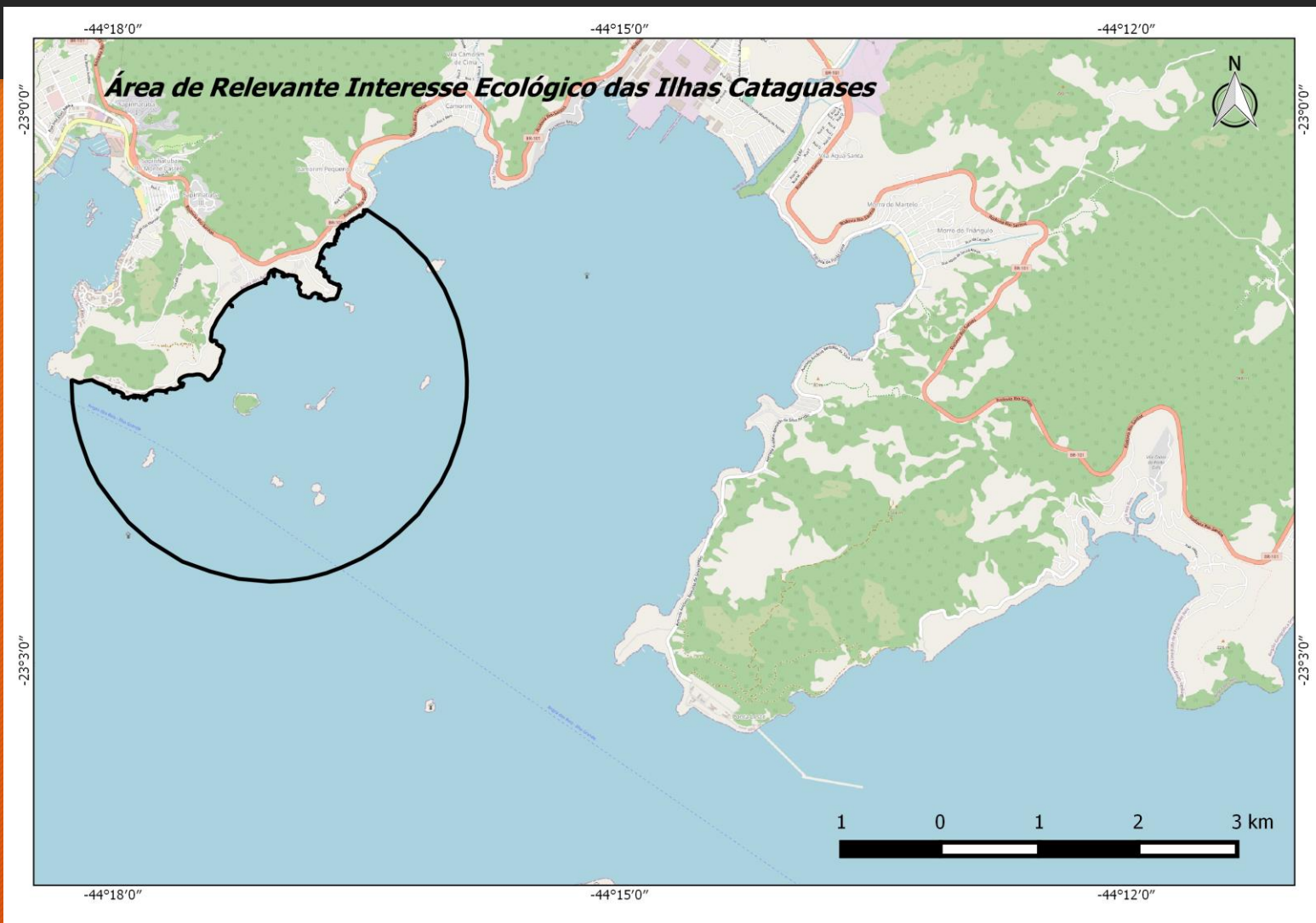
Observa-se no mapa que boa parte da APA sobrepõe-se ao Parque Estadual do Cunhambebe







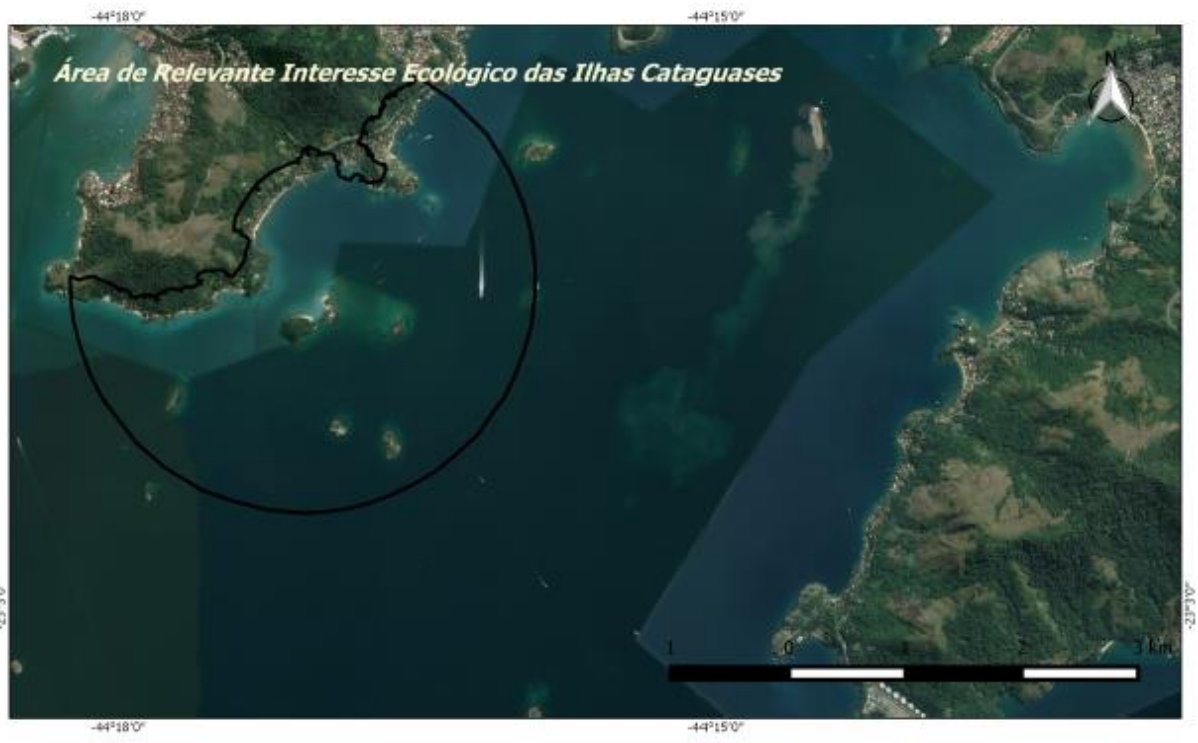
ARIE Cataguases



Area de Relevante Interesse Ecológico das Ilhas Cataguases Criada em 2007 pela Lei Municipal 1920, com uma área de 914ha



ARIE Cataguases



Paraty - UCs

APA da Baía de Paraty



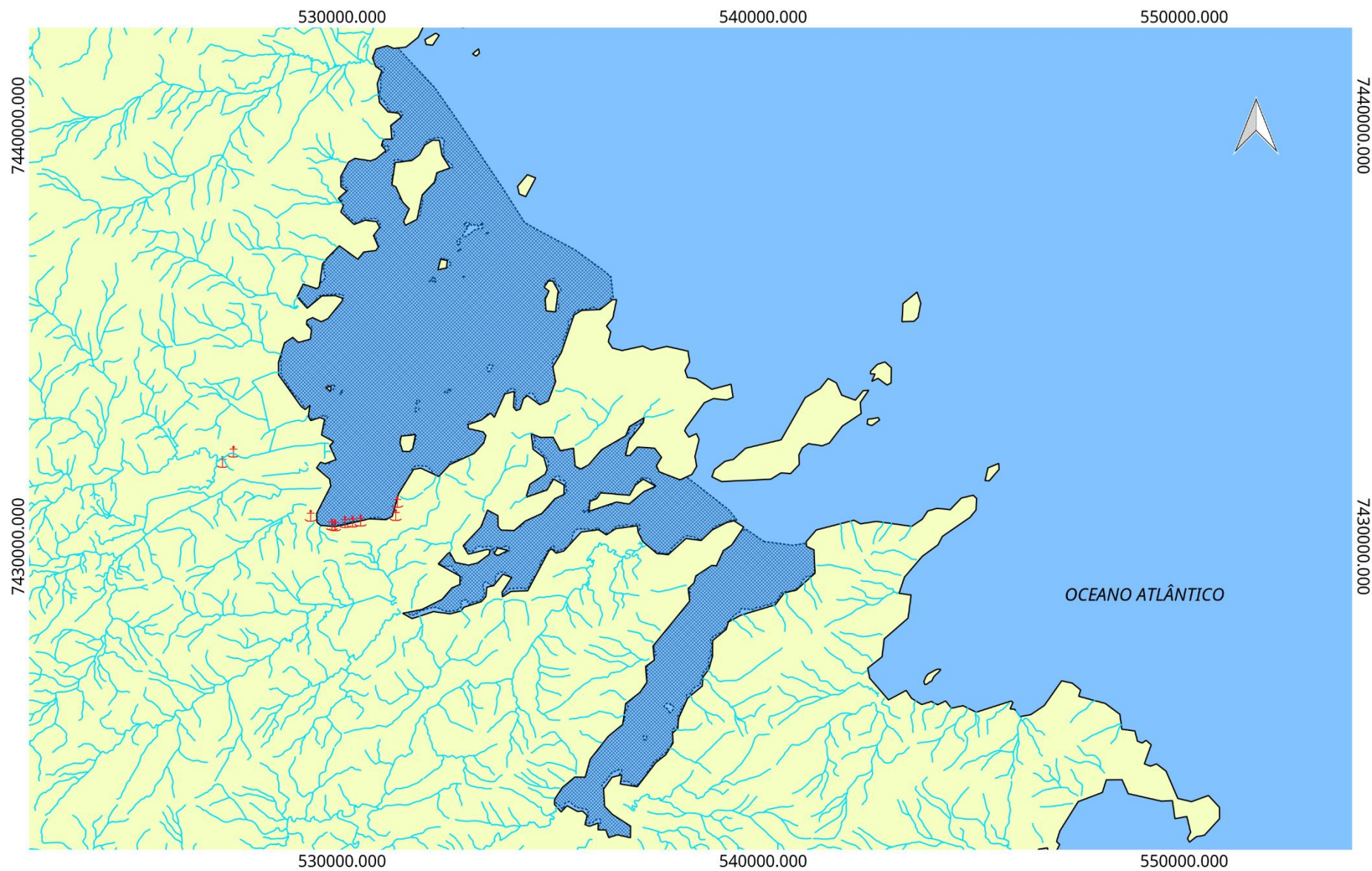
INSTALAÇÕES NÁUTICAS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DA BAÍA DE PARATY-RJ

A Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty foi criada em 1983 pelo governo do município de Paraty através da Lei Municipal nº 685, de 11 de outubro de 1984, redimensionada pela Lei Municipal nº 744, de 9 de novembro de 1987. Possui uma área de 5.642 ha e tem como área de abrangência a Baía de Paraty, a enseada de Paraty Mirim e o Saco do Mamanguá.

Apesar da APA existir desde os anos 1980, um dos principais problemas da APA apontados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Paraty são a inexistência de zoneamento, regulamentação e infraestrutura para fiscalização.

Um dos objetivos da APA é ser uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, que visa compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais. Porém a falta de fiscalização torna a atividade humana na área quase irrestrita. E a falta de punições fazem com que atividades que são proibidas por lei na APA sejam frequentes.

INSTALAÇÕES NÁUTICAS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) DA BAÍA DE PARATY-RJ



Legenda

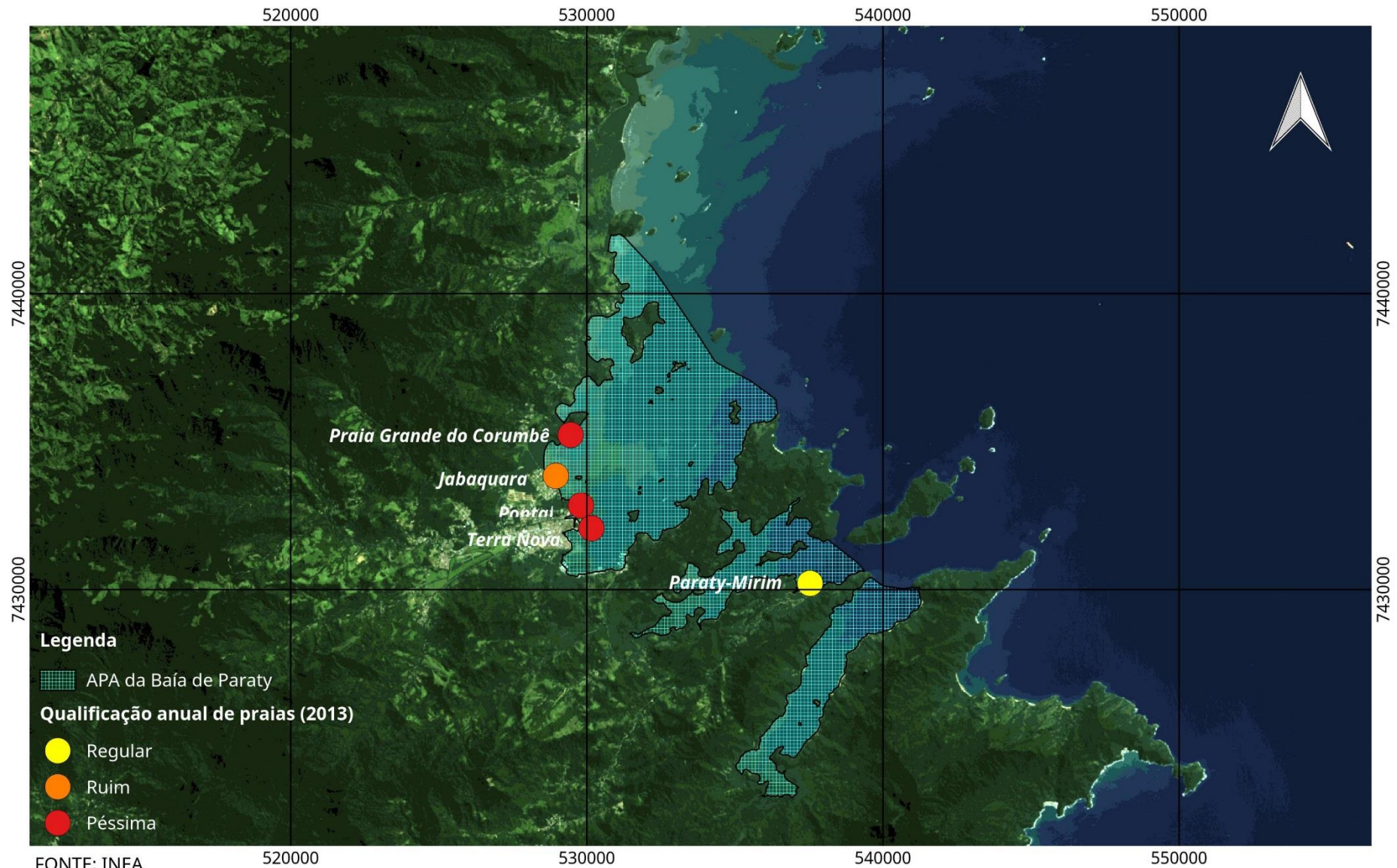
- ⚓ Instalações náuticas
- APA da Baía de Paraty
- Município de Paraty
- Hidrografia



QUALIFICAÇÃO ANUAL DE PRAIAS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BAÍA DE PARATY

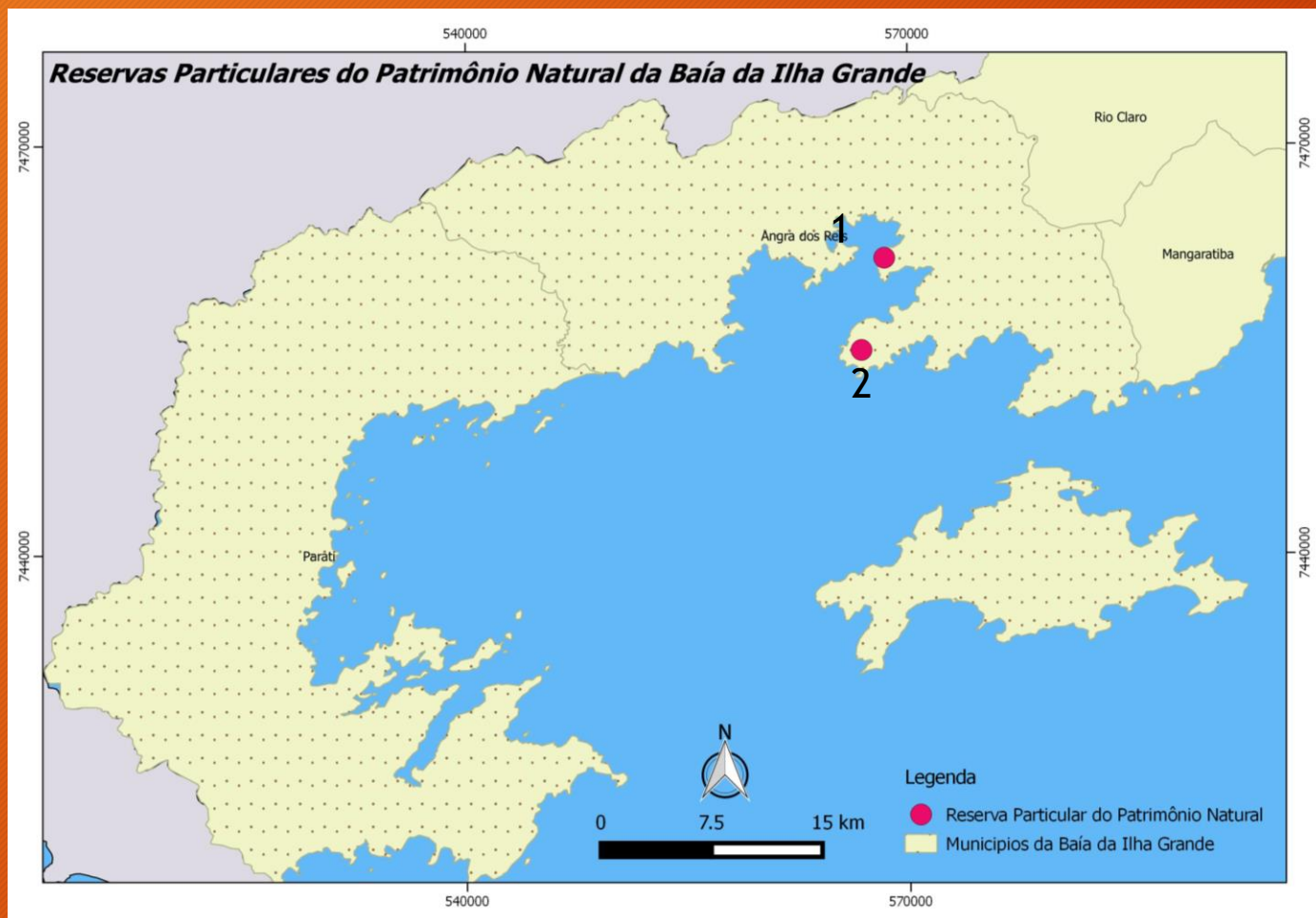
É importante ressaltar o desafio que o governo municipal de Paraty enfrenta ao tentar conciliar a conservação da natureza e o uso da mesma para fins econômicos, visto que boa parte da APA está localizada na sede do município de Paraty. Isso significa que, além da alta quantidade de esgoto doméstico que é despejada no mar, há ainda diversas instalações náuticas, como marinas e clubes, e também há um intenso tráfego de embarcações na área, devido ao fluxo de turistas que se deslocam de barco do centro de Paraty para as ilhas e praias no município. Todas essas condicionantes influenciam na qualidade da água. As três praias, analisadas pelo INEA, que estão localizadas na APA da Baía de Paraty foram classificadas com qualidade regular, ruim e péssima.

Qualificação anual de praias na Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty



FONTE: INEA

Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN



As únicas RPPNs já cadastradas na BIG são federais, ou seja, foram cadastradas pelo ICMBio.

São duas, ambas localizadas em Angra dos Reis:

1. RPPN Gleba o Saquinho Itapirapuá
2. RPPN Fazenda do Tanguá

Mais sobre RPPN? Consulte



<https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/perguntasresp/ostasrppn.pdf>